FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

CLEBER JUNIOR PEREIRA BENTO

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

UM OLHAR SOBRE O ENSINO RELIGIOSO A PARTIR DOS ESTUDANTES: A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II, NA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARATAÍZES- ES.

VITÓRIA-ES

2025

CLEBER JUNIOR PEREIRA BENTO

UM OLHAR SOBRE O ENSINO RELIGIOSO A PARTIR DOS ESTUDANTES: A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II, NA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARATAÍZES- ES.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Pesquisa: Ensino Religioso Escolar.

Nome do Orientador: Gustavo Claudiano Martins

VITORIA-ES

2025

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Bento, Cleber Junior Pereira

Um olhar sobre o Ensino Religioso a partir dos estudantes / A percepção dos alunos do Ensino Fundamental II, Na Escola Pública do Município De Marataízes- ES / Cleber Junior Pereira Bento. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2025.

ix, 80 f. ; 31 cm.

Orientador: Gustavo Claudiano Martins

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2025.

Referências bibliográficas: f. 76-80

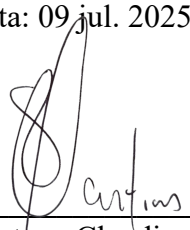
1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso escolar. 3. Ensino religioso. 4. Estudantes de Ensino Religioso. 5. Diálogo. 6. Inclusão. - Tese. I. Cleber Junior Pereira Bento. II. Faculdade Unida de Vitória, 2025. III. Título.

CLEBER JUNIOR PEREIRA BENTO

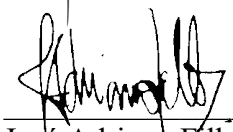
UM OLHAR SOBRE O ENSINO RELIGIOSO A PARTIR DOS ESTUDANTES: A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II NA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARATAÍZES-ES

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Ensino Religioso Escolar.

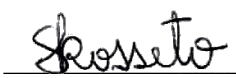
Data: 09 jul. 2025.



Gustavo Claudiano Martins, Doutor em Ciência da Religião, UNIDA (presidente).



José Adriano Filho, Doutor em Teoria e História Literária
Doutor em Ciências da Religião, UNIDA.



Selma Correia Rosseto, Doutora em Ciências da Religião.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil – (Capes) – PROCAP 2024 EDITAL FAPES N° 13/2023.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

AGRADECIMENTOS

Ao Ser Supremo, minha fonte de força e luz, que me sustentou em cada etapa deste desafio.

À minha querida e apaixonante companheira de vida, Lisandra, que me motivou, apoiou e esteve presente em todos os momentos, com amor e dedicação.

À minha avó Lindoneza (*in memoriam*) , minha mãe Maria Nilza (*in memoriam*), meu avô Celino (in memoriam) e Leonardo (in memoriam), cuja presença espiritual sempre senti ao meu lado, guiando-me com ternura e sabedoria.

Ao meu avô Antônio Vírgilio, ao meu pai Denegal Bento e aos meus tios e tias — Maria Amélia, Eriberto e Erilda — pelo incentivo constante e pelo apoio nos estudos.

Aos meus irmãos Aline e Washington, e ao primo-irmão Carlos Fagner, por sempre acreditarem em mim e torcerem pelo meu sucesso.

À minha Princesa e ao Tobi, que, mesmo em silêncio, foram fiéis companheiros nos momentos de escrita, sempre ao meu lado.

Ao meu filho, o jovem Bernardo, cuja existência renova em mim a esperança e me enche de alegria todos os dias.

À Faculdade Unida, pelos excelentes professores que ampliaram minha visão de mundo e aprofundaram meu conhecimento sobre a vida.

Aos meus orientadores, o casal Nathália e Gustavo Claudiano Martins, pela paciência, compreensão e valiosos ensinamentos ao longo desta jornada.

Aos professores doutores José Adriano Filho e a Dra. Selma Correia Rosseto por aceitarem participar da banca examinadora junto com meu orientador Gustavo Claudiano Martins.

Aos colegas e amigos que fiz na Faculdade, cuja convivência enriqueceram minha experiência acadêmica.

Ao Grupo de Pesquisa Compreender, que me proporcionou um aprendizado significativo no campo das Ciências das Religiões.

Ao Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Educação (Sedu), da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti) e à Prefeitura Municipal de Marataízes, pelo apoio institucional e incentivo ao meu percurso acadêmico.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), pelo investimento que tornou possível esta realização.

Aos professores e amigos da EEEFM Domingos José Martins, com destaque ao Diretor Marco Aurélio M de Souza, por sua colaboração essencial na pesquisa de campo.

Aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental II da mesma escola, que participaram com responsabilidade, seriedade e sabedoria, respondendo aos questionários de forma exemplar.

A todos, minha eterna gratidão.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

RESUMO

A presente pesquisa investiga a percepção dos estudantes do Ensino Fundamental II sobre as aulas de Ensino Religioso na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "Domingos José Martins", localizada no município de Marataízes, Espírito Santo. O estudo parte da premissa de que o Ensino Religioso, quando bem conduzido, pode se constituir como um espaço de diálogo, respeito à diversidade e formação cidadã, sobretudo em um país plural como o Brasil. O objetivo central é analisar as representações e narrativas dos estudantes do 9º ano acerca das aulas de Ensino Religioso, com o intuito de refletir sobre alternativas teórico-metodológicas que tornem o ensino mais inclusivo, dialógico e crítico. A pesquisa também busca compreender se os alunos reconhecem a importância desse componente curricular em suas vidas escolares e sociais. A metodologia adotada é de abordagem mista, combinando instrumentos qualitativos e quantitativos. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com os estudantes e análise documental das normativas que regulam o Ensino Religioso no Espírito Santo, com ênfase nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na produção acadêmica de autores como Elisa Rodrigues, Nathália Martins, Bittencourt Filho e outros. Os resultados apontam que as narrativas dos alunos revelam compreensões diversas sobre o fenômeno religioso, além de indicarem a necessidade de metodologias que valorizem a escuta, a diversidade cultural e a reflexão crítica. Conclui-se que o Ensino Religioso, quando planejado de forma ética, plural e dialógica, contribui significativamente para o fortalecimento de uma cultura de paz e para a formação de cidadãos mais conscientes e tolerantes.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Diálogo. Inclusão.

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

ABSTRACT

This research investigates the perception of elementary school students about religious education classes at the Domingos José Martins State Elementary and High School, located in the city of Marataízes, Espírito Santo. The study is based on the premise that religious education, when well conducted, can be a space for dialogue, respect for diversity and citizenship formation, especially in a plural country like Brazil. The main objective is to analyze the representations and narratives of 9th grade students about religious education classes, with the aim of reflecting on theoretical and methodological alternatives that make teaching more inclusive, dialogical and critical. The research also seeks to understand whether students recognize the importance of this curricular component in their school and social lives. The methodology adopted is a mixed approach, combining qualitative and quantitative instruments. Data collection was carried out through semi-structured interviews with students and documentary analysis of the regulations governing Religious Education in Espírito Santo, with an emphasis on the guidelines of the National Common Curricular Base (BNCC) and the academic production of authors such as Elisa Rodrigues, Nathalia Martins and Bittencourt Filho. The results indicate that the students' narratives reveal diverse understandings of the religious phenomenon, in addition to indicating the need for methodologies that value listening, cultural diversity and critical reflection. It is concluded that Religious Education, when planned in an ethical, plural and dialogical way, contributes significantly to the strengthening of a culture of peace and to the formation of more aware and tolerant citizens.

Keywords: Religious Education. Dialogue. Inclusion.

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS 9
INTRODUÇÃO 10
1 LAICIDADE NO BRASIL 15
1.1 Secularização 15
1.2 Laicidade 20
1.3 Laicidade no contexto brasileiro 23
2 ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL 33
2.1 O processo de ensino-aprendizagem no Ensino Religioso 34
2.2 O trabalho do docente de Ensino Religioso 41
2.3 Tecendo saberes entre o currículo e as aulas de ER no ensino fundamental II - Entre o currículo e a praticidade – O dia a dia em sala de aula 44
3 O OLHAR DOS ESTUDANTES 51
3.1 Tecendo saberes 51
3.2 Pesquisa 54
3.3 Diálogos entre a teoria e a prática: a laicidade e o Ensino Religioso na percepção dos estudantes de Marataízes 69
CONCLUSÃO 74
REFERÊNCIAS 76
ANEXO I – FORMULÁRIO DE PERGUNTAS DE PESQUISA QUE SERÁ REALIZADA POR ESTUDANTES DO 9° ANO DE ENSINO FUNDAMENTAL, NA ESCOLA EEMF "DOMINGOS JOSÉ MARTINS", MARATAÍZES – ES 81
ANEXO II – FOTO DO AUTOR 84
APÊNDICE – SEQUÊNCIA DIDÁTICA: ABORDAGEM DO ENSINO RELIGIOSO DE MANEIRA PLURAL E ALINHADA ÀS DIRETRIZES DA BNCC 87

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

LISTA DE SIGLAS

AMOBASTE	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SANTA TEREZA
BNCC	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR
CEM/CEPID	CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE
ER	ESNINO RELIGIOSO
FONAPER	FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO
LDB	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL
SEMED	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MARATAIZES
UNESCO	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA
USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

INTRODUÇÃO

Parafraseando Lenine em sua música “Paciência”, no qual diz “Que a vida não para”, resolvi voltar aos bancos escolares numa tentativa de alcançar um tipo de conhecimento que sempre me despertou interesse: A religião ou “por” ausência dela. Essa busca me levou ao mestrado em Ciências das Religiões, o qual remeteu a diversos momentos intensos vividos no curso de graduação da Faculdade de Ciências e Letras “Madre Gertrudes São José”, atual Faculdade São Camilo, na qual sou graduado em História.

Proveniente de família humilde, sou filho de pescador e dona de casa e irmão de mais dois, cujo ponto mais alto alcançado no ensino era o de fundamental incompleto, mas, mesmo assim, tanto meu pai quanto minha mãe sabiam da importância dos estudos e sempre me acompanharam e motivaram a seguir adiante. De família cristã Católica, fui desde cedo inserido dentro do contexto da religião, frequentando catequese, primeira comunhão, crisma, grupos jovens, círculo bíblico e missas, muitas missas!

Ao cursar a faculdade e mergulhar mais afundo no curso de História, minha realidade mental foi arremessada a um grande paradigma: Deus existe? Esse questionamento, me perturbou por horas, dias, meses, anos e ainda perturba. Na época da faculdade entre os anos iniciais (1994-1995) foram muitas caminhadas nas areias das praias de Marataízes, a fim de refletir sobre a minha moldagem religiosa cristã e a nova, secular acadêmica, me apresentada até então.

Com o término da graduação, iniciei uma especialização em História do Brasil e do Espírito Santo e paralelamente aos estudos e trabalho, assumi a presidência da Associação de moradores do bairro Santa Tereza (Amobaste), local onde resido, entre em 1997 a 2000. Por conseguinte, no ano de 2000 fui eleito o vereador mais jovem do município com dois mandatos consecutivos (2001-2008); Anos mais tarde, me torno Secretário de Cultura (2011-2012) e Secretário de Educação (2013).

No intuito de realizar uma pesquisa, para o Programa de Pós-graduação profissional *Stricto Sensu*, Mestrado Profissional em Ciências das Religiões, junto à linha de Pesquisa/Atuação: Ensino Religioso Escolar, passei a ser instigado a pesquisar sobre como são aulas de Ensino Religioso (ER) nas escolas públicas brasileiras. Ao ler algumas obras da pesquisadora/escritora Elisa Rodrigues, uma delas me despertou a atenção para o seguinte dilema: “O professor pede que os alunos citem motivos para amar a Deus. Um aluno se recusa

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

a fazer o trabalho argumentando não acreditar em Deus. O professor, contrariado, diz que o aluno precisa de ajuda de um psicólogo"[1].

Eis nesse momento dois pontos que me despertaram a curiosidade em investigar: O primeiro se refere há como os estudantes interpretam as aulas de Ensino Religioso; o segundo é como esse professor está sendo preparado para lidar com essas aulas. Nesse contexto surge então o desejo de pesquisar a visão dos estudantes sobre as aulas de Ensino Religioso na escola pública brasileira na tentativa de compreender como os alunos percebem e avaliam o componente curricular de Ensino Religioso no contexto educacional.

Para tanto, um capítulo será dedicado a formação profissional dos professores de ER e como se preparam para responder as inquietações dos seus alunos, cuja motivação é conceber de que forma o Ensino Religioso contribui positivamente para a formação integral dos estudantes, promovendo valores como o respeito à diversidade, a tolerância e a compreensão para com o próximo.

Apesar de estar na política, a minha carreira de professor jamais ficou em segundo plano, sendo 30 anos que tenho ministrado a disciplina de História entre as redes municipal e estadual, o que traz a experiência de aproximação com o público a ser pesquisado. Essa bagagem me propiciou conhecer o ambiente escolar em todas as suas formas, desde da estrutura física, comportamental até a ideológica.

A pesquisa tem como objetivo problematizar as narrativas dos estudantes, em relação as aulas de ensino religioso, no Ensino Fundamental II, buscando refletir a respeito de alternativas teórico-metodológicas que favoreçam o trabalho, com o tema no Ensino Religioso. A experiência proposta foi realizada no componente curricular de Ensino Religioso, com a turma do 9º ano, da EEEFM "Domingos José Martins", Marataízes-ES, com a finalidade de analisar as representações e narrativas dos educandos sobre o que pensam das aulas de ER.

A questão central que passou a me intrigar foi como as narrativas dos estudantes acerca da religião revelam compreensões, conflitos e sentidos atribuídos ao fenômeno religioso, e de que modo essas narrativas podem subsidiar a construção de alternativas teórico-metodológicas mais dialógicas, inclusivas e críticas para o ensino de temas religiosos no componente curricular de Ensino Religioso.

Para tal, analisar-se-á a percepção dos estudantes sobre as aulas de ER, para entender se os mesmos, percebem a importância que tal ensino exerce em suas vidas. A diversidade de crenças e valores, amplamente presente em um país de grandes dimensões e complexidades

[1] RODRIGUES, Elisa. *Ensino religioso*: uma proposta reflexiva. Belo Horizonte: Senso, 2021, p. 70.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

culturais como o Brasil, coloca o ER diante de desafios e oportunidades. Longe de ser uma disciplina meramente doutrinária, o ER deve ser um espaço de diálogo, de aprendizado mútuo e de desenvolvimento de uma cidadania pautada no respeito e na tolerância.

Essa pesquisa se justifica pela importância de investigar a percepção dos estudantes sobre as aulas de Ensino Religioso, no que tange ao que pensam, como agem e o que esperam desse componente curricular. O ER, quando bem estruturado, pode contribuir significativamente para a promoção de valores como o respeito à diversidade religiosa e cultural, além de fortalecer a convivência pacífica em uma sociedade plural. No contexto escolar, essa disciplina é uma ferramenta poderosa na formação de cidadãos mais tolerantes, capazes de compreender e respeitar diferentes crenças e opiniões.

Para atingir esse objetivo é essencial desenvolver uma metodologia de pesquisa robusta e abrangente. *A priori*, buscarei compreender as percepções dos estudantes sobre a relevância e o impacto das aulas de Ensino Religioso na escola pública. Para tanto, será utilizada uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos para obter uma visão mais completa e detalhada do tema. Essa abordagem ocorrerá com base em um estudo de campo na escola EEFM "Domingos José Martins", Marataízes-ES. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com estudantes do 9ºano sobre as aulas de ER.

À posteriori será realizado uma análise documental, para examinar as legislações e diretrizes que regulamentam a oferta de Ensino Religioso no Espírito Santo, especialmente as orientações presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)[2]. Tal referência dará uma ênfase em artigos e pesquisas de Elisa Rodrigues, Nathalia Martins, Bittencourt Filho entre outros autores, os quais serão analisados documentos e legislações que regulamentam a oferta da disciplina de Ensino Religioso no Ensino Fundamental II, nas escolas públicas do estado do Espirito Santo.

Quanto aos objetivos específicos, este estudo tem como metas: expor sobre os conceitos de laicidade e secularização, destacando suas implicações para a educação e a convivência entre diferentes crenças; Analisar os processos de ensino-aprendizagem no Ensino Religioso, investigando metodologias utilizadas e a adequação dos conteúdos abordados e, por fim, examinar a percepção dos estudantes em relação ao Ensino Religioso, identificando como esse componente curricular influencia suas visões de mundo, valores e atitudes em relação à diversidade religiosa.

[2] BRASIL, Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular.* Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc. Acesso em: 15 dez. 2023.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Além disso, o estudo discutirá a laicidade do Estado, demonstrando que o ER, longe de contrariar esse princípio, é fundamental para promover uma convivência harmoniosa entre diferentes religiões, contribuindo assim para a redução de preconceitos e discriminações. A laicidade, entendida não como a exclusão da religião do espaço público, mas como o respeito à liberdade religiosa e à pluralidade de crenças, é um conceito que, quando corretamente compreendido, pode fortalecer o papel do ER nas escolas.

Logo, a ideia de um Ensino Religioso que respeite a laicidade do Estado é essencial para que a disciplina se afirme como um espaço de diálogo intercultural, onde os alunos possam aprender sobre diferentes tradições, sem que isso implique em proselitismo ou violação de seus direitos individuais.

Serão explorados ainda os desafios enfrentados pelos docentes ao ministrar o ER conforme as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entre os quais se destacam a falta de materiais adequados, a diversidade de opiniões entre os alunos e a necessidade contínua de atualização ao longo da carreira docente.

O produto final deste estudo consiste, no desenvolvimento de uma sequência didática, oferecendo suporte aos docentes, para abordar o tema de maneira plural e alinhada às diretrizes da BNCC. Dessa forma, espera-se que a pesquisa não apenas trace um diagnóstico, sobre a vivência dos alunos, mas também contribua ativamente para aprimorar a prática pedagógica e tornar o Ensino Religioso mais dinâmico e inclusivo.

Assim, a dissertação será apresentada em três capítulos: no primeiro – O dilema entre Ensino Religioso e Laicidade, organizado em três subcapítulos, no qual procuro discutir essa questão complexa multifacetada que envolve considerações sobre liberdade religiosa, direitos humanos, pluralismo cultural e separação entre igreja e estado. Esse capítulo ainda se propõe a estudar o equilíbrio para encontrar uma abordagem que respeite a diversidade religiosa, protegendo a liberdade de consciência e a garantia que o estado permaneça neutro em questões de fé. Uma vez que a sociedade seja cada vez mais pluralista é essencial que as políticas educacionais sejam inclusivas e respeitosas das diferentes opiniões e convicções dos cidadãos. Dentre os diversos autores que auxiliaram essa pesquisa, destaco Elisa Rodrigues, Nathalia Martins e Peter Berger.

O segundo capítulo – Ensino Religioso na escola pública no Brasil, está organizado em três subcapítulos, no qual consiste em discutir a História do ensino e aprendizagem nas escolas estaduais do estado do Espírito Santo, apresentando o estado e suas diversidades religiosas. O capítulo busca demonstrar que o Ensino Religioso desempenha um papel importante na

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

formação ética e cidadã dos alunos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e tolerante.

Já no terceiro e último capítulo, apresento *O olhar dos estudantes sobre as aulas de Ensino Religioso*, no qual realizo uma pesquisa com educandos e educadores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "Domingos José Martins", em Marataízes-ES. O objetivo é compreender a visão dos estudantes sobre essas aulas, suas percepções, a abordagem pedagógica do professor e o ambiente escolar.

A proposta será embasada em dados empíricos coletados por meio de entrevistas, questionários e observações, garantindo que as soluções apresentadas atendam às necessidades reais dos alunos e professores. Dessa forma, o estudo não apenas fornecerá informações, mas contribuirá efetivamente para a construção de um ensino mais inclusivo, plural e alinhado às diretrizes da BNCC.

Finalmente, os resultados serão sistematizados na forma de redação da dissertação, e realizado uma sequência didática. Em virtude dos fatos mencionados, a pesquisa propõe abrir um campo de estudo, que contribuirá para a melhoria na prática educativa do ambiente escolar.

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

1 LAICIDADE NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo discutir a laicidade no Brasil a partir de uma abordagem histórica e conceitual. Inicialmente, será abordado o processo de secularização, destacando as transformações nas relações entre religião e sociedade ao longo do tempo, especialmente no contexto ocidental. Em seguida, o capítulo aprofundará o conceito de laicidade, diferenciando-o de outras noções correlatas, como laicismo e liberdade religiosa. Por fim, será analisado o modo como a laicidade se configura no contexto brasileiro, considerando os marcos legais, os desafios da implementação prática do Estado laico e as tensões que emergem nas interações entre religião, política e educação. Esse percurso busca oferecer uma base teórica sólida para compreender o lugar da religião na esfera pública, especialmente no ambiente escolar.

1.1 Secularização

Antes de abordar os temas centrais deste estudo, é fundamental compreender o conceito de secularização. Sobre tal aspecto, Montero explica que a secularização está presente de diversas maneiras no cotidiano dos indivíduos, sendo um elemento essencial para entender a vida humana contemporânea. Esse processo refere-se à diminuição da influência da religião nas esferas da vida social, política e cultural. Tornar algo secular significa desvinculá-lo das explicações religiosas, permitindo que as instituições, práticas e valores sejam menos regidos pela religião[3]. Nesse sentido, explica Markus Knapp:

> O processo de secularização moderno inclui uma série de fenômenos. No centro, encontra-se a emancipação da esfera mundana em relação ao domínio religioso. Política, economia, direito, ciência, educação, arte, etc. se separam cada vez mais dos impedimentos e do controle da religião e se desenvolvem de acordo com uma lógica própria. Deste modo, a religião é cada vez mais empurrada para fora da esfera pública social, isto é, para o âmbito privado – com a consequência de que as convicções religiosas começam a erodir e seu legado, cada vez mais frequentemente, a não ter sucesso[4].

Em outras palavras, a secularização promove a independência das instituições públicas e sociais em relação às doutrinas religiosas, criando espaços que são orientados por princípios

[3] MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a re-invenção do pluralismo religioso no Brasil. *Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia - Etnográfica*, vol. 13, n. 01, p. 1-16, 2009, p. 9.

[4] KNAPP, Markus. Fé e saber em Jürgen Habermas – a religião numa sociedade "pós-secular". *Interações: Cultura e Comunidade*, Belo Horizonte, v. 6, n. 10, p. 179-192, 2011, p. 180.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

laicos. Nesse sentido, o processo de modernização, com suas transformações culturais e sociais, pode ser entendido como um processo de secularização, uma vez que ele busca racionalizar e reorganizar a sociedade, diminuindo o papel tradicional que a religião costumava desempenhar na condução da vida pública e privada[5].

Esse fenômeno não implica, necessariamente, o enfraquecimento ou desaparecimento da religiosidade individual, mas sim a separação entre o poder religioso e as esferas públicas, como o governo, a educação e o direito. O Estado laico, por exemplo, como é o caso do Brasil, é um reflexo direto da secularização, uma vez que garante a neutralidade em relação às crenças religiosas, assegurando que todas as religiões – ou a ausência delas – sejam respeitadas igualmente[6]. Em outras palavras, o processo de secularização está associado à diminuição da influência da Igreja, tanto no âmbito social quanto no comportamento individual. Inicialmente, esse enfraquecimento institucional teve início com o que o termo secularização representa em sua origem jurídica: a expropriação compulsória dos bens e propriedades eclesiásticas em favor do Estado[7].

A modernização pode ser definida, entre outros aspectos, como a racionalização da vida. Nesse contexto, Émile Durkheim, em sua obra *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, afirma que não existem religiões falsas, pois todas correspondem a condições específicas da existência humana. Em outras palavras, Durkheim sugere que toda prática religiosa está enraizada na vida social, refletindo os valores e estruturas da sociedade em que se desenvolve. Assim, a religião, segundo ele, é uma manifestação dos próprios aspectos sociais, sendo inseparável do contexto em que emerge Weiss[8].

Max Weber, outro grande estudioso das religiões, explora essa relação em sua obra clássica *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Weber argumenta que a ética dos primeiros protestantes, especialmente na Nova Inglaterra e na Holanda, influenciou diretamente o desenvolvimento do capitalismo moderno. Ele mostra como mudanças culturais derivadas da Reforma Protestante, com sua ênfase no trabalho árduo, na disciplina e na frugalidade, moldaram uma mentalidade que fomentou o crescimento econômico. Embora essa discussão não seja o foco principal deste estudo, ela exemplifica como a religião pode exercer grande influência em outras esferas da vida, como a economia. Essa questão é ampla e, embora

[5] MONTERO, 2009, p. 10.

[6] TANAKA, Marcela. Secularização, laicidade e espaço público: como pensar a política contemporânea brasileira à luz da religião? *Religião & Sociedade*, v. 40, n. 3, p. 169–188, 2020.

[7] KNAPP, 2011, p. 180.

[8] WEISS, Raquel. Durkheim e as formas elementares da vida religiosa. *Debates do NER*, v. 2, n. 22, p. 95–119, 2012.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

relevante, não tem uma relação direta com o tema principal deste estudo[9]. Assim, pode-se prosseguir para o terceiro pensador que merece destaque.

Karl Marx em sua obra "Crítica da Filosofia do Direito" afirma que a religião é o ópio do povo. Nesse contexto, Marx argumenta que os mecanismos religiosos são utilizados por grupos dominantes, como as elites e a burguesia, para exercer controle sobre a sociedade. Ele sugere que essas elites se apropriam de denominações religiosas para manter a população subalternizada, perpetuando assim uma forma de opressão que se estende também à dimensão religiosa, ou seja, Marx entendia que a religião também poderia servir como instrumento de controle[10].

Dessa forma, a secularização se mostra justamente quando o estado não pode mais controlar as pessoas por meio da religião. Sobre tal aspecto, Panasiewicz[11] explica:

> A secularização é fruto da compreensão da religião na modernidade ocidental. Se nas sociedades tradicionais (medievais) a referência era o religioso, ou seja, a religião tinha a pretensão de reger a vida de todas as pessoas, na modernidade, essa pretensão ficará a cargo da ciência. A modernidade representou a lenta saída do eixo teocêntrico, orientado pela igreja cristã, para a construção de um novo eixo, livre da autoridade dessa mesma igreja, centralizada no ser humano e orientado pelos intelectuais. A sociedade moderna não será mais regida pelo comando unívoco da religião, mas terá distintos domínios operados por várias instituições advindas de suas variadas especializações.

Dessa forma, a secularização implica que a religião deixa de ser a fonte primordial de respostas para questões sociais, transferindo essa responsabilidade para as ciências. Nesse contexto, a secularização está diretamente relacionada ao espaço que a fé ocupa no mundo contemporâneo, caracterizado pela predominância da tecnologia e pelas promessas advindas da ciência e da filosofia[12].

Para muitos humanistas, a fé já não tem mais um papel significativo, pois antes servia para explicar fenômenos que agora são compreendidos pela lógica científica. As explicações fundamentadas na fé, por sua vez, frequentemente entram em conflito com os conhecimentos científicos, sendo que estes últimos são considerados mais válidos. Assim, para alguns

[9] SOUSA, Francisca Roseane Franco Ribeiro de. *Formação continuada de professores de ensino religioso: concepção do professor.* Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 1-218, 2013, p. 66.

[10] MARX, Karl. *O capital:* crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 78.

[11] PANASIEWICZ, R**.** Secularização: o fim da religião? In: BINGEMER, M. C.; ANDRADE, P. F. C. *Secularização*: novos desafios. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012, p. 09-10.

[12]BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. *Revista Religião & Sociedade*, vol. 21, nº 1: Rio de Janeiro, 2001, p. 9-24.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

pensadores, a fé é reduzida a uma mera narrativa, comparável a um conto de fadas contado de pai para filho, sem valor significativo no entendimento da realidade contemporânea[13].

No entanto, essa perspectiva não reflete a realidade atual, especialmente quando se analisam os dados do Brasil. Uma das facetas da expansão do protestantismo no país é a proliferação de templos evangélicos. Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cepid) da Universidade de São Paulo (USP) revela que, em 1990, o Brasil contava com 17.033 templos evangélicos, número que saltou para impressionantes 109.560 em 2019. Isso representa um aumento significativo de 543%[14].

Nessa perspectiva, Peter Berger, em *Rumor de Anjos*, defende que a ausência da crença em anjos e demônios na sociedade contemporânea não implica necessariamente a inexistência subjetiva dessas entidades. Caso tenham sido concebidas no passado, continuam a "existir", mesmo que fatores socioculturais as tenham afastado do pensamento dominante. Berger busca demonstrar que diferentes concepções de mundo se sustentam em certezas subjetivas, alicerçadas por estruturas que garantam sua credibilidade. O indivíduo moderno, portanto, navega entre diversas formas de crença, muitas vezes contraditórias, o que contribui para um questionamento contínuo sobre a validade das referências religiosas. Esse cenário torna desafiador manter uma visão unificada da realidade em uma sociedade marcada pela pluralidade e pela fragmentação de valores[15].

Assim como as pessoas possuem opiniões diversas sobre inúmeros temas, a secularização fez com que a religião passasse a ser percebida como apenas mais uma entre várias concepções individuais, tornando-se, assim, uma espécie de "aposta". Esse é o ponto de vista de Rubem Alves, que, em sua obra *O que é Religião*, explora como diferentes estudiosos interpretaram a religião de formas opostas: enquanto alguns a enxergavam como um instrumento de manipulação e engano, outros a consideravam essencial para a organização social[16].

O autor Rubem Alves destaca:

> É assim com os cientistas: prestam atenção, sem acreditar; escutam e anotam, convencidos de que os homens não sabem sobre o que estão falando. Eles pensam que aqueles que não passaram pela educação científica, os homens comuns, são como

[13] BERGER, 2001, p. 9-24.

[14] ARAUJO, Victor. Surgimento, trajetória e expansão das igrejas evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). *Políticas Públicas, Cidades e Desigualdades*. Centro de Estudos Metrópole - CEM. Disponível: https://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_midia_anexos/NT20.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

[15] BERGER, Peter L. *Rumor de anjos*: a sociedade moderna e a descoberta do sobrenatural. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 22-25.

[16] ALVES, Rubem. *O que é religião*? 13. ed.. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 35-37.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

> sonâmbulos: caminham envolvidos por uma nuvem de ilusões e equívocos que não os deixa ver a verdade. Míopes. Cegos. Vêem as coisas de cabeça para baixo. Não por má fé, mas por incapacidade cognitiva. E esta é a razão por que os cientistas ouvem suas palavras com um sorriso condescendente. Serão eles, os cientistas, que retirarão do discurso do senso comum a verdade a que somente a ciência tem acesso. E é por isto que nenhum cientista pode acreditar dnas palavras da religião. Se acreditassem seriam religiosos e não homens de ciência. Não lhes sobra outra alternativa. Todas as ciências, sem exceção, são obrigadas a um rigoroso ateísmo metodológico: demónios e deuses não podem ser invocados para explicar coisa alguma. Tudo se passa, no jogo da ciência, como se Deus não existisse [...][17].

Diante desse cenário, Alves enfatiza a necessidade de compreender a visão do sagrado, que se distingue da abordagem científica sobre a religião. Enquanto a ciência apresenta o mundo como algo preciso e manipulável, ela esvazia-o de significados humanos, tornando-o indiferente a sentimentos como o amor e a espiritualidade[18]. A religião, por outro lado, responde a uma necessidade existencial, oferecendo sentido à vida e justificando a vontade de viver, preservando seu fascínio mesmo em um contexto dominado pela razão e pelo pensamento lógico.

Nesse sentido, tentar compreender a religião exclusivamente por meio da ciência coloca a experiência religiosa moderna dentro de uma moldura que limita sua influência e capacidade de transformar a vida dos indivíduos. Se antes a religião era o eixo central da existência, hoje tornou-se apenas uma entre muitas esferas que compõem a identidade pessoal. As decisões humanas passaram a ser moldadas por uma combinação de fatores sociais, culturais e comunitários, relegando a fé a um papel secundário.

Além disso, a secularização deu origem ao conceito de "ateísmo prático", um termo associado a Charles Taylor, filósofo canadense, que descreve a condição em que um indivíduo pode até professar uma crença religiosa, mas sem permitir que ela exerça impacto real sobre suas escolhas e ações cotidianas. Diferente do ateísmo teórico, que nega explicitamente a existência de Deus, o ateísmo prático se manifesta na indiferença religiosa, na qual a fé deixa de ser um elemento orientador da vida e passa a ser apenas um aspecto cultural ou identitário, sem influência direta no comportamento e nas decisões diárias[19].

No próximo capítulo, será abordado o conceito de laicidade, analisando como a separação entre Estado e religião influencia as dinâmicas sociais e culturais na contemporaneidade.

[17] ALVES, 1999, p. 51-52.
[18] ALVES, 1999, p. 53.
[19] TAYLOR, Charles. *Uma era secular*. Tradução Nélio Schneider e Luzia Araújo. São Leopoldo: Unisinos, 2010, p. 43-44.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

1.2 Laicidade

O termo “laico” tem origem no grego *laós*, que significa “povo”, e deu origem ao termo latino *laicus*, utilizado para designar aqueles que não pertenciam ao clero. Era empregado para diferenciar as pessoas que não faziam parte da vida religiosa, de forma semelhante ao uso da palavra “civil”, que distingue os não militares em tempos de guerra. Na Europa medieval, prevalecia a ideia de que o povo comum vivia em um mundo profano, enquanto o mundo sagrado era acessível apenas aos religiosos, como padres e bispos. Nos reinos cristãos da Idade Média, o poder dos reis e da Igreja Católica eram profundamente entrelaçados, assim como no mundo islâmico, onde a autoridade dos califados e de outras lideranças territoriais estava diretamente vinculada à religião. Nesse contexto, era comum que os reis justificassem seu poder como uma escolha divina[20].

A Igreja Cristã sustentava que toda autoridade vinha de Deus, o que levou à ideia de que os governantes seriam representantes de Deus na Terra. Por isso, os reis buscavam legitimação através do reconhecimento papal, estabelecendo uma estreita relação entre o poder secular e o religioso. Além disso, era frequente que os monarcas influenciassem na nomeação de bispos e outras autoridades eclesiásticas, reforçando ainda mais a interdependência entre a Igreja e a coroa. Esse quadro histórico evidencia por que, séculos mais tarde, a noção de laicidade passou a ser reivindicada como princípio fundamental das democracias modernas: para romper com a fusão entre o poder político e o religioso, garantindo neutralidade estatal e liberdade de consciência[21].

A Igreja Católica, por sua vez, detinha imenso poder político e era responsável por funções que hoje pertencem ao Estado. Entre suas atribuições estavam o registro de nascimentos e óbitos, a administração de hospitais e albergues, além de participar diretamente no julgamento e punição de certos crimes. Nessas monarquias, havia uma rígida unidade religiosa: apenas o cristianismo era permitido, e interpretações divergentes da Bíblia eram proibidas e severamente punidas. Isso consolidava a influência da Igreja na vida cotidiana, estabelecendo uma ordem onde religião e poder político eram praticamente indissociáveis[22].

[20] LOPES, Leandro José; HACKMANN, Geraldo Borjes. Orientador. *A teologia do laicato na constituição dogmática lumen gentium e nas conferências gerais do episcopado da América Latina.* 2012. Dissertação (Mestrado em Teologia Sistemática) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p. 22. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5856/1/438775.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

[21] LOPES, BORGES e HACKMANN, 2012, p. 33-35.

[22] ROSA, Lilian R. de Oliveira. *A igreja católica apostólica romana e o estado brasileiro estratégias de inserção política da santa sé no Brasil entre 1920 e 1937*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2011, p. 143-145

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Além disso, a influência da Igreja não se limitava à esfera política. A religião permeava todos os aspectos da vida medieval, moldando a educação, a cultura e a moralidade. As universidades medievais, por exemplo, eram majoritariamente instituições religiosas, onde o ensino era fortemente baseado em doutrinas cristãs. As artes e a arquitetura também eram profundamente influenciadas pela fé, com a construção de catedrais góticas e a produção de obras de arte voltadas para a glorificação de Deus[23].

Os tribunais da inquisição e as expulsões e conversões forçadas de judeus e outras minorias religiosas também era comuns, parecido com o que ocorreu no Brasil com os indígenas, aspecto que parece impraticável nos dias atuais, justamente devido ao fato de que o Brasil atualmente é um estado laico.

Historicamente, a proximidade entre poder religioso e político abriu espaço para diversos excessos, como corrupção e autoritarismo. Além disso, a intolerância religiosa se mostrou um problema profundamente complexo, sendo responsável pelo massacre de comunidades inteiras e pelo desencadeamento de longas guerras civis. Contudo, mais importante do que entender os motivos desses conflitos, é crucial compreender quando de fato o Estado e a religião estão separados, quando estão unidos, e como se dá uma boa manutenção dessa separação. Para isso, é fundamental conhecer a história do Estado laico e os princípios que sustentam a sua criação, permitindo uma convivência pacífica entre diferentes crenças e garantindo a imparcialidade do governo em relação a questões religiosas.

A história do Estado laico teve início no século XVI, quando a relação entre os soberanos europeus e a Igreja Católica foi abalada por uma série de transformações socioculturais e políticas. Um dos principais fatores dessa mudança foi o surgimento do humanismo, uma corrente filosófica que colocava o ser humano no centro das preocupações, inaugurando o pensamento científico moderno. Foi nessa época que estudiosos começaram a dissecar cadáveres para estudar o corpo humano, algo anteriormente proibido pela Igreja. Além disso, importantes avanços científicos ocorreram, como o desenvolvimento de teorias sobre os movimentos dos planetas e outros corpos celestes, baseadas em observações astronômicas e cálculos matemáticos[24].

O pensamento humanista e o racionalismo moderno também influenciaram a política, especialmente através de pensadores como Nicolau Maquiavel. Ele foi pioneiro ao analisar a

[23] ROSA, 2011, p. 149.

[24] PALMA, Daniel de Oliveira. *Laicidade no Brasil e os símbolos religiosos na esfera pública*. 2015, p. 55-57. Monografia (Graduação em Direito). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Três Rios. Disponível em: https://itr.ufrrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/t165.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

política a partir da observação histórica, rejeitando a crença de que os reis eram fundamentalmente diferentes das pessoas comuns ou que tinham sido escolhidos diretamente por Deus para cumprir objetivos sagrados. Essa abordagem permitiu um conjunto de questionamentos em relação ao poder das autoridades religiosas, desafiando o conhecimento que até então era defendido pelas instituições eclesiásticas[25].

Outro marco importante nesse contexto foi a Reforma Protestante, iniciada em 1517. Martinho Lutero buscou democratizar a experiência do cristianismo, propondo uma forma de fé que fosse mais acessível ao indivíduo. Ele criticou os abusos da Igreja, promovendo uma lógica mais racional e pessoal de crença. Essa reformulação desencadeou uma série de guerras civis e religiosas na Europa, trazendo à tona questões como intolerância e violência contra minorias religiosas. As consequências dessas guerras estimularam a elaboração de teorias laicas, que visavam possibilitar a convivência pacífica entre praticantes de diferentes religiões sob um mesmo teto. Essas teorias fundamentavam-se na ideia de que os seres humanos agem conforme seus próprios interesses, promovendo uma visão mais pluralista e tolerante da sociedade[26].

Dessa forma, a laicidade surge justamente visando fazer com que diferentes pessoas com diferentes religiões possam viver de forma saudável dentro da sociedade. Esses desenvolvimentos culminaram na consolidação do Estado laico, que se tornou um pilar das democracias contemporâneas. O Estado laico busca assegurar que as instituições governamentais operem de forma justa e imparcial, protegendo os direitos de todos os cidadãos, independentemente de sua fé. Essa separação entre Igreja e Estado é vital para a promoção da tolerância religiosa e da coexistência pacífica, refletindo a evolução do pensamento humanista e racionalista que moldou o mundo moderno[27].

É possível observar uma certa equivalência entre os conceitos de laicidade e secularização; no entanto, é fundamental destacar que eles não são sinônimos. Segundo Pedro Oro, a secularização refere-se ao processo pelo qual a sociedade, em sua totalidade, se transforma em relação à fé, enquanto a laicidade diz respeito à maneira como o Estado emancipa-se das referências religiosas. Assim, a secularização é o processo pelo qual as religiões perdem a capacidade de influenciar decisões políticas e sociais, enquanto a laicidade

[25] PALMA, 2015, p. 74.

[26] MACHADO, Deusdete. *A reforma protestante e seu legado de desenvolvimento social.* Trabalho de Conclusão de Curso (Teologia) - Faculdade UNINA, Igarapava, 2021, p. 10.

[27] MACHADO, 2021, p. 12.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

é a postura do Estado de não favorecer nenhuma religião, permitindo que cada indivíduo tenha sua própria experiência religiosa ou escolha não seguir nenhuma crença[28].

Essa distinção é crucial para entender como a laicidade e a secularização interagem na configuração das relações entre religião e política nas sociedades contemporâneas. A laicidade não se limita à separação entre Igreja e Estado; ela também atua como um princípio fundamental para promover a convivência pacífica entre diferentes crenças, assegurando que todas as religiões, ou a ausência delas, tenham espaço garantido no debate público.

No contexto brasileiro, a laicidade ganha contornos específicos, dada a diversidade religiosa e o papel histórico da religião na formação do país, aspectos que serão melhor abordados a seguir.

1.3 Laicidade no contexto brasileiro

Em um país marcado pela diversidade cultural e religiosa, a questão da laicidade assume contornos específicos, envolvendo debates acalorados e posicionamentos diversos. Como afirmou Andrade, a diversidade religiosa é uma marca indelével do Brasil contemporâneo, sendo essencial compreendê-la em sua complexidade[29].

Compreende-se que o Brasil se configura como um Estado laico e democrático, o que não implica, entretanto, indiferença em relação às religiões. O Estado reconhece sua existência, assegurando-lhes direitos e prerrogativas, mas abstém-se de intervir em suas questões internas ou de manifestar-se em favor de qualquer credo específico. Nesse contexto, é importante destacar que a laicidade estatal, ao não privilegiar nenhuma religião, não implica necessariamente sua exclusão dos currículos escolares[30].

A Constituição brasileira de 1891 estabeleceu o princípio da laicidade do Estado brasileiro, garantindo a liberdade religiosa e a neutralidade em assuntos religiosos. No entanto, a presença marcante da religião na cultura e na sociedade brasileira muitas vezes desafia essa separação. Conforme destacado por Baubérot e Milot, a laicidade do Estado brasileiro não significa uma ausência de religiosidade na esfera pública, mas sim a garantia de que o Estado não favorecerá uma religião em detrimento de outras[31].

---

[28] ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no ocidente. Algumas considerações. In: *Civitas*. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 221-237, maio 2011, p. 233.

[29] ANDRADE, M. A Religião entra na escola. Porquê? Como? Ocupando qual lugar? 4 Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação. *Revista Pro-proposições*. Porto, 2014, p. 40-45.

[30] RODRIGUES, Elisa. *Ensino religioso*: uma proposta reflexiva. Belo Horizonte: Edutora Senso, 2021, p. 52.

[31] BAUBÉROT, J.; MILOT, M. *Laicidade sem fronteiras*. Paris: Seuil, 2011, p. 44.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Assim, no contexto brasileiro, a laicidade e a separação entre Estado e religião implicam que a Constituição proíbe o Estado de se posicionar em favor de qualquer crença religiosa específica. No entanto, isso não significa a exclusão da religião do espaço público. As manifestações religiosas são permitidas no debate público, desde que não representem riscos à sociedade, podendo apresentar reivindicações, responder a questões e expressar seus posicionamentos. O Estado admite a presença de expressões religiosas em instituições sob sua responsabilidade, como os hospitais, desde que não haja financiamento público dessas práticas. O que se veda é que o Estado adote como oficial o discurso de determinada tradição religiosa. A concepção de laicidade como um valor fundamental para a convivência democrática e o bem-estar coletivo apoia-se em três princípios centrais[32].

Embora a Constituição esteja resguardada e garantida o ER nas escolas, há divergências sobre como deve ser feito, de acordo com os princípios laicos do Estado. Parte da sociedade defende um Ensino Religioso confessional, com base na doutrina de uma religião específica, enquanto outros advogam por uma abordagem não confessional, que trate das religiões de forma plural e imparcial.

O Ensino Religioso nas escolas públicas é uma questão controversa no Brasil. Segundo, Rosa, atualmente, existem diversos modelos de ER em ação[33]. Alguns remontam a práticas antigas de catequese e proselitismo, outros caminham na direção de novos experimentos e práticas de ensino que atendam ao que está previsto nas Leis, especialmente, na Carta Constituinte de 1988, no artigo 210, "estabelece a obrigatoriedade do Ensino Religioso nas escolas, respeitando a diversidade religiosa"[34], artigo 210 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no artigo 33, com a redação de 1996, define as diretrizes para a organização do Ensino Religioso nas instituições de ensino[35].

Apesar da facultatividade do Ensino Religioso estar assegurada pela Constituição Federal e pela LDB, é importante destacar que, em diversos contextos escolares, ainda persiste uma resistência por parte de algumas famílias quanto à presença da disciplina no currículo. Essa resistência não se manifesta na escola pesquisada, segundo relatos da secretaria da escola

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

[32] RODRIGUES, Elisa. A formação do Estado secular brasileiro: notas sobre a relação entre religião, laicidade e esfera pública. *HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 11, n. 29, p. 149-174, 2013, p. 167.

[33] ROSA, 2021, p.255.

[34]BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm. Acesso em: 15 jan. 2024, p. 74.

[35] BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. 7. Ed. Atualizada até agosto de 2023, p. 12. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/ bdsf/bitstream/ handle/id/ 642419/LDB_7ed.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

EEEFM “Domingos José Martins” jamais ocorreram entraves nas matrículas por questionamentos acerca da finalidade do componente curricular. Isso não impede a necessidade de consolidar um Ensino Religioso fundamentado na laicidade, no diálogo e na pluralidade, de modo a garantir que a disciplina seja compreendida como espaço de formação cidadã e não como imposição de crenças específicas[36].

Outro aspecto relevante diz respeito ao ensino religioso como um esforço civilizatório. Sobre esse ponto, Nathalia Martins e Gustavo Martins[37] explicam que o ensino religioso esteve presente nas escolas públicas desde o Brasil Império, assumindo valores distintos conforme a época. No entanto, os autores identificam que, em determinados contextos, o ensino religioso na modernidade tem sido acompanhado por manifestações de intolerância e preconceito.

Diante desse cenário, Martins e Martins analisam qual deveria ser, de fato, o papel das escolas em relação ao ensino religioso. Para isso, recorrem ao pensamento de Paul Ricoeur, que defende que a escola não deve ser apenas um espaço de transmissão de conhecimento, mas também um ambiente para aprender a debater e refletir criticamente. Assim, o ensino religioso não deve se limitar à mera apresentação das religiões, mas deve contribuir para a formação integral do cidadão, ampliando sua compreensão sobre a diversidade religiosa e promovendo o respeito entre diferentes crenças[38].

Além disso, os autores reforçam que a Ciência da Religião se apresenta como a área mais qualificada para lidar com os desafios educacionais do ensino religioso, assegurando um ensino pautado na reflexão crítica e na abordagem pluralista, conforme as necessidades educacionais contemporâneas[39].

Retornando a contemporaneidade, embora a Constituição permita há oferta do Ensino Religioso, há divergências sobre como isso deve ser feito de acordo com os princípios laicos do Estado. Parte da sociedade defende um ensino religioso confessional, com base na doutrina de uma religião específica, enquanto outros advogam por uma abordagem não confessional, que trate das religiões de forma plural e imparcial. Como ressaltou Berger[40], é essencial que o

[36] BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm. Acesso em: 15 jan. 2024, p. 74.

[37] MARTINS, Nathalia F. de Sousa; MARTINS, Gustavo C.. O ensino religioso como esforço civilizatório: uma análise teórico-documental da Base Nacional Comum Curricular a partir da noção de laicidade em Paul Ricouer. *Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião*, Goiânia, v. 18, n. 5, p. 117–131, 2021, p. 2. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7997. Acesso em: 18 fev. 2025.

[38] MARTINS; MARTINS, 2021, p. 13.

[39] MARTINS; MARTINS, 2021, p.12.

[40] BERGER, Peter. *O dossel sagrado*: elementos para uma teoria sociológica da Religião. São Paulo: Paulus, 2003, p. 57.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

ensino religioso seja ministrado de forma a promover o respeito à diversidade religiosa e a não privilegiar uma única crença.

A educação para a cidadania pode desempenhar um papel importante na promoção do respeito à diversidade religiosa e na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres em uma sociedade laica. Promover o diálogo inter-religioso e a compreensão mútua entre diferentes grupos religiosos é essencial para construir uma sociedade mais tolerante e plural. Como destacou Paulo Freire, a educação é um ato político, que deve promover a conscientização e a transformação social[41].

Promover o diálogo inter-religioso e a compreensão mútua entre diferentes grupos religiosos é essencial para construir uma sociedade mais tolerante e plural. Como destacou Paulo Freire, a educação é um ato político, que deve promover a conscientização e a transformação social[42].

O dilema entre Ensino Religioso e laicidade no contexto brasileiro é um reflexo das complexidades e desafios enfrentados por uma sociedade diversa e plural. Encontrar um equilíbrio entre a liberdade religiosa e a neutralidade do Estado é um processo contínuo que requer diálogo, respeito e compromisso com os princípios democráticos e constitucionais. Como afirmou Dra. Rodrigues, é fundamental que o Brasil mantenha sua trajetória de Estado laico, garantindo a liberdade religiosa e o respeito à diversidade como pilares da democracia[43].

O debate sobre o Ensino Religioso e a laicidade no contexto brasileiro também é permeado por questões socioeconômicas. Em muitos casos, o acesso a uma educação de qualidade é limitado, especialmente em regiões mais carentes do país. Isso levanta preocupações sobre a equidade no acesso ao Ensino Religioso, uma vez que instituições religiosas muitas vezes desempenham um papel importante na oferta de educação em

comunidades carentes. Como argumentou Almeida, a questão da equidade no acesso ao Ensino Religioso reflete desafios mais amplos relacionados à desigualdade educacional no Brasil[44].

Além disso, a influência de grupos religiosos na formulação de políticas públicas e na tomada de decisões políticas também é uma preocupação. Como ressaltaram os autores Lopes

[41] FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* 23 reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.11.

[42] FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 48.

[43] RODRIGUES, 2021, p. 71.

[44] ALMEIDA, Fernanda. *Diversidade religiosa e o currículo escolar*. Curitiba: Acadêmica, 2020, p. 12.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

e Hackmann, a separação entre Estado e religião é essencial para garantir a igualdade de direitos e evitar a discriminação com base na religião[45].

Outro aspecto relevante é o papel das escolas confessionais na educação brasileira. Essas instituições têm liberdade para oferecer Ensino Religioso de acordo com os preceitos de sua fé, o que levanta questões sobre a equidade no acesso ao Ensino Religioso em um contexto de pluralidade religiosa. Como destacou Soares, a presença de escolas confessionais no cenário educacional brasileiro destaca a necessidade de se garantir a neutralidade do Estado em assuntos religiosos[46].

A formação dos professores de Ensino Religioso também é uma questão importante a ser considerada. Como destacou Silva, é fundamental garantir que os professores de Ensino Religioso tenham uma formação adequada, que lhes permita abordar o tema de forma imparcial e respeitosa[47].

A falta de consenso sobre o papel do Estado na promoção da religião também é evidente em questões como o financiamento público para eventos religiosos e a presença de símbolos religiosos em prédios públicos. Enquanto alguns defendem que o Estado deve se abster de qualquer tipo de apoio à religião, outros argumentam que é legítimo reconhecer e valorizar a contribuição das religiões para a cultura e a sociedade brasileira. Como ressaltou Silva, essas questões são centrais, para o debate sobre a laicidade do Estado brasileiro[48].

O debate sobre Ensino Religioso e laicidade no Brasil também é influenciado por mudanças na sociedade e na política. O aumento do conservadorismo religioso e a ascensão de grupos fundamentalistas têm gerado tensões em relação à separação entre Estado e religião. Por outro lado, movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm lutado pela manutenção da laicidade do Estado e pelo respeito à liberdade religiosa. Como afirmou, a laicidade do Estado é uma conquista importante da democracia brasileira, que deve ser defendida e preservada[49].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PPGPCR Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciências das Religiões

[45] LOPES; HACKMANN, 2012, p. 27.

[46] SOARES, Afonso Maria Ligório. Concepções do ensino religioso no Brasil. (In.) JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo (org.). *Ensino Religioso no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2015, p. 48.

[47] SILVA, Jéssica Emanuelly Santos Barboza da. *Ensino religioso na educação brasileira*: breve análise histórica. TCC (Graduação em Ciências Das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba Centro de Educação. João Pessoa, 2023, p. 15.

[48] SILVA, Cristiano Santos. *O papel da escola na defesa da tolerância religiosa na sociedade*: o componente curricular de ensino religioso como promotora do respeito. Dissertação (Mestrado Ciências das Religiões) – Faculdade Unida de Vitória, 2022, p. 13.

[49] SILVA. Diogo Bacha e. Laicidade e Estado democrático de direito: sobre a relação entre direito, religião e o agir prático. *RFD - Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, v. 0, n. 31, 2017, p. 28. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/rfduerj/article/view/16725>. Acesso em: 10 fev. 2025.

A diversidade de opiniões e interesses em jogo torna o debate sobre Ensino Religioso e laicidade no Brasil extremamente complexo. No entanto, é essencial que esse debate ocorra de forma democrática e respeitosa, levando em consideração os princípios constitucionais de igualdade, liberdade e pluralismo. Nesse sentido, a atuação do Poder Legislativo e do Poder Judiciário é fundamental para garantir que as políticas públicas relacionadas ao Ensino Religioso sejam consonantes com os princípios democráticos e constitucionais do país. Além disso, é importante promover o diálogo e a colaboração entre diferentes atores sociais, incluindo representantes de diferentes tradições religiosas, organizações da sociedade civil, acadêmicos e especialistas em educação. Somente por meio do diálogo e da cooperação será possível encontrar soluções que promovam o respeito à diversidade religiosa e a laicidade do Estado brasileiro[50].

No Estado do Espírito Santo, a religiosidade desempenha um papel significativo na vida cotidiana e na identidade cultural da população capixaba. Como observa Almeida, com uma diversidade religiosa expressiva, que abrange diferentes tradições e práticas espirituais, o estado é marcado por uma convivência nem sempre harmoniosa entre diversas crenças[51].

O catolicismo, conforme pontuado por Diogo Rei, é uma das crenças predominantes no Espírito Santo, exercendo forte influência na história e na cultura local. As festas religiosas, como as festas de São Pedro e Nossa Senhora da Penha, Santo Padre José de Anchieta, são celebradas com grande devoção e participação popular em várias regiões do estado[52].

Além do catolicismo, o Espírito Santo abriga uma grande diversidade de tradições religiosas, como observa Machado, incluindo o protestantismo, o espiritismo, as religiões de matriz africana, as diversas expressões dos povos originários e a multiplicidade denominacional do cristianismo evangélico. Essa pluralidade religiosa enriquece o cenário espiritual do estado e deveria fomentar o respeito à diversidade de crenças[53].

O protestantismo, tem experimentado um crescimento significativo no Espírito Santo nas últimas décadas, influenciando não apenas a vida espiritual, mas também a cultura e a política local. As igrejas evangélicas exercem uma forte influência na sociedade capixaba, promovendo ações sociais, eventos religiosos e campanhas evangelísticas em diversas comunidades. Esse fenômeno brasileiro, marcado pela expansão evangélica, contrasta com a

[50] SILVA, 2022, p. 27.
[51] ALMEIDA, 2020, p.18.
[52] REI, Pedro Silva. Católicos de esquerda e de direita, ou nem à esquerda nem à direita? O catolicismo contemporâneo entre a dualidade política e o conflito triangular. *Revista Catolicismo Poder e Sociedade - Faces de Clio*. 2019. Vol. 5, n. 10. P. 87-105, p. 39. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/28715/19637. Acesso em: 20 dez. 2024.
[53] MACHADO, 2021, p. 6.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

percepção humanista predominante em parte da Europa, que apontava para o declínio da religiosidade como consequência natural da modernidade e da secularização. No caso brasileiro, observa-se um fator diferente: a religião mantém vitalidade, reorganiza-se em novas formas institucionais e continua exercendo impacto direto na vida pública e privada dos cidadãos. Essa realidade confirma a tese de Berger (2018), para quem a modernidade não eliminou a religião, mas favoreceu sua reconfiguração em novos formatos sociais e simbólicos. No contexto nacional, como destaca Prandi (2008), o pluralismo religioso e a expansão das igrejas pentecostais e neopentecostais ilustram essa vitalidade, demonstrando que a religião segue desempenhando papel central na sociedade brasileira[54].

O espiritismo e as religiões de matriz africana, segundo Souza, também possuem uma presença significativa no Espírito Santo, com centros espíritas e casas de umbanda e candomblé espalhados por diversas cidades. Essas tradições espirituais são parte essencial da identidade cultural do estado, refletindo a forte influência da cultura afro-brasileira e dos povos originários na formação da sociedade capixaba. Essa influência se evidencia no fato de que dois dos mais importantes patrimônios culturais imateriais do estado - o jongo e a capoeira - têm origem nas religiões de matrizes africanas[55].

Fora as religiões mais tradicionais, o Espírito Santo também é lar de uma variedade de movimentos religiosos e espirituais alternativos, como observado por Furtado, que buscam resgatar tradições antigas e promover uma espiritualidade mais conectada com a natureza e com os princípios éticos[56].

A religiosidade no Espírito Santo não se limita apenas às práticas formais de culto, mas permeia diversos aspectos da vida cotidiana dos capixabas. Conforme destacado por Almeida, a fé e as tradições religiosas estão presentes na música, na gastronomia, nas festas populares e nas tradições familiares, contribuindo para fortalecer os laços comunitários e promover valores como solidariedade e compaixão[57].

No entanto, como alerta Machado, apesar da convivência pacífica entre diferentes tradições religiosas, o estado também enfrenta desafios relacionados à intolerância religiosa e à falta de diálogo inter-religioso. É fundamental, segundo Souza, promover o respeito mútuo e

[54] PRANDI, Reginaldo. *Religião, religiosidade e secularização no Brasil*. Tempo Social, v. 20, n. 2, 2008, p. 105-127.

[55] SOUZA, Denis A. *A teologia na busca de legitimidade científica:* um olhar sobre o cenário atual. *Revista Caminhando*, v. 22, n. 1, jan./jun. São Bernardo do Campo, 2017, p. 67.

[56] FURTADO, Ana Maria Ribeiro. *O ensino religioso como parte integrante da formação do pedagogo a serviço da formação do cidadão brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2014, p. 50.

[57] ALMEIDA, 2020, p. 65.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

a compreensão entre as diferentes crenças, buscando construir uma sociedade mais inclusiva e tolerante para todos os capixabas[58].

A religiosidade no Espírito Santo também se manifesta em práticas de devoção e peregrinação a locais sagrados, como observado por Oliveira[59]. O Santuário Nacional de São José de Anchieta, por exemplo, atrai fiéis de todo o estado e do país, que buscam conforto espiritual e proteção junto ao santo padroeiro.

Contudo, a religião também desempenha um papel importante na vida política e social do estado. Como ressalta Birman, líderes religiosos e comunidades eclesiásticas muitas vezes se envolvem em questões sociais, como a defesa dos direitos humanos, a luta contra a violência e o combate à pobreza, exercendo influência sobre a agenda política e mobilizando a sociedade civil em prol de causas comuns[60].

Diante dessa situação, a religiosidade no Espírito Santo é mais do que uma questão de fé; é um elemento central na construção da identidade coletiva e na promoção do bem-estar social. Como afirmou Blancarte, compreender e valorizar essa diversidade religiosa é essencial para promover uma convivência harmoniosa e respeitosa entre os diferentes grupos e indivíduos que compõem a sociedade capixaba[61].

O contexto do Estado do Espírito Santo é um tema amplamente explorado, por diversos autores brasileiros em suas obras. Eles apresentam uma visão multifacetada, destacando aspectos fundamentais que moldam a identidade e a realidade socioeconômica dessa região. Em suas análises, é possível observar a convergência de preocupações comuns, bem como abordagens distintas que enriquecem o debate sobre o estado capixaba.

A diversidade cultural e econômica do Espírito Santo é frequentemente ressaltada por estudiosos como Oliveira[62] e Martins[63]. Eles apontam para a variedade de influências culturais, como elementos essenciais na construção da identidade estadual. Nesse sentido, o estado é considerado uma síntese da diversidade brasileira, refletindo em sua essência a pluralidade do país.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PPGPCR Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão dos Polos

[58] SOUZA, 2017, p. 20.

[59] OLIVEIRA, 2017, p. 42.

[60] BIRMAN, Patrícia. Conexões políticas e bricolagens religiosas: questões sobre o pentecostalismo a partir de alguns contrapontos. In: SANCHIS, P. (org.) *Fiéis e cidadãos: percursos de sincretismo no Brasil*, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 52.

[61] BLANCARTE, R. Laicidade e secularidade na América Latina. *Estudos Sociológicos*, 26 (76), 139-164. Jan e Abr. 2008, p. 141.

[62] OLIVEIRA, 2017, p. 55.

[63] MARTINS, Nathália F. de Sousa. *O ensino religioso do Estado do Espírito Santo*: da legislação a sala de aula em escolas estaduais da região metropolitana da grande Vitória. Dissertação (Mestrado em Ciência as Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2018, p. 111.

Por outro lado, o autor Andrade concentra suas análises nos desafios socioeconômicos enfrentados pelo Espírito Santo. Eles destacam questões como a desigualdade social, os problemas econômicos e os desafios no sistema educacional como áreas que demandam atenção e políticas públicas eficazes para sua superação. Essa abordagem crítica busca identificar as raízes dos problemas e apontar caminhos, para promover um desenvolvimento mais justo e inclusivo[64].

Assim, ao mesclar diferentes perspectivas e abordagens, os estudos sobre o contexto do Estado do Espírito Santo oferecem uma visão abrangente e profunda sobre as complexidades e desafios enfrentados por essa região. Por meio do diálogo e do intercâmbio de ideias, é possível avançar na busca por soluções que promovam o desenvolvimento socioeconômico e a qualidade de vida de seus habitantes.

Por sua vez, o Espírito Santo possui uma rica história, influenciada por diversos grupos étnicos e culturais. Segundo Freitas, essa diversidade cultural é um reflexo da pluralidade do Brasil, contribuindo para a identidade única do estado[65].

No campo da educação, Andrade discute os avanços e desafios do sistema educacional capixaba. Ele ressalta a importância de investimentos na formação de professores e na melhoria da infraestrutura das escolas para garantir uma educação de qualidade para todos os capixabas[66].

No âmbito político, o Espírito Santo é governado por um sistema democrático, com eleições periódicas para os cargos de governador, prefeitos, deputados estaduais e federais, e senadores. A participação da sociedade civil e o controle social sobre as políticas públicas são elementos essenciais para promover a transparência e a responsabilidade no governo estadual.

O dilema entre o Ensino Religioso e a laicidade do Estado é um tema complexo que desperta debates intensos, especialmente no contexto educacional do Espírito Santo. Como salienta Rodrigues, a diversidade religiosa presente no estado torna essa questão ainda mais delicada, exigindo um cuidadoso equilíbrio entre a liberdade de crença e a neutralidade do Estado[67]. Segundo Lui, a Constituição Federal de 1988 estabelece princípios claros nesse

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

[64] ANDRADE, 2014, p. 42.

[65] FREITAS, Eliane M. L. Milhomem de. Bem-me-quer, malmequer: um estudo sobre a presença do ensino religioso na Base Nacional Comum Curricular - *Revista Pistis e Praxis Teologia e Pastoral*. Curitiba, v. 13, n. 1, p. 459-476, jan./abr. 2021. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/27893. Acesso em: 17 jan. 2024.

[66] ANDRADE, 2014, p. 43.

[67] RODRIGUES, 2021, p. 96.

sentido, garantindo tanto a laicidade do Estado quanto o direito ao Ensino Religioso nas escolas públicas, desde que oferecido de forma facultativa[68].

No entanto, conforme ressaltado por, Valente (2018), a implementação prática desses princípios muitas vezes enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à formação dos professores e à elaboração de um currículo que contemple a diversidade religiosa[69]. Isso porque, como argumenta Blancarte, a neutralidade do Estado em questões religiosas pode ser interpretada de maneira distinta por diferentes segmentos da sociedade, gerando conflitos e controvérsias[70].

Por outro lado, há quem defenda que o Ensino Religioso nas escolas pode contribuir para a formação ética e moral dos alunos, promovendo valores como a solidariedade e o respeito ao próximo. Nesse sentido, o debate sobre o papel da religião na esfera pública não se restringe apenas a questões legais, mas também envolve reflexões sobre o papel da educação na construção de uma sociedade mais justa e tolerante Blancarte[71].

Diante desse contexto, é fundamental, como destacado por Furtado[72], buscar soluções que respeitem a diversidade religiosa e garantam a liberdade de crença, ao mesmo tempo em que se assegura a neutralidade do Estado em questões religiosas. Isso requer um diálogo aberto e democrático entre os diversos atores envolvidos, incluindo representantes do poder público, da sociedade civil e das diferentes tradições religiosas presentes no Estado do Espírito Santo.

Em resumo, o dilema entre o Ensino Religioso e a laicidade do Estado configura um desafio complexo, que demanda reflexão contínua e adaptação às transformações sociais e culturais. No contexto do Espírito Santo, como apontam diversos estudiosos, essa questão assume características singulares, moldadas pela rica diversidade religiosa e cultural da população capixaba. Encontrar um equilíbrio entre a liberdade religiosa e a neutralidade do Estado é essencial para fomentar uma educação inclusiva e democrática, que valorize a pluralidade de crenças e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e tolerante.

Promover esse equilíbrio requer não apenas a revisão constante das políticas educacionais, mas também o engajamento ativo da sociedade civil, dos educadores e das

[68] LUI, Janayna de Alencar. *Educação, laicidade, religião*: controvérsias sobre a implementação do ensino religioso em escolas públicas. (Doutorado em Sociologia e Antropologia) -Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011, p. 23.

[69]VALENTE, Gabriela Abuhab. Laicidade, ensino religioso e religiosidade na escola pública brasileira: questionamentos e reflexões. *Pro-Posições,* Campinas, v. 29, n. 1, p. 107–127, 2018, p. 122. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/ 8652057. Acesso em: 11 fev. 2025.

[70] BLANCARTE, 2008, p. 144.

[71] BLANCARTE, 2008, p. 159.

[72] FURTADO, 2014, p. 32.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

comunidades religiosas no debate sobre o papel da religião no espaço público. Assegurar que o Ensino Religioso respeite a diversidade e a liberdade de consciência, sem privilegiar nenhuma crença em detrimento de outras, é indispensável para que a escola pública se consolide como um espaço de formação cidadã e de convivência plural.

Diante disso, o próximo capítulo analisará a implementação do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, considerando seus fundamentos legais, as controvérsias em torno de sua obrigatoriedade e as implicações desse modelo no contexto da laicidade do Estado. Serão examinados também os diferentes modelos de Ensino Religioso adotados no Brasil, os desafios encontrados na formação dos docentes responsáveis por essa disciplina e as possibilidades de construção de um currículo que promova o respeito às diferenças e a convivência harmônica no ambiente escolar.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

2 ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL

O Capítulo 2 se dedica a uma análise do Ensino Religioso na escola pública brasileira, com foco especial em sua organização, desafios e possibilidades no contexto do ensino fundamental II. A discussão inicia-se com uma abordagem do processo de ensino-aprendizagem no Ensino Religioso, considerando as especificidades desse componente curricular e os princípios que o orientam segundo a legislação vigente e os documentos educacionais. Em

seguida, o capítulo discute o papel do docente de Ensino Religioso, refletindo sobre suas responsabilidades, formação e práticas pedagógicas. Por fim, são exploradas as relações entre o currículo prescrito e a realidade vivida em sala de aula, destacando como os saberes são construídos no cotidiano escolar e as tensões enfrentadas pelos educadores na tentativa de articular teoria e prática de forma significativa e respeitosa com a diversidade religiosa presente na escola.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

2.1 O processo de ensino-aprendizagem no Ensino Religioso

De início, é importante ressaltar que o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras é uma realidade validada pelo art. 33 da LDB (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), que prevê:

> Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.
>
> §1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.
>
> §2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso[73].

PPGPCR Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciências das Religiões

É relevante salientar que um dos propósitos centrais da disciplina de Ensino Religioso encontra amparo na Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 5º, inciso VI. Essa carta magna proclama a "inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias"[74].

Diante desse contexto, este capítulo abordará as consequências que o Ensino Religioso pode trazer para os alunos na escola pública. Entre os pontos a serem discutidos estão os impactos na formação ética e moral dos estudantes, a promoção da diversidade cultural e religiosa, e os possíveis desafios relacionados à imparcialidade e à inclusão de diferentes crenças. Além disso, será analisado como o Ensino Religioso pode influenciar o

[73] BRASIL, 2024, p. 26.
[74] BRASIL, 1988, p. 14.

desenvolvimento do pensamento crítico e a convivência harmoniosa em um ambiente escolar multicultural.

Ou seja, o Ensino Religioso não se limita ao estudo de uma religião específica, mas sim ao entendimento do pensamento religioso em geral. Essa abordagem é fundamental para que os alunos compreendam que seguir uma religião diferente não significa seguir algo "errado". O Ensino Religioso deve ser tratado como um fenômeno autônomo, desvinculado de determinações histórico-sociais e não exclusivo do reino dos sentidos[75]. Dessa forma, os alunos aprendem a respeitar e valorizar a diversidade religiosa, promovendo uma convivência mais harmoniosa e inclusiva.

Sobre esse aspecto, Passos explica que o Ensino Religioso na rede pública também enfrenta desafios, pois existe o risco de ocorrer uma "catequese", em que professores possam dar ênfase à religião que é predominante em suas vidas pessoais. Para evitar isso, o autor argumenta que é fundamental que o professor de Ensino Religioso tenha não apenas uma formação religiosa, mas também uma formação humanística. Por exemplo, não se pode limitar o Ensino Religioso ao estudo de um único ser supremo, pois isso excluiria automaticamente religiões que não seguem esse dogma como as afro-brasileiras, povos originários, budistas e hinduístas, entre outras[76].

O autor destaca a importância de uma abordagem inclusiva e pluralista no Ensino Religioso, que considere a diversidade de crenças e práticas espirituais. Isso exige que os professores sejam capacitados para tratar todas as religiões ou não, com igual respeito e imparcialidade, promovendo uma compreensão abrangente e respeitosa da pluralidade religiosa[77].

Corroborando tais argumentos, é importante mencionar o entendimento de Luiz Pauly, em consonância com Claudete Ulrich e José Mario Gonçalves que destacam que o Ensino Religioso não se refere ao estudo de religiões específicas, mas sim ao fenômeno religioso articulado nas escolas[78]. No entanto, isso não significa que os alunos não devam conhecer diferentes religiões, pelo contrário, o conhecimento sobre a pluralidade religiosa é fundamental

[75] RODRIGUES, 2021, p. 116.

[76] PASSOS, João Décio. *Ensino religioso*: construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 112.

[77] PASSOS, 2007, p. 127.

[78] ULRICH, Claudete Beise; GONÇALVES, José Mário. O estranho caso do ensino religioso: contradições legais e questões epistemológicas. *Revista Estudos Teológicos* – Programa de Pós Graduação em Teologia. v. 58, n. 1. São Leopoldo, 2018, p. 17.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

para que os estudantes compreendam a realidade brasileira e a relação das religiões com a política, economia e cultura[79].

O fenômeno religioso, nesse sentido, deve ser compreendido não como a adesão a uma tradição específica, mas como a manifestação da busca humana por sentido, transcendência e pertencimento. Rubem Alves o descreve como uma experiência marcada pela "presença da ausência", isto é, pela capacidade do ser humano de reconhecer que há dimensões do existir que escapam às explicações meramente racionais ou científicas. Para o autor, a ausência é uma presença silenciosa, é aquilo que se sente sem que se possa tocar. Essa ausência, longe de significar vazio, constitui-se em convite à reflexão sobre símbolos, narrativas e práticas que estruturam as tradições religiosas e influenciam os modos de pensar e agir no mundo[80].

Nessa perspectiva, o estudo do fenômeno religioso no espaço escolar não se reduz à descrição de dogmas ou ritos, mas busca explorar como as expressões religiosas revelam dimensões fundamentais da experiência humana. As metáforas religiosas não explicam o mundo, mas o abrem ao encanto e ao mistério. Assim, abordar o fenômeno religioso em sala de aula significa proporcionar aos estudantes uma leitura crítica e sensível das tradições, reconhecendo tanto sua força simbólica quanto sua relevância social, cultural e política, em um processo que favorece o respeito e a convivência plural. Para Gustavo Martins, a religião é uma construção social, mas essa construção social é, em primeiro lugar, executada, e não falada, e, como é realizada, transforma corpos[81].

Para alcançar esses objetivos, é fundamental que os estudantes sejam protagonistas no processo de aprendizado, e que suas experiências e desejos sejam levados em consideração ao ministrar a aula de ER. Isso permite a construção de um currículo que contemple as curiosidades e interesses dos alunos, tornando o ER mais envolvente e relevante.

Esse aspecto é crucial para despertar o interesse dos alunos, transformando o Ensino Religioso em uma disciplina prazerosa e de fácil assimilação. Além disso, é essencial que o docente de ER não se limite a ser um mero transmissor de conhecimento, mas atue como um mediador entre o conteúdo religioso e os alunos[82].

Como mediador, o professor deve incentivar a participação ativa dos estudantes, promovendo discussões, reflexões e atividades que possibilitem a troca de ideias e experiências.

[79] PAULY, Evaldo L. O dilema epistemológico do ensino religioso. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 27, p. 172-212, 2004, p.177.

[80] MARTINS, Gustavo C. *A presença da ausência: contribuições de Rubem Alves à Ciência da Religião.* Organização de Gustavo Claudiano Martins. Juiz de Fora: UFJF, 2023, p.128.

[81] MARTINS, 2023, p. 34.

[82] PAULY, 2004, p.179.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PPGPCR Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciências das Religiões

Essa abordagem colaborativa permite que os alunos se sintam valorizados e envolvidos no processo de aprendizado, aumentando seu engajamento e motivação.

Nesse mesmo sentido, Regina Fuhr explica que o ER depende da interação e de que o aluno seja colocado como protagonista, explicando ainda que:

> O que diferencia a competência da capacidade ou qualidade humana fundamental, é o saber pensar, dizer e fazer e o querer ligado às necessidades e interesses, relacionados ao projeto de vida, em contextos e situações específicos e complexos. Portanto, uma pessoa competente precisa ser capaz de utilizar todos os seus recursos e desenvolver os seguintes processos diante de situações problemáticas onde se encontra: 1- análise e diagnóstico compreensivo das situações problemáticas; 2- elaboração e planejamento dos modos mais adequados de intervenção; 3- atuação flexível, sensível, criativa e adaptativa; 4- avaliação reflexiva de processos e resultados, bem como a formulação de consequentes propostas de melhoria[83].

A autora ressalta que nenhuma cultura deve ser considerada superior a outra, o que apresenta um desafio significativo para os docentes de ER, visto que cada religião está intimamente ligada a uma cultura distinta. Além disso, ela argumenta que o currículo não é algo neutro, pelo contrário, ele deve ser dinâmico e adaptável. O ER precisa ser flexível e atualizado continuamente[84].

Nilda Alves e Regina Garcia possuem este mesmo entendimento, explicando que o currículo do ER deve ter como base as vivências presentes em sala de aula e, além disso, não deve se comprometer meramente à transmissão de conhecimentos. Logo, pensar o currículo do ER é, portanto, pensar em práticas e necessidades pedagógicas. Para tal, os docentes devem fazer uso da formação continuada e, além disso, devem também estarem comprometidos com o campo social, político e ético buscando sempre assegurar um ensino que respeite todas as religiões[85]. Dessa forma, a finalidade do ER transcende a mera transmissão de conhecimentos enciclopédicos, pois seu verdadeiro propósito reside na promoção da aprendizagem crítica e no cultivo do entendimento espiritual na humanidade. Em outras palavras, não se resume a instruir sobre religiões, mas a fomentar uma abordagem crítica e interpretativa dos acontecimentos com o objetivo de dotar as gerações futuras de maior liberdade e do conhecimento dessa dimensão transcendental da existência.

[83] FUHR, Regina C. *Educação 4.0 e seus impactos no século XXI*. V CONEDU – Congresso Nacional de Educação. 2018, p. 3. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA19_ID5295_31082018230201.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

[84] FUHR, 2018, p. 5.

[85] ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. *A construção do conhecimento e o currículo dos cursos de formação na vivência de um processo*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 84.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PPGPCR Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciências das Religiões

Assim, o Ensino Religioso visa desenvolver competências desde a infância, para que no processo educacional a pessoa conheça, compreenda e analise as diferentes manifestações religiosas, bem como as desenvolva[86].

Além disso, todas as pessoas têm direito ao esclarecimento das crenças da humanidade como patrimônio cultural. O que acarretou, nos últimos anos, o despertar em forma de vários movimentos, visando acolher tanto grupos religiosos quanto àqueles sem religião, produzindo assim, uma disciplina que abrangesse todos os tipos de pessoas.

Nesse contexto, o Ensino Religioso desempenha um papel fundamental na educação básica do cidadão ao promover o respeito pela diversidade cultural e religiosa que caracteriza o Brasil.

A definição das unidades temáticas, conforme a Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, delega aos estados a responsabilidade de estabelecer diretrizes que reforcem a natureza plural do Ensino Religioso. Isso permite a adaptação às distintas realidades regionais, assegurando a harmonização entre o respeito às diferentes convicções religiosas e a formação integral do indivíduo como cidadão consciente de sua herança cultural e religiosa.

O Ensino Religioso, portanto, não apenas instrui sobre as diversas tradições espirituais, mas também promove valores de respeito, solidariedade e benevolência. Esse componente curricular contribui para a construção de uma sociedade mais coesa e justa, fundamentada no reconhecimento e valorização das diferentes expressões de fé e cultura presentes no país.

O Ensino Religioso é um instrumento valioso para a promoção da diversidade, do respeito mútuo e da compreensão intercultural. Ademais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que nele, seja fundamental abordar as manifestações religiosas de diversas culturas, sem privilegiar nenhuma crença ou convicção específica. Além disso, a BNCC propõe quatro objetivos principais para o Ensino Religioso no Brasil, sendo cada um deles revestido de profundo significado[87].

Primeiramente, a BNCC busca proporcionar a aprendizagem dos fenômenos religiosos a partir da realidade dos estudantes, tornando o ensino relevante e conectado com suas vidas. Isso implica em contextualizar as práticas religiosas e suas influências na sociedade contemporânea.

[86] BRASIL, Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular.* Brasília: MEC, 2017, p.439. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc. Acesso em: 15 dez. 2023.

[87] BRASIL, 2017, p. 436.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Em segundo lugar, a mesma visa proporcionar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, com foco na promoção dos direitos humanos. Dessa forma, o Ensino Religioso contribui para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos individuais e, ao mesmo tempo, sensíveis às questões de justiça social.

Terceiro, ela almeja o desenvolvimento de competências e habilidades que facilitem o diálogo entre diferentes posições, promovendo o respeito ao pluralismo de ideias e crenças. Isso incentiva uma sociedade mais aberta à diversidade e ao entendimento mútuo.

Por fim, busca contribuir para que os alunos construam um estilo pessoal de vida pautado em valores éticos e de cidadania. Isso significa que, como dito anteriormente, o Ensino Religioso não se limita a transmitir conhecimentos, mas também busca influenciar positivamente o comportamento e as escolhas dos indivíduos.

Dentro desse contexto, a BNCC reconhece o Ensino Religioso como uma ferramenta essencial para a formação integral dos cidadãos e cidadãs brasileiros. Ao promover a compreensão das diversas crenças e tradições religiosas presentes no país e no mundo, este componente curricular auxilia a construir pontes de diálogo e entendimento em um mundo cada vez mais plural e interconectado[88].

Nota-se, nesse sentido, que a BNCC não reconhece apenas a importância que o Ensino Religioso exerce, mas também busca desenvolver a capacidade de debater, problematizar e posicionar-se contra a intolerância religiosa, a discriminação e a violência baseadas na religião, ou seja, investe desde a infância e no Ensino Fundamental para que os jovens participem da sociedade como defensores ativos dos direitos humanos, o que inclui respeito as diferenças religiosas usando, para tanto, os conceitos de ética cidadã constituídos em sua formação.

Neste contexto, a BNCC oferece orientações específicas que delineiam um percurso significativo para a formação dos estudantes. Por exemplo, no terceiro ano do ensino fundamental, ela propõe que os alunos sejam capazes de identificar e respeitar práticas celebrativas provenientes de diversas tradições religiosas englobando cerimônias, preces, festividades e peregrinações. Conforme os estudantes progridem em seu aprendizado, a BNCC almeja que, no sétimo ano, eles desenvolvam a capacidade de discutir estratégias que promovam a convivência ética e respeitosa entre diferentes religiões[89].

Dessa forma, fica evidente que o Ensino Religioso vai além de "passar conteúdo", uma vez que busca promover uma apreciação mais significativas das dimensões dos fenômenos religiosos e culturais que estão inseridos na sociedade, advindos, também, dos conhecimentos

[88] BRASIL, 2017, p.437.
[89] BRASIL, 2017, p. 454.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

adquiridos com a globalização. O Ensino Religioso, nesta dimensão, propõe informar, analisar, enriquecer e respeitar a diversidade religiosa no próprio entorno e, além disso, capacita os estudantes a adotar uma perspectiva mais informada e enriquecedora sobre a diversidade religiosa e filosófica que os cerca.

Adicionalmente, o ER carrega a nobre concepção da "regra de ouro" que é um princípio de reciprocidade que se destaca como uma máxima moral em diversas tradições religiosas presentes na cultura brasileira, isto é, um princípio ético encontrado em diversas tradições religiosas e filosóficas ao longo da história. Este princípio orienta que cada indivíduo deve tratar os outros com a mesma gentileza que deseja para si, e evita infligir ao próximo o que não gostaria que fosse feito a ele[90].

A presença deste princípio é percebida em múltiplas religiões como no budismo que preconiza "Não atormentes o próximo com aquilo que o aflige". Também no confucionismo que adverte "Não façais aos outros aquilo que não quereis que vos façam", demonstrando a sua importância para a construção de uma sociedade harmoniosa. O hinduísmo, por exemplo, ensina "Esta é a suma do dever: não fazer aos demais aquilo que, se a ti for feito, te causará dor". E ainda o judaísmo ao afirmar "O que é odioso para ti, não faças ao próximo. Esta é a lei toda, o resto é comentário". E, finalmente, o cristianismo ao pregar que, "Portanto, tudo quereis que os homens vos façam, fazei-o também a eles"[91].

Os ensinamentos provenientes de distintas tradições espirituais promovem valores como respeito, solidariedade e benevolência, fundamentais para a disciplina de Ensino Religioso. O processo de ensino-aprendizagem do ER não apenas reforça esses valores, mas também é fundamental para a construção do conceito de cidadania.

Dessa forma, o processo de ensino e aprendizagem do ER ao promover a "regra de ouro" e outros princípios éticos compartilhados entre diferentes religiões, contribui significativamente para formação de cidadãos conscientes e empáticos. Estes princípios, quando internalizados pelos alunos, ajudam a construir uma sociedade mais justa e coesa. Ao aprenderem sobre diferentes tradições religiosas e seus valores, os alunos desenvolvem um senso de respeito e compreensão mútua, fundamentais para o exercício pleno da cidadania.

[90] BECKER, Michael. *Ensino religioso entre catequese e ciências da religião*: uma avaliação comparativa da formação dos professores do ensino religioso no Brasil e da aprendizagem interreligiosa na Alemanha em busca de um ensino religioso interteológico e interdisciplina. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. 2010, p.31. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3645. Acesso em: 22 jul. 2024.

[91] BECKER, 2024, p. 173.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Portanto, o ER proporciona um ambiente propício para a reflexão crítica e o desenvolvimento do pensamento autônomo incentivando os alunos a questionarem e compreenderem o mundo ao seu redor de maneira mais profunda e ética. Isso prepara os estudantes para enfrentar os desafios da vida moderna com uma base sólida de valores e princípios que favorecem a convivência harmoniosa e o respeito à diversidade.

2.2 O trabalho do docente de Ensino Religioso

Apesar do capítulo anterior ter abordado brevemente o trabalho do docente no Ensino Religioso, é neste capítulo que se destacará a importância do papel do professor para que o ER cumpra os objetivos estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular.

Nas primeiras aulas, é importante e, pode ser de proveito, que o docente de ER faça uma introdução que ajude os alunos a compreenderem o conceito de religião. Uma estratégia eficaz é iniciar a aula perguntando aos alunos: "O que é religião"? O professor deve então integrar as respostas dos alunos na discussão, tornando o ensino mais dinâmico e envolvente.

Além disso, é importante que ele crie um ambiente de respeito e acolhimento, onde os alunos se sintam confortáveis para expressar suas opiniões e crenças. O docente deve utilizar métodos variados de ensino, como debates, estudos de caso e análises de textos de diferentes religiões, a fim de ampliar a compreensão dos alunos sobre o tema.

Pode acontecer ainda de alguns professores ministrarem as aulas de Ensino Religioso baseando-se nas literaturas relacionadas ao grupo religioso ao qual pertencem, como revistas para Escola Bíblica Dominical ou periódicos do Jornal Mundo Jovem. Isso ocorre, muita das vezes, devido à ausência de uma Proposta Curricular Pedagógica clara, o que resulta na falta de um planejamento curricular anual definido. Dessa forma, percebe-se que o ER no Brasil pode não ser completamente democrático[92].

Ademais, muitos docentes podem não estar preparados para lidar com a pluralidade religiosa presente na sociedade atual. Isso se deve ao fato de que, especialmente aqueles formados há mais tempo, estão acostumados a um discurso religioso que, durante anos, foi monopolizado. Esse cenário evidencia a importância de que os professores de ER se mantenham constantemente atualizados[93].

[92] RIBEIRO, Nédson Coelho. *Ensino religioso e seu significado para adolescentes do ensino fundamental em uma escola pública municipal em Mirinzal/MA*. Tese de (Mestrado em Teologia) – Escola Superior em Teologia. São Leopoldo: EST/PPG, 2012, p. 110.

[93] RIBEIRO, 2012, p. 120.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

É crucial que o Estado invista na formação continuada dos docentes, garantindo que os profissionais que atuam e atuarão nessa área se atualizem e se qualifiquem. O investimento em capacitações, cursos e seminários sobre diversidade religiosa e metodologias de ensino pode ajudar a formar professores mais preparados para promover um ambiente de aprendizado inclusivo e respeitoso.

Observa-se que a democratização do Ensino Religioso no Brasil, depende tanto do esforço individual dos professores em buscar constante atualização quanto do apoio institucional para garantir formação contínua e fornecer os recursos necessários para a prática pedagógica.

Defende que a interdisciplinaridade é uma abordagem eficiente, para tornar o ensino mais democrático: acessível e pertinente, facilitando seu acesso e aumentando sua relevância para diferentes segmentos da sociedade, isto é, nos diferentes grupos sociais. O autor destaca que uma educação realmente transformadora, precisa ir além das fronteiras restritas do meio acadêmico, envolvendo-se de maneira integrada e consistente as questões sociais, econômicas e culturais[94].

Logo, democratizar o Ensino Religioso não serve apenas para que os alunos entendam diferentes religiões, mas também para que se tornem indivíduos mais capazes de resolver conflitos através do diálogo e mais conscientes das questões sociais e culturais. Para que tais objetivos sejam alcançados, o docente de ER deve ministrar suas aulas com ênfase em quebrar preconceitos que possam existir entre os alunos[95].

Assim, o educador não deve apenas possuir conhecimentos técnicos a respeito do ER, mas sobretudo conhecimentos filosóficos e humanos a fim de ministrar suas aulas com respeito e ética sempre. Ele deve estar preparado para responder às dúvidas que possam surgir entre os alunos, evitando a reprodução de conteúdo baseados no senso comum.

Além disso, o professor de ER deve ser um facilitador do aprendizado criando um ambiente de acolhimento onde todas as vozes e crenças sejam respeitadas. A inclusão de atividades práticas e interativas como debates, dramatizações e projetos colaborativos podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e promover uma maior integração entre os alunos[96].

[94] GADOTTI, M. *Educação e poder*: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 2002, p. 48.
[95] GADOTTI, 2002, p. 112.
[96] MARTINS, Nathália F. de Sousa. O ensino religioso do Estado do Espírito Santo: da legislação a sala de aula em escolas estaduais da região metropolitana da grande Vitória. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2018, p. 83.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

É crucial que o professor de Ensino Religioso evite transformar suas aulas em um meio para promover a adesão à sua própria religião. O ER tem como objetivo estudar e conhecer todas as religiões de forma imparcial, sem favorecer nenhuma em particular conforme abordado anteriormente. Isso significa que o professor deve evitar práticas que possam impor suas crenças aos alunos, como por exemplo forçar todos a rezarem de acordo com sua própria tradição religiosa. O foco deve ser na educação sobre as diferentes crenças, seus valores, práticas e contribuições culturais, promovendo o respeito e a compreensão mútua[97].

Dessa forma, é possível estabelecer um paralelo entre educação e religião reconhecendo que esta, também desempenha um papel crucial na formação dos indivíduos, alinhando-se aos objetivos da educação. A experiência religiosa e o estudo das religiões contribuem significativamente para a construção da identidade dos sujeitos. Historicamente, tanto no Brasil quanto no mundo, a religião e as escolas têm funcionado como mecanismos fundamentais na formação humana, seja atuando em conjunto ou de maneira independente[98].

Nesse contexto, excluir o ER das escolas equivale a eliminar o debate sobre religião no ambiente escolar ou diluí-lo em outras disciplinas humanas ministradas por docentes que, provavelmente, não possuem o discernimento necessário para abordar esta área de extrema complexidade[99]. A ausência desse debate pode levar a uma compreensão superficial e fragmentada da religião, privando os alunos de uma visão integral e crítica sobre o papel das religiões na sociedade e na história.

Retornando ao papel do docente de Ensino Religioso, é fundamental destacar que esse profissional não deve, em hipótese alguma, determinar aos alunos o que é certo ou errado em relação às religiões. Se um determinado aluno acreditar que uma caneta possui poder divino, cabe ao professor respeitar essa crença e, sempre que possível, utilizar as experiências dos próprios alunos para enriquecer a condução da disciplina[100].

O professor de Ensino Religioso deve possuir, não apenas conhecimentos técnicos, mas também uma estabilidade filosófica e emocional para, assim, estar preparado para lidar com questões éticas e morais na sala de aula. A importância da formação continuada é crucial, assim como a troca de experiências com outros docentes. É essencial ainda que os professores de ER

[97] MARTINS, 2018, p. 71.
[98] RODRIGUES, 2021, p. 66.
[99] MARTINS, Luís. Ensino Religioso como Ferramenta de Combate a Intolerância Religiosa no Espaço Escolar. *Unitas*, v. 10, n. 2, 2023, p. 36. Disponível em: https://revista.fuv.edu.br/index.php/unitas/article/view/2627. Acesso em: 22 jul. 2024.
[100] MARTINS, 2023, p.41.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

se adaptem ao mundo digital, visando tornar o ensino mais interativo e dinâmico entre professor e aluno.

Portanto, o professor de ER que possuir essas habilidades e qualidades poderá, efetivamente, desempenhar um papel crucial na formação de indivíduos mais tolerantes, críticos e bem informados sobre as diversas tradições religiosas e suas implicações na sociedade contemporânea. Este profissional não só contribuirá para o desenvolvimento pessoal dos alunos, como também ajudará a fomentar um ambiente escolar mais inclusivo e respeitador das diferenças culturais e religiosas.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

2.3 Tecendo saberes entre o currículo e as aulas de ER no ensino fundamental II - Entre o currículo e a praticidade – O dia a dia em sala de aula

Os capítulos anteriores destacaram a importância crucial do Ensino Religioso (ER) na promoção do respeito e reconhecimento da diversidade religiosa. No entanto, um aspecto ainda não abordado que merece atenção é a seleção de materiais didáticos utilizados em sala de aula.

Segundo um estudo financiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), conduzido pelas pesquisadoras Diniz, Lionço e Carrião observou-se que as religiões cristãs têm uma presença significativa em 65% dos livros didáticos. Em contraste, outras tradições religiosas não ultrapassam 12% como as religiões afro-brasileiras e dos povos originários sendo mencionadas em apenas 3% e 2% dos livros, respectivamente, destacando uma alarmante falta de representatividade[101].

Certamente, a situação descrita revela um desequilíbrio notável na representação das diferentes tradições religiosas nos materiais de ensino, o que pode perpetuar uma visão distorcida da diversidade religiosa e cultural no Brasil. Isso não apenas limita a compreensão dos alunos sobre a pluralidade de crenças e práticas religiosas presentes no país, mas também pode reforçar estereótipos e preconceitos[102].

Ademais, destaca-se a ausência de uma política específica, voltada para a formação e profissionalização dos docentes no campo do Ensino Religioso. Essa lacuna resulta na escassez de profissionais devidamente licenciados e qualificados para, não apenas disseminar o Ensino Religioso, como também fomentar reflexões profundas sobre a importância de compreender e

[101] DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. *Estudo sobre o ensino religioso no Brasil:* relatório final. Brasília: UNESCO. 2010, p. 139.

[102] DINIZ; LIONÇO e CARRIÃO, 2010, p. 141.

respeitar o “mundo do outro”. Este entendimento é essencial para que todos na sociedade possam coexistir de maneira harmoniosa, priorizando o bem-estar coletivo[103].

A concepção de que qualquer indivíduo pode ministrar a disciplina de Ensino Religioso deve ser abandonada. É de vital importância que profissionais desta área sejam bem preparados principalmente nos cursos de Licenciatura, mas também em Especializações, além de serem devidamente valorizados, pois somente quando desfrutam de estabilidade em suas vidas sociais e políticas, podem desempenhar seu papel de maneira exemplar e contribuir para a formação de indivíduos éticos[104].

Ser professor de ER pode ser reconhecido como uma tarefa ainda mais árdua que os demais componentes curriculares. Acredita-se que todo profissional deve permanecer atento e buscar constantemente o aprimoramento em sua atividade profissional. Quando se trata de um professor, não é diferente, pelo contrário, no pleno exercício de sua profissão, não apenas nos primeiros anos de magistério, mas ao longo de toda a trajetória docente, ele deve estar em constante atualização em relação aos conteúdos e componentes intercurriculares presentes em cada contexto educacional[105].

No caso do professor de Ensino Religioso, essa tarefa parece ser um tanto mais complexa como pode-se observar na ausência da disciplina curricular específica nos cursos de graduação em Pedagogia, nos quais não se encontra uma disciplina própria de Ensino Religioso.

Além disso, conforme mencionado por Junqueira, é crucial que os professores de ER recebam uma formação própria de licenciados[106]. Para esse fim, o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso definiu uma série de objetivos, que incluem a oferta de um referencial teórico-metodológico que permita uma leitura crítica e consciente do fenômeno religioso pluralista contemporâneo. O FONAPER é o Fórum Nacional Permanente de Educação Religiosa. Trata-se de uma organização que reúne profissionais e instituições envolvidas com o ensino religioso no Brasil, com o objetivo de promover a reflexão, a troca de experiências e a melhoria da qualidade do ensino religioso nas escolas[107].

Nesse contexto, destaca-se ainda a Resolução n. 5, de 28 de novembro de 2018, do

[103] GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba S. de Sá. *Professores do Brasil*: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009, p. 37.

[104] GATTI; BARRETO, 2009, p. 43.

[105] FREITAS, Eliane M. L. Milhomem de. Diversidades e violência no meio escolar: experiências docentes – *Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões – UNITAS*. Vitória, v. 6, n. 1. 2018, p. 177.

[106] JUNQUEIRA, Sergio R. Formação de professores para o ensino religioso: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*. 2012. 17(50), p. 188.

[107] RISKE-KOCH, Simone; OLIVEIRA, Lilian Blanck de; POZZER, Adecir. Formação inicial em ensino religioso: experiências em cursos de ciência(s) da(s) religião(ões) no Brasil. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2017 p. 15.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Conselho Nacional de Educação, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura em Ensino Religioso. O documento orienta a formação inicial de professores para essa área, enfatizando a necessidade de uma preparação acadêmica sólida, pautada na abordagem científica do fenômeno religioso, na laicidade do Estado e no respeito à diversidade cultural e religiosa do país. Ao regulamentar competências, habilidades e referenciais específicos, a Resolução busca assegurar que os futuros docentes atuem com postura crítica, ética e plural, contribuindo para a consolidação do Ensino Religioso como componente curricular legítimo e democrático no âmbito escolar[108].

Além disso, busca capacitar esses profissionais para desempenhar plenamente suas funções pedagógicas, promovendo a construção do conhecimento com base em categorias, conceitos, práticas e informações relacionadas ao fenômeno religioso e suas implicações na educação. Também almeja qualificá-los como intuito de compreender e acessar o conhecimento sobre o fenômeno religioso presente nas diversas culturas e facilitar o acesso dos profissionais aos direitos estabelecidos nas legislações específicas relacionadas ao magistério[109].

Ao estabelecer esses objetivos, o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso reconhece a importância de assegurar que os professores estejam bem preparados para abordar as complexidades do Ensino Religioso em um contexto diversificado, onde diferentes crenças e tradições coexistem[110].

Isso contribui não apenas para a qualidade do ensino, mas também para promover a compreensão intercultural e a tolerância religiosa, valores esses que são essenciais em uma sociedade pluralista e democrática. Investir na formação adequada dos professores de ER é um passo fundamental em direção a uma educação mais inclusiva e enriquecedora[111].

Nesse sentido, torna-se incontestável que o desafio preponderante reside na formação do docente, necessitando ser não apenas relevante, mas também substancial. O professor deve ser capaz de contextualizar as temáticas abordadas em classe com a realidade concreta dos alunos. Isso pelo fato desses profissionais, ao lidarem com diversas crenças, é que devem estar preparados com uma variedade de métodos e objetivos distintos, prontos para serem aplicados em sala de aula[112].

[108] Resolução n. 5, de 28 de novembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2019-pdf/105531-rcp005-18/file. Acesso em: 28 ago. 2025.

[109] JUNQUEIRA, 2012, p. 191.

[110] RISKE-KOCH; OLIVEIRA; POZZER, 2017, p. 205.

[111] UNESCO. Conferência Geral. *Declaração de princípios sobre tolerância*. Paris: UNESCO. 1995, p.12.

[112] SOUSA, Francisca Roseane Franco Ribeiro de. *Formação continuada de professores de ensino religioso: concepção do professor.* Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013, p. 97.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Um dos objetivos dos docentes de ER deve ser o de buscar sempre proporcionar um ensino imparcial, que respeite integralmente todas as religiões presentes no ambiente escolar. Ademais, é imperativo compreender que sua formação no campo do ensino religioso transcenda a mera aquisição de conhecimentos teóricos.

Na verdade, ela demanda uma profunda apreciação pela diversidade cultural e religiosa que permeia a sociedade. O professor, como mediador do aprendizado, deve estar apto não apenas a transmitir informações, mas também a promover um ambiente inclusivo no qual os alunos se sintam respeitados em suas crenças e valores individuais[113].

No dia a dia das escolas públicas, os professores de ER enfrentam diversos desafios. Eles precisam lidar com turmas heterogêneas, onde a diversidade de crenças pode gerar conflitos ou mal-entendidos. Em muitos casos, esses educadores são os primeiros a mediar situações de *bullying* religioso, ajudando os alunos a desenvolverem empatia e respeito mútuo. Além disso, eles devem selecionar materiais didáticos que representem adequadamente todas as tradições religiosas, o que pode ser uma tarefa complexa devido à predominância de conteúdos cristãos nos livros didáticos disponíveis[114].

O professor de ER também deve estar constantemente se atualizando sobre novas metodologias e tecnologias educacionais. A integração de recursos digitais em suas aulas pode tornar o ensino mais interativo e acessível, permitindo que os alunos explorem diferentes perspectivas religiosas de maneira dinâmica. No entanto, essa adaptação ao mundo digital requer uma formação contínua e o apoio de políticas educacionais que valorizem o papel do professor de ER[115].

A formação contínua é essencial para que esses educadores possam desenvolver as competências necessárias para lidar com as complexidades do ensino religioso. Participar de workshops, conferências e grupos de estudo os propiciam a troca de experiências e adquiram novas abordagens pedagógicas. A colaboração com outros docentes é fundamental para construir uma rede de apoio que enriqueça a prática educativa[116]. Infelizmente, no município de Marataízes, local onde ocorreu a pesquisa, segundo a Secretaria de educação de Marataízes (SEMED), a formação continuada no componente curricular de Ensino Religioso, jamais ocorreu; o que dificulta ainda mais a capacitação desse profissional, que terá que buscar conhecimentos e aperfeiçoamentos com seus próprios recursos.

[113] SOUSA, 2013, p. 166.
[114] HOLMES, Maria José Torres. *Ensino religioso*: problemas e desafios. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, 2010, p. 141.
[115] HOLMES, 2010, p. 164.
[116] HOLMES, 2010, p. 164.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Além disso, a valorização profissional dos professores de ER é crucial. Eles precisam de condições de trabalho adequadas, salários justos e reconhecimento pelo importante papel que desempenham na formação de cidadãos conscientes e tolerantes. Pois só a partir daí poderão se dedicar plenamente ao ensino e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva[117].

No ensino fundamental, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) determina, em seu artigo 33, que o Ensino Religioso é uma disciplina facultativa, ou seja, cabe aos pais das crianças e adolescentes decidir se seus filhos participarão dessas aulas. Apesar de sua natureza facultativa, a LDB o considera como parte integrante da formação básica do cidadão. Isso implica que, mesmo sendo opcional, a disciplina é vista como essencial para que o ensino fundamental atinja seus objetivos[118].

Além disso, a LDB especifica que o ER deve ser oferecido nos horários normais das escolas públicas no ensino fundamental. Portanto, apesar de ser uma disciplina opcional, ela não será ministrada fora do período regular de aulas, mas sim dentro da grade curricular como parte dos horários normais. A LDB veda ainda qualquer tentativa de conseguir adeptos para uma determinada religião, deixando claro que esse não é o objetivo do ER nas escolas[119].

Com relação aos conteúdos, a LDB estabelece que as instituições de ensino devem considerar a diversidade das tradições religiosas ao definir o currículo do ER para o ensino fundamental. Assim, o objetivo do ER não é formar os alunos em uma fé específica, mas sim fornecer conhecimentos relevantes para a sua formação como cidadãos[120].

Essa abordagem é fundamental, pois, como evidenciado em tópicos anteriores, diversas religiões abordam temas como respeito e empatia. Através da educação, é possível combater preconceitos e promover uma compreensão mais ampla e respeitosa das diferentes crenças. Além disso, a interação entre religião e educação é uma prática comum e importante que contribui para uma formação mais completa e harmoniosa dos estudantes.

Ocorre que, apesar de todos os desafios já demonstrados nessa pesquisa, como afirma Caetano, a matriz curricular do curso de ER corresponde somente aos conteúdos básicos e tal formação oferecida aos docentes de ER, não corresponde aos desafios vivenciados por eles, o

[117] SILVA, João. *A valorização profissional e o ensino religioso*. São Paulo: Educação e Sociedade, 2021, p. 56.
[118] BRASIL, 2024, p. 26.
[119] BRASIL, 2024, p. 26.
[120] ALMEIDA, 2020, p. 43.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

que novamente, reforça a importância desses profissionais se utilizarem da formação continuada[121]. Sobre tal aspecto, Pereira explica que:

> Mesmo o profissional que ministra as aulas de ensino religioso ter a Base Nacional Comum Curricular e temas a fins, os profissionais não se sentem preparados e seguros para trabalhar na integra esta área do conhecimento, reconhecendo a importância de uma atualização ou curso de formação para saber atuar em todas as experiências vivenciadas. O trabalho com os adolescentes deve se dar em torno dos temas que se necessita desmistificar relativo às religiões e suas crenças. Portanto, percebe-se que os maiores desafios encontrados para ministrar as aulas de ensino religioso nas escolas públicas é sem dúvida, a falta de preparado dos docentes para tal, e a importância da valorização desta disciplina sendo de grande relevância para o desenvolvimento integral do aluno[122].

O autor explica que a realidade atual é marcada pela presença de profissionais insuficientemente preparados e com conhecimento inadequado para ministrar aulas de Ensino Religioso. Isso ocorre porque docentes de outras disciplinas acabam assumindo essa responsabilidade, o que é inadequado, considerando que o ER é um campo de extrema complexidade e exige formação específica. Embora ainda haja um longo caminho a percorrer, a LDB e a BNCC já deram os primeiros passos para que o Ensino Religioso seja trabalhado de forma mais estruturada no ensino fundamental[123].

Além disso, é fundamental que o ER não se torne uma disciplina rígida e inflexível. As aulas devem ser conduzidas de maneira dinâmica, considerando as opiniões e valores da turma, o que representa um desafio adicional para os docentes. Eles precisam estar preparados para lidar com diferentes crenças e perspectivas, promovendo um ambiente de diálogo e respeito mútuo[124].

Diante do exposto, este capítulo abordou, segundo a análise dos autores citados, o entendimento de que os professores de ER devem se preparar continuamente, buscando conhecimento e aprimorando suas metodologias de ensino. Isso inclui estar atento às mudanças e atualizações na área, bem como desenvolver habilidades para mediar discussões e promover um ambiente de respeito e inclusão[125].

---

[121] CAETANO, Maria Cristina. *O ensino religioso e a formação de seus professores*: dificuldades e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifica Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

[122] PEREIRA, Lázaro Amílcar Sosa. *Mediação da disciplina de Ensino Religioso nas escolas públicas e seus desafios.* TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – Licenciatura em Ciências da Religião, Universidade Federal de Santa Maria. Quaraí, 2020, p. 18.

[123] PEREIRA, 2020.

[124] SILVA, 2021.

[125] MARTINS, Nathália Ferreira de Sousa; RODRIGUES, Elisa. *Aspectos teóricos e didáticos da formação do professor de Ensino Religioso*: perspectivas à luz da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões) e da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Caminhando*, São Paulo, v. 23, n. 2, 2018. p. 137-150.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PPGPCR Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciências das Religiões

A formação adequada e contínua dos professores de ER é essencial para que eles possam abordar a disciplina de maneira eficaz e sensível, garantindo que os alunos recebam uma educação que respeite a diversidade religiosa e promova valores de tolerância e empatia.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

3 O OLHAR DOS ESTUDANTES

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida a escola pública do município de Marataízes – Espírito Santo, com o objetivo de compreender como os alunos percebem e vivenciam o Ensino Religioso em seu cotidiano escolar, identificando sentidos, expectativas, críticas e contribuições atribuídas por eles a esse componente curricular. A investigação busca dar voz aos estudantes, reconhecendo-os como sujeitos ativos no processo educativo e como protagonistas na construção de um Ensino Religioso mais significativo, plural e dialógico. A análise dos dados permite refletir sobre os desafios enfrentados na prática docente, bem como sobre possíveis caminhos teórico-metodológicos que possam qualificar ainda mais o trabalho pedagógico nessa área.

3.1 Tecendo saberes

A elaboração do Currículo do Espírito Santo ocorre em um contexto histórico relevante da educação brasileira, marcado por dois acontecimentos centrais: o primeiro em 17 de dezembro de 2017, com a homologação da parte da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) voltada à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental; e o segundo em 14 de dezembro de 2018, quando foi oficializada a parte da BNCC referente ao Ensino Médio. Esses documentos definem as aprendizagens essenciais e obrigatórias que devem ser asseguradas aos estudantes da Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades[126].

Nesse cenário, o Ministério da Educação criou o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), ao qual a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – seccional Espírito Santo (UNDIME/ES) aderiram. Essa adesão demonstra o comprometimento de ambas as instituições na construção de um currículo elaborado em regime de colaboração entre Estado e municípios, com o objetivo de garantir continuidade na formação dos estudantes em todo o território capixaba e promover uma visão integrada para as ações de implementação e gestão curricular[127].

Para viabilizar uma iniciativa dessa complexidade, a Portaria Estadual nº 037-R/2018 instituiu uma estrutura de governança, assegurando representatividade equitativa entre órgãos estaduais e municipais, além da inclusão de entidades que representam os profissionais da

[126] ESPÍRITO SANTO. Currículo Básico do Espírito Santo, p. 18.
[127] ESPÍRITO SANTO, 2020, p. 18.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

educação e aquelas responsáveis por sua formação. A mesma portaria também estabeleceu a composição da equipe responsável pela elaboração do currículo, formada por duas coordenações estaduais (CONSED e UNDIME), três coordenações de etapa (Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais), um analista de gestão, um articulador do regime de colaboração e 19 redatores dos componentes curriculares definidos pela BNCC, além de representantes do Conselho Estadual de Educação (CEE) e da União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME)[128].

O Ensino Religioso na Educação Básica do Estado do Espírito Santo é reconhecido, pelo Currículo Estadual, como componente da área de Ciências Humanas, juntamente com os componentes curriculares de História e Geografia. Assim como ocorre com os demais componentes curriculares, o Ensino Religioso (ER) também apresenta, no Currículo Base Comum (CBC), uma seção dedicada à fundamentação teórica, seguida pela organização dos conteúdos. No entanto, diferentemente das outras disciplinas, o CBC de Ensino Religioso não estabelece uma divisão detalhada por série. Em vez disso, apresenta os eixos estruturantes, as competências, as habilidades e os conteúdos de forma geral, contemplando os anos iniciais e finais do ensino fundamental sem um recorte específico por etapa de escolarização[129].

Além disso, o responsável pela redação do Currículo de Ensino Religioso do Espírito Santo demonstrou a intenção de alinhar-se aos documentos orientadores nacionais referentes ao componente, como os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNER) e o Caderno Temático do FONAPER. Este último, por sua vez, apresenta um referencial curricular para o Ensino Religioso ancorado nos princípios estabelecidos pelo PCNER, servindo de base para a construção de propostas pedagógicas escolares. A influência desses documentos é perceptível tanto na fundamentação teórica quanto na organização curricular apresentada no documento capixaba[130].

O Currículo de Ensino Religioso do Espírito Santo reconhece que o conhecimento religioso, que constitui o objeto de estudo do Ensino Religioso, é construído com base nas contribuições das diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais, com destaque para a Ciência da Religião. Essa área de investigação dedica-se à análise das expressões da religiosidade e dos fenômenos religiosos nas mais variadas culturas e sociedades, compreendendo-os como construções simbólicas resultantes do esforço humano em responder aos grandes mistérios da

[128] ESPÍRITO SANTO, 2020, p. 18-19.

[129] MARTINS, Nathália Ferreira de Sousa. O Ensino Religioso do Estado do Espírito Santo: da legislação à sala de aula em escolas estaduais da região metropolitana da Grande Vitória. Dissertação (mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018, p. 67.

[130] MARTINS, 2018, p. 67-68.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

existência, como o sentido da vida, da morte e do mundo. De maneira particular, complexa e diversa, tais fenômenos deram origem a diferentes concepções de divindade(s) e fundamentaram cosmovisões, sistemas simbólicos, saberes, crenças, mitos, narrativas, textos sagrados, ritos, doutrinas, tradições, movimentos religiosos, práticas e valores éticos e morais. Assim, as manifestações religiosas, em sua pluralidade, integram de forma significativa o patrimônio cultural da humanidade[131].

Ainda, esclarece que o Ensino Religioso tem como responsabilidade abordar os saberes religiosos com base em princípios éticos e científicos, evitando qualquer forma de privilégio a determinada crença ou convicção. Isso requer uma abordagem que contemple a diversidade cultural e religiosa, incluindo também as filosofias de vida de natureza secular. No contexto do Ensino Fundamental, essa área do conhecimento fundamenta-se na pesquisa e no diálogo como eixos articuladores dos processos de observação, análise, apropriação e ressignificação dos saberes, visando ao desenvolvimento de competências específicas. Assim, o Ensino Religioso propõe-se a questionar representações sociais excludentes e preconceituosas sobre o outro, contribuindo para o enfrentamento da intolerância, da discriminação e da exclusão. Nesse sentido, a interculturalidade e a ética da alteridade configuram-se como pilares teóricos e pedagógicos essenciais, promovendo o reconhecimento e o respeito às diferentes histórias, crenças, memórias, valores e tradições religiosas e filosóficas[132].

Também indica que o Ensino Religioso tem como propósito promover, por meio da abordagem dos conhecimentos religiosos e das diversas filosofias de vida, atitudes voltadas ao reconhecimento e ao respeito às diferenças. Esse componente curricular configura-se como um espaço de aprendizagem, de vivências pedagógicas, de trocas culturais e de diálogo contínuo, voltado à valorização das identidades, sejam elas religiosas ou não, sob a ótica da interculturalidade, dos direitos humanos e da cultura da paz. Essas finalidades estão diretamente ligadas à formação integral dos estudantes, pois contribuem para o desenvolvimento de competências relacionadas à convivência democrática e ao exercício pleno da cidadania — fundamentos essenciais para a vida em sociedade[133].

Em razão disso, como já visto nos capítulos anteriores, o Ensino Religioso é assegurado pelo Estado, não possui uma definição precisa quanto à sua natureza e caracterização pedagógica. O que se estabelece de maneira clara é que: (1) a disciplina deve conter um conjunto de conteúdos mínimos que contribuam para a formação básica dos(as) estudantes,

[131] ESPÍRITO SANTO, 2020, p. 251.
[132] ESPÍRITO SANTO, 2020, p. 252.
[133] ESPÍRITO SANTO, 2020, p. 252.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

assegurando o respeito aos valores culturais e artísticos, tanto nacionais quanto regionais; (2) trata-se de um componente curricular que deve ser ofertado em todas as instituições escolares, dentro do horário regular, de modo que todos(as) os(as) discentes tenham o direito de escolher ou não pela matrícula nessa disciplina. Assim, é fundamental destacar que é um direito do(a) estudante ter o Ensino Religioso disponível em sua unidade escolar, garantindo, portanto, a possibilidade de adesão voluntária ao referido componente[134].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

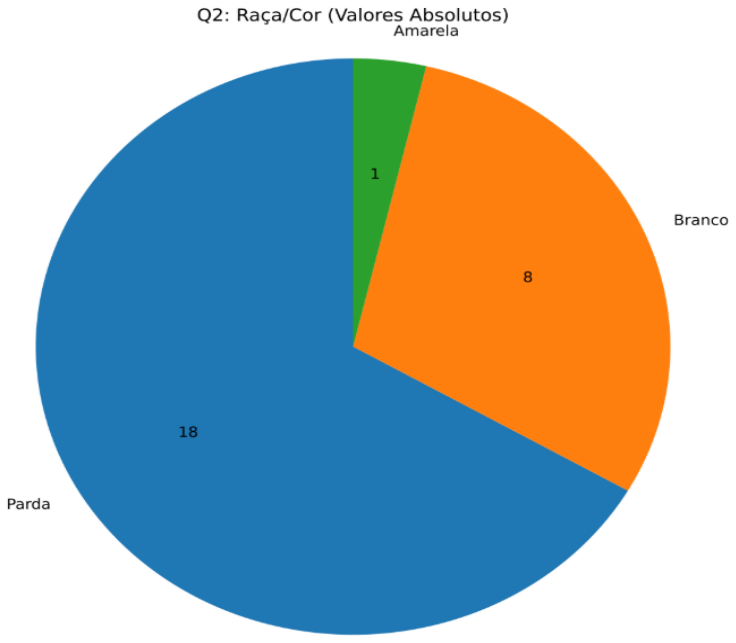
3.2 Pesquisa

Foi feita uma pesquisa com estudantes do Ensino Fundamental II de uma escola pública do município de Marataízes – Espírito Santo, com a finalidade de problematizar as narrativas de estudantes acerca da religião, buscando refletir a respeito de alternativas teórico-metodológicas que favoreçam o trabalho com o tema no Ensino Religioso. Inicialmente, foi entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos responsáveis (Anexo I), explicando a finalidade da pesquisa.

Participaram da pesquisa 27 (vinte e sete) alunos, sendo 74,1% do sexo feminino e 25,9% do sexo masculino. Com relação á raça/cor, os participantes estão divididos da seguinte maneira:

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

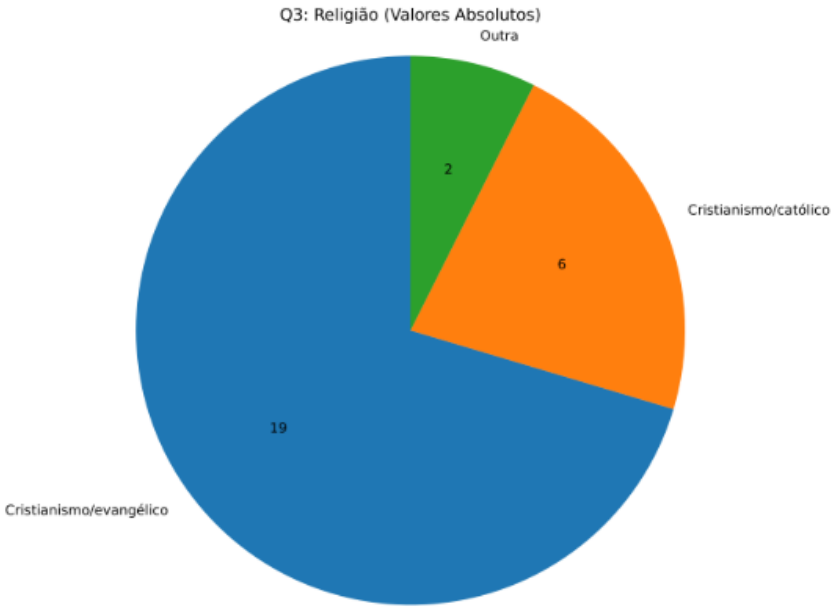
Figura 1 – Raça/cor dos participantes da pesquisa



[134] RODRIGUES, 2021, p. 53.

Além disso, foram questionados acerca de suas religiões, estando a resposta sintetizada na seguinte figura:

Figura 2 – Religião dos participantes

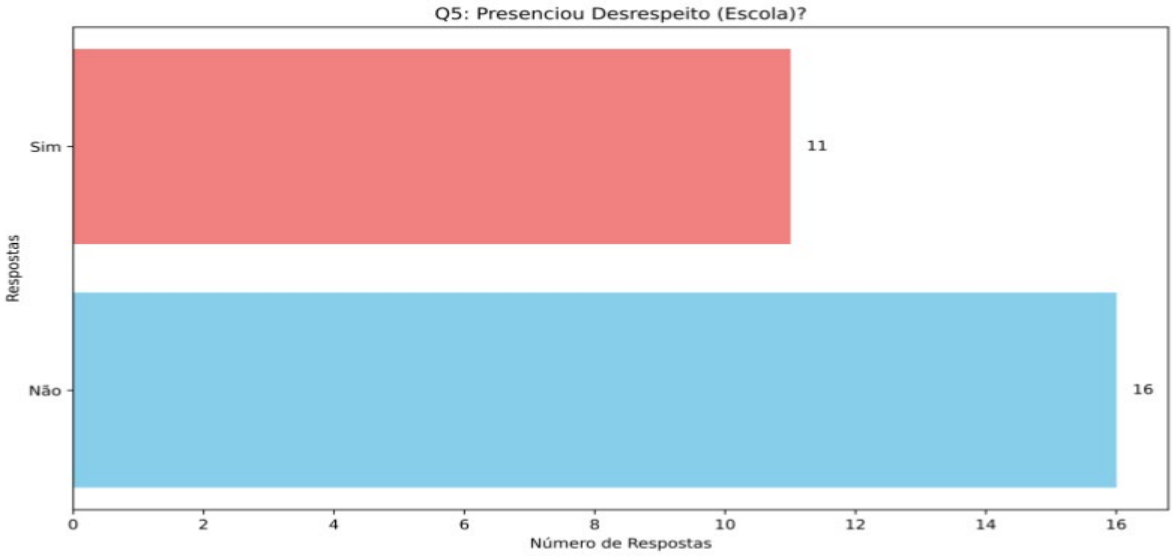


Saber a religião dos participantes em uma pesquisa sobre o Ensino Religioso na escola é fundamental para compreender como suas crenças, práticas e valores influenciam a percepção que têm dessa disciplina no ambiente escolar. Esse dado contribui para a análise do modo como diferentes tradições religiosas impactam o interesse, o engajamento e a compreensão dos conteúdos abordados nas aulas. Além disso, permite identificar possíveis experiências de acolhimento, respeito ou exclusão vividas pelos estudantes, colaborando para a construção de um Ensino Religioso que seja verdadeiramente plural, inclusivo e sensível à diversidade religiosa presente no contexto escolar.

Em seguida, os alunos foram questionados se já haviam sofrido preconceito, sendo que a maioria dos participantes respondeu negativamente. Somente 03 (três) alunos afirmaram já ter sofrido preconceito. Contudo, ao serem questionados se já haviam presenciado desrespeito, as respostas foram:

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

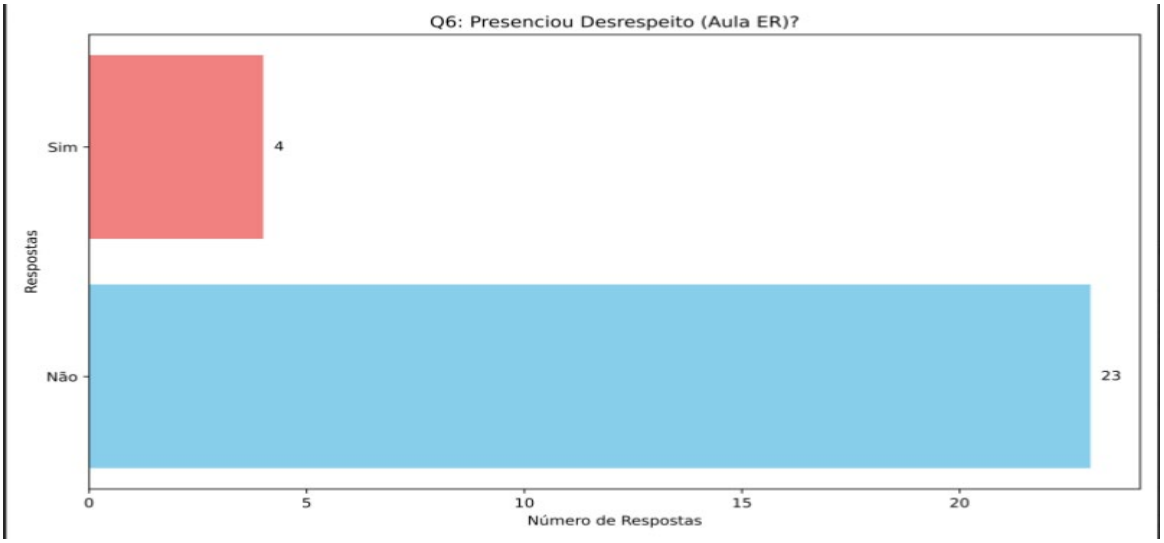
Figura 3 – Participantes que presenciaram desrespeito na escola



Apesar de a maioria dos participantes (16) não ter presenciado situações de desrespeito, um número significativo (11) relatou ter vivenciado essas situações. Isso representa cerca de 41% dos respondentes, o que é um percentual relevante, especialmente considerando que o ambiente escolar deveria primar por relações baseadas no respeito mútuo, ainda mais em um contexto de Ensino Religioso, onde a diversidade de crenças exige sensibilidade e diálogo.

Ao serem questionados sobre terem ou não presenciado desrespeito nas aulas de Ensino Religioso, as respostas foram:

Figura 4 – Presenciaram desrespeito nas aulas de Ensino Religioso



Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Esse resultado aponta que, em comparação ao ambiente escolar como um todo (gráfico anterior), as aulas de Ensino Religioso parecem ser percebidas como espaços mais respeitosos. Apenas cerca de 14,8% dos participantes indicaram ter presenciado desrespeito nessas aulas, contra 41% que relataram situações de desrespeito na escola de forma geral. Essa diferença pode ser interpretada como um indicativo positivo da abordagem pedagógica adotada no Ensino Religioso, que, conforme orientações da BNCC e diretrizes curriculares nacionais, deve estar fundamentada na ética da alteridade, na promoção do diálogo inter-religioso e no respeito à diversidade de crenças e filosofias de vida. No entanto, o fato de ainda haver relatos de desrespeito (mesmo que em menor número) reforça a necessidade de constante vigilância e formação dos docentes para que mantenham um ambiente verdadeiramente inclusivo, dialógico e livre de preconceitos.

Posteriormente, os participantes foram questionados se já presenciaram desrespeito fora da escola, sendo que 23 indivíduos afirmaram ter presenciado desrespeito fora da escola, enquanto apenas 4 pessoas declararam não ter testemunhado tal comportamento. Essa disparidade é notável. O número de respostas “Sim” é quase seis vezes maior do que o número de respostas “Não”. Isso sugere que, para a vasta maioria dos participantes desta pesquisa, o presenciamento de atos de desrespeito em locais que não são o ambiente escolar é uma realidade frequente e comum.

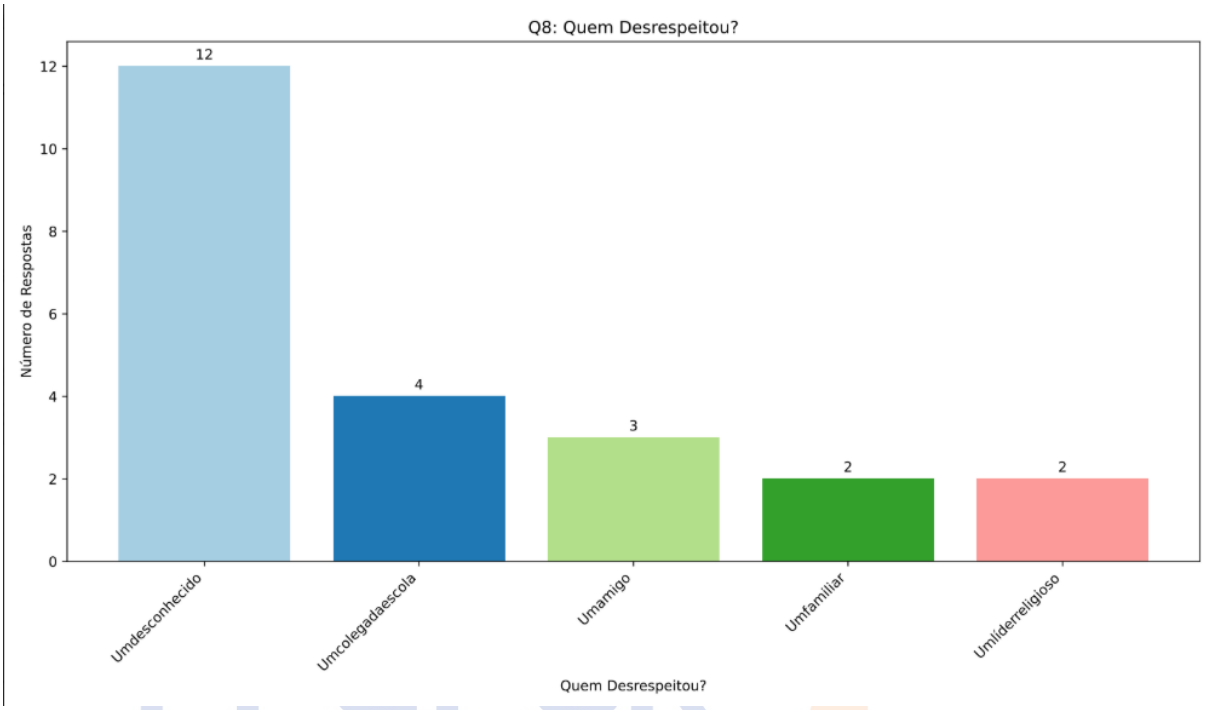
Os dados indicam que o desrespeito não está confinado a ambientes específicos, como a escola, mas é uma manifestação social presente e perceptível no cotidiano das pessoas fora desses espaços. Isso pode abranger desde pequenas incivilidades até formas mais graves de desconsideração. Isso aponta para a necessidade de iniciativas que promovam a cidadania, o respeito mútuo e a empatia em toda a sociedade, não apenas em instituições de ensino. As campanhas de conscientização e programas de educação cívica poderiam ter um impacto significativo.

Contudo, nesse questionamento surge uma comparação relevante: os dados sugerem que os respondentes percebem o ambiente fora da escola como um local onde o desrespeito é presenciado com muito mais frequência. Isso pode indicar uma maior tolerância ou ocorrência de comportamentos desrespeitosos em espaços públicos ou sociais em geral, em comparação com o ambiente escolar. Embora ainda haja um número considerável de pessoas (11) que presenciaram desrespeito na escola, a maioria (16) não o fez. Isso pode sugerir que as políticas escolares, a supervisão de adultos e a cultura de respeito que se tenta incutir no ambiente educacional podem estar, em alguma medida, funcionando para mitigar a ocorrência visível de desrespeito, ou pelo menos, torná-la menos frequente do que fora dela.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Em seguida, os participantes que responderam positivamente o questionamento anterior foram questionados acerca de quem foi o sujeito que desrespeitou. As respostas foram:

Figura 5 – Quem desrespeitou?



Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

A maioria das situações de desrespeito presenciadas ou sofridas pelos respondentes foram cometidas por desconhecidos. Colegas da escola, amigos, familiares e líderes religiosos também foram identificados como agentes de desrespeito, mas em menor frequência. Os dados dos gráficos anteriores são consistentes em sugerir que o desrespeito é um fenômeno multifacetado. É mais frequentemente presenciado fora da escola e vindo de desconhecidos, mas também ocorre dentro da escola (principalmente entre colegas) e, em menor grau, dentro dos círculos sociais e familiares dos respondentes.

Assim, observa-se que o desrespeito é uma questão social complexa, com diferentes manifestações e agentes dependendo do contexto. Enquanto o ambiente fora da escola é percebido como um terreno fértil para interações desrespeitosas por parte de desconhecidos, a escola, embora em menor escala, também lida com o desafio do desrespeito, principalmente entre os próprios colegas. A presença de desrespeito em círculos íntimos como amigos e familiares, mesmo que menos frequente, destaca a amplitude do problema e a necessidade de promoção de valores de respeito em todos os níveis da sociedade.

Em seguida, a fim de analisar a perspectiva dos estudantes sobre o Componente Curricular de Ensino Religioso, foram questionados sobre o que o Ensino Religioso representa.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Foram dadas as seguintes alternativas: (I) aprendizado; (II) catequização; (III) outra. A maioria (23 participantes) respondeu que o Ensino Religioso é considerado aprendizado, o que indica que esse componente curricular é percebido como apto a contribuir para o conhecimento e a compreensão, e não meramente para a adesão a uma fé específica. Isso pode indicar que o Ensino Religioso está sendo visto como uma fonte de conhecimento sobre diferentes culturas, histórias, valores e sistemas de crenças, promovendo uma educação mais ampla.

O baixo número de respostas para "Catequização" é crucial. Em muitos debates sobre o ensino religioso em escolas, a preocupação central é que ele se transforme em proselitismo ou doutrinação. Este gráfico, para a amostra em questão, sugere que essa não é a percepção dominante. Pelo contrário, o Ensino Religioso parece estar alinhado com a BNCC.

Embora o resultado seja majoritariamente positivo na visão de "Aprendizado", a presença das opções "Catequização" e "Outra" (mesmo que pequenas) lembra que as percepções podem variar e que a forma como o Ensino Religioso é ministrado e compreendido ainda pode ser objeto de diferentes interpretações. Para as instituições de ensino, o gráfico serve como um reforço de que o foco no aprendizado é o caminho percebido como mais valioso pelos estudantes ou pela comunidade pesquisada.

Além da percepção dos estudantes, é relevante considerar a influência das famílias em relação ao Ensino Religioso. Ainda que não tenham ocorrido entraves ligados às matrículas na escola pesquisada, algumas famílias manifestam resistência quanto ao componente curricular, segundo a docente, seja por receio de que a disciplina assuma caráter confessional, seja pela defesa de princípios ligados à sua própria tradição religiosa. Essa resistência impacta, de forma indireta, a recepção dos conteúdos pelos alunos, que muitas vezes chegam às aulas já trazendo impressões ou reservas herdadas do ambiente familiar.

Nessa perspectiva, a experiência dos estudantes com o Ensino Religioso não é neutra, mas mediada por expectativas, contextos culturais e pela influência de suas famílias. Assim, cada estudante atribui sentidos distintos às aulas, reinterpretando o conteúdo de acordo com sua vivência. Esse processo reforça a importância de práticas pedagógicas dialógicas, capazes de acolher a diversidade de recepções e de promover um espaço de reflexão crítica que ultrapasse resistências iniciais e favoreça o aprendizado significativo.

Posteriormente os alunos foram questionados se consideram o Ensino Religioso importante. A maioria dos alunos afirmou que sim (18 alunos), sendo que 09 (nove) responderam não considerar esse componente curricular importante. A distribuição das respostas revela uma prevalência significativa da percepção positiva quanto à relevância do Ensino Religioso. Os dados indicam que dois terços (aproximadamente 66,7%) dos alunos

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

consultados atribuem importância ao componente curricular, enquanto um terço (aproximadamente 33,3%) manifesta uma percepção de menor relevância ou irrelevância.

Esta maioria substancial sugere que, para grande parte do corpo discente pesquisado, o Ensino Religioso possui um valor intrínseco, que pode ser derivado de múltiplas dimensões. Entre as possíveis justificativas para esta valoração positiva, pode-se inferir que os alunos reconhecem o Ensino Religioso como fator de compreensão cultural e social, espaço para reflexão ético-moral, promoção do respeito à diversidade.

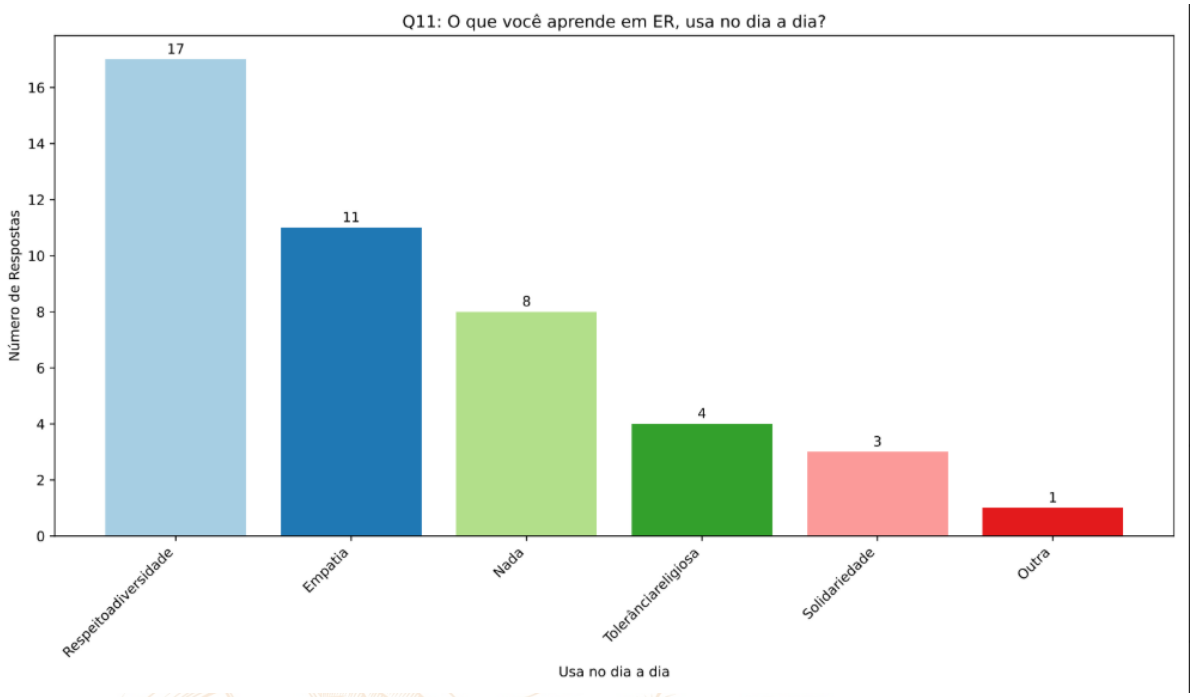
Por outro lado, a parcela de alunos que não considera o Ensino Religioso importante, embora minoritária, não deve ser desconsiderada. As razões para esta perspectiva podem ser multifacetadas, incluindo a ausência de identificação pessoal, dúvidas sobre a objetividade do ensino, priorização de outros componentes curriculares, etc.

Os resultados desta consulta indicam um respaldo significativo à manutenção e ao aprimoramento do Ensino Religioso no currículo escolar, desde que sua natureza e propósito sejam alinhados à concepção de "aprendizado" (conforme evidenciado em análises complementares anteriores). A predominância de alunos que valorizam o Ensino Religioso aponta para o reconhecimento de seu potencial formativo. Contudo, para garantir a relevância e a aceitação universal do componente, faz-se imperativo que as abordagens pedagógicas sejam continuamente revisadas, visando assegurar um ensino plural, respeitoso das diferentes manifestações culturais e religiosas, e desvinculado de qualquer proselitismo, atendendo assim às expectativas de aprendizado e desenvolvimento de todos os discentes, inclusive daqueles que, atualmente, não percebem sua importância.

Em sequência, os alunos foram perguntados a respeito de qual conhecimento aprendido nas aulas de Ensino Religioso que eles levam para o cotidiano. As respostas foram:

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Figura 6 – O que você aprende em Ensino Religioso que utiliza no dia a dia?



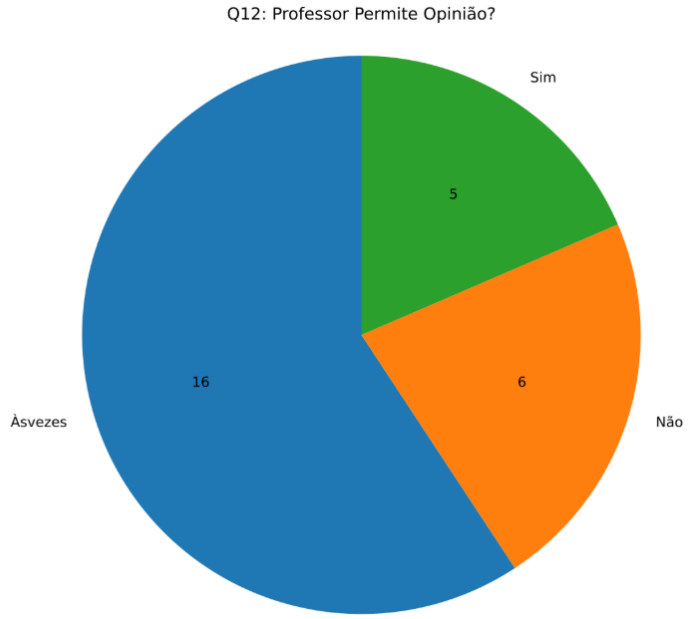
A categoria “Respeito à Diversidade” emerge como a resposta mais frequente, com 17 menções. Este achado é crucial, pois sugere que o Ensino Religioso está sendo percebido como um vetor fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e harmoniosa, onde as diferenças são valorizadas e aceitas. Ainda, as categorias “Empatia” (11 respostas) e “Tolerância Religiosa” (4 respostas) também se destacam, embora em menor grau. Juntas, essas três categorias (Respeito à Diversidade, Empatia, Tolerância Religiosa) somam 32 respostas, indicando que o foco principal da aplicabilidade percebida do Ensino Religioso reside na formação de atitudes e valores que regulam as interações sociais. Isso corrobora a visão do Ensino Religioso como “Aprendizado” e reforça sua importância na construção de uma cidadania ativa e ética. Ainda, “Solidariedade” (3 respostas) complementa esse panorama, indicando a percepção de que a disciplina também fomenta a preocupação com o bem-estar coletivo.

A categoria “Nada” obteve 8 respostas. Embora seja a terceira categoria mais citada, é importante notar que uma parcela considerável de alunos não identifica nenhuma aplicação prática do que é aprendido no Ensino Religioso em seu cotidiano. Esta percepção pode ser multifacetada, englobando desde a falta de clareza sobre os objetivos da disciplina até uma real desconexão entre o conteúdo ensinado e as experiências vividas pelos alunos. Também pode refletir um ceticismo inerente à relevância da religião na vida diária de alguns indivíduos.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Os participantes foram questionados se o professor de Ensino Religioso permite que os alunos emitam suas opiniões em sala de aula.

Figura 7 – O professor de Ensino Religioso permite opinião?



Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciências das Religiões

A categoria "Às vezes" obteve a maior parte das respostas, com 16 ocorrências. Isso indica que a maioria dos discentes percebe que seus professores de Ensino Religioso permitem a expressão de opinião, mas não de forma sistemática ou em todas as ocasiões. Esta observação pode sugerir que a permissividade varia conforme o tema abordado, a metodologia da aula, o momento ou até mesmo o estilo pedagógico do professor. Embora haja abertura, ela não é plena ou contínua para a maioria.

A categoria "Não" registrou 6 respostas, indicando que uma parcela considerável dos alunos sente que seus professores não permitem a expressão de suas opiniões. Esta é uma preocupação relevante, pois a supressão da opinião pode inibir a participação ativa, o desenvolvimento do pensamento crítico e a construção do próprio conhecimento, especialmente em um componente curricular que lida com temas sensíveis e subjetivos.

A categoria "Sim" obteve 5 respostas, sendo a menos frequente. Isso significa que apenas uma minoria dos alunos percebe que seus professores de Ensino Religioso consistentemente e plenamente permitem a expressão de suas opiniões.

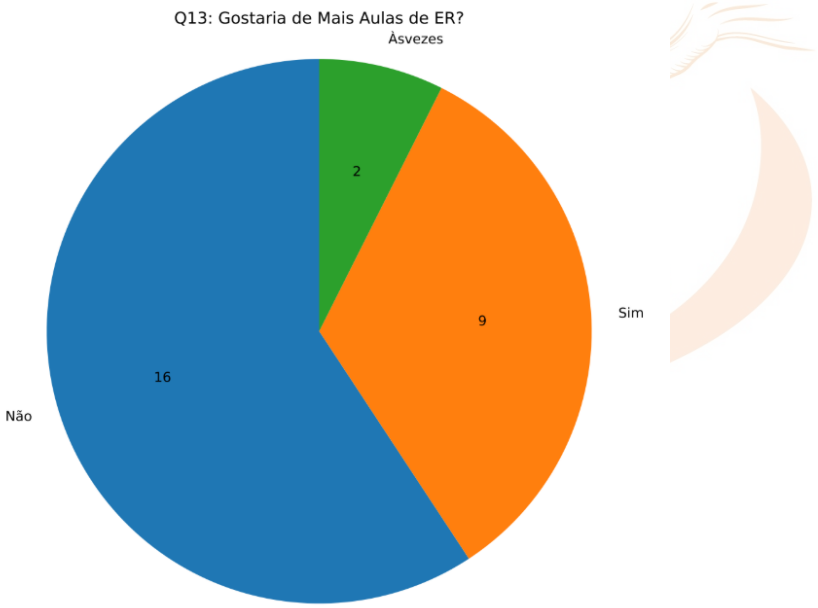
A predominância do "Às vezes" sugere que há um espaço para aprimorar a promoção do diálogo e do protagonismo dos alunos. Para que o Ensino Religioso seja verdadeiramente

um “Aprendizado” (conforme evidenciado na questão 9) e promova “Respeito à Diversidade” e “Empatia” (conforme Q11), a liberdade de expressão e a oportunidade de compartilhar perspectivas são fundamentais. Um ambiente que consistentemente permita a opinião pode enriquecer as discussões e consolidar o aprendizado de forma mais significativa.

As 6 respostas na categoria “Não” demandam uma atenção especial. A ausência de permissão para expressar opiniões pode ser interpretada como um sinal de aulas unidirecionais ou excessivamente dogmáticas, o que contraria a natureza laica e pluralista que se espera do Ensino Religioso em contextos escolares amplos. Tal prática pode gerar desengajamento, frustração e até mesmo a percepção de irrelevância do componente.

Em seguida, os alunos foram perguntados se gostariam de ter mais aulas de Ensino Religioso. As respostas estão sintetizadas na figura:

Figura 8 – Gostaria de ter mais aulas de Ensino Religioso?



A categoria “Não” obteve a maior proporção das respostas, com 16 ocorrências. Isso indica que a maioria dos discentes consultados, aproximadamente 61,5% da amostra, não demonstra interesse em ter mais aulas de Ensino Religioso. Essa percepção pode estar relacionada a diversos fatores, como a satisfação com a carga horária atual, a priorização de outras disciplinas, ou uma percepção de que a quantidade atual de aulas é suficiente para os objetivos propostos.

A categoria “Sim” registrou 9 respostas, representando uma parcela significativa, mas minoritária, de aproximadamente 34,6% dos alunos. Este grupo demonstra um desejo por mais

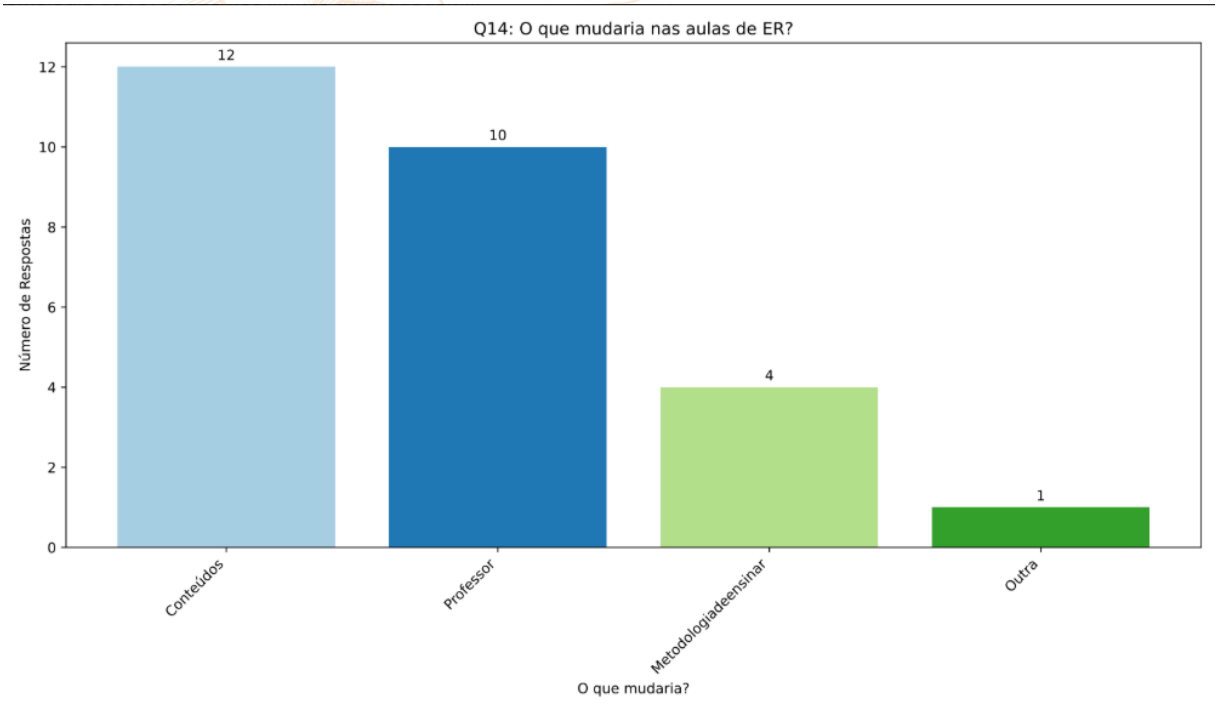
Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

aulas de Ensino Religioso, o que pode refletir um engajamento profundo com o conteúdo, uma valorização intrínseca da disciplina ou a percepção de que a carga horária atual é insuficiente para aprofundar os temas de seu interesse. Essa preferência se alinha com a percepção de que a ER representa “Aprendizado” (conforme Q9) e que ensina valores aplicáveis no dia a dia (conforme Q11).

A categoria “Às vezes” obteve apenas 2 respostas, indicando uma parcela muito pequena de alunos que têm uma postura mais neutra ou condicional em relação à ampliação das aulas. Essa resposta pode sugerir que o interesse em mais aulas dependeria de fatores como o conteúdo, a metodologia ou a disponibilidade.

Posteriormente, os alunos foram questionados sobre o que mudariam nas aulas de Ensino Religioso:

Figura 9 – O que você mudaria nas aulas de Ensino Religioso?



A análise dos dados revela que as áreas de **conteúdo** e o **professor** são os aspectos mais frequentemente apontados pelos alunos como passíveis de mudança, sugerindo pontos focais para futuras intervenções pedagógicas. A categoria “Conteúdos” emerge como a principal sugestão de mudança, com 12 respostas. Este achado é significativo, pois indica que uma parte considerável dos alunos percebe a necessidade de atualização, diversificação ou maior alinhamento dos tópicos abordados em sala de aula. Isso pode ser reflexo de conteúdos percebidos como desatualizados, pouco relevantes para suas realidades, excessivamente

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

focados em uma única vertente religiosa, ou que não estimulam o tipo de “Aprendizado” (conforme Q9) que os alunos valorizam. A demanda por mudança nos conteúdos pode estar relacionada à busca por maior pluralidade, contextualização ou profundidade em temas específicos.

A categoria “Professor” obteve a segunda maior quantidade de respostas, com 10 ocorrências. Essa menção direta ao professor pode englobar diversos aspectos, como a necessidade de aprimoramento na didática, na abordagem dos temas, na capacidade de mediar discussões, na imparcialidade, no domínio do conteúdo, ou na habilidade de criar um ambiente inclusivo. Dada a natureza sensível e subjetiva do Ensino Religioso, a figura do professor é central para o sucesso da disciplina, e as sugestões dos alunos sublinham a importância de seu papel e das qualidades que ele deve possuir.

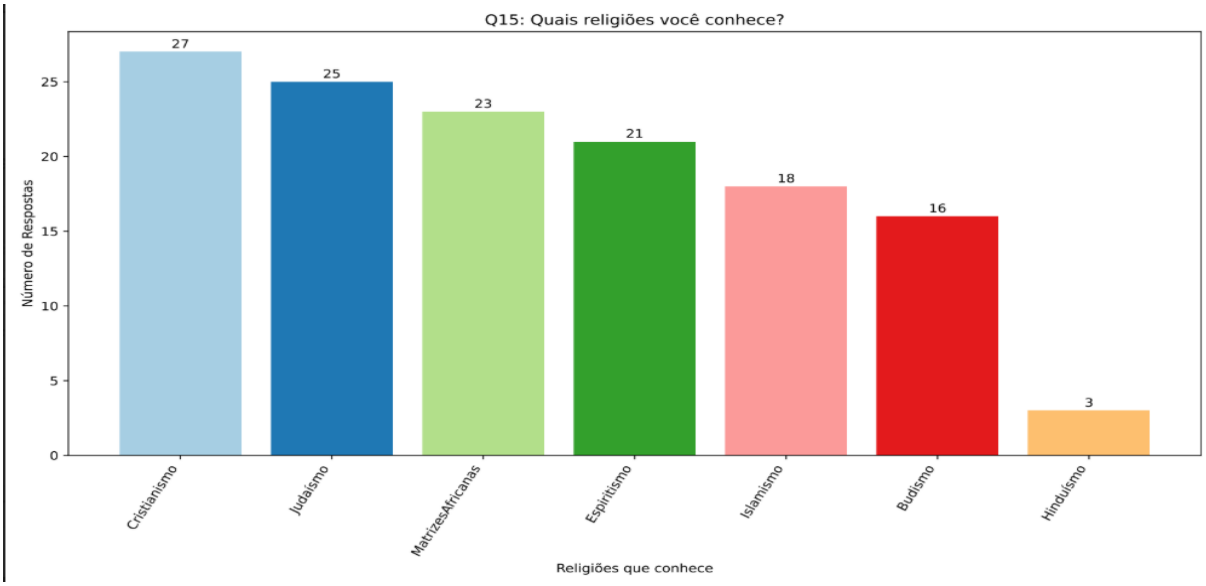
“Metodologia de ensinar” recebeu 4 respostas. Embora menos citada que as anteriores, esta categoria é crucial, pois se relaciona diretamente com a forma como o conteúdo é entregue. Sugestões de mudança na metodologia podem envolver a demanda por aulas mais interativas, participativas, o uso de recursos variados, ou abordagens que estimulem o debate e a reflexão crítica, em contraste com métodos expositivos tradicionais.

Os resultados deste gráfico oferecem um roteiro claro para o aprimoramento do Ensino Religioso. A prioridade apontada pelos alunos para a revisão de conteúdos e o aperfeiçoamento do professor são indicativos fortes de que as intervenções mais eficazes deveriam focar nessas duas frentes.

Em seguida, os participantes foram questionados acerca das religiões que tinham conhecimento. Os resultados a essa pergunta foram:

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Figura 10 – Quais religiões você conhece?



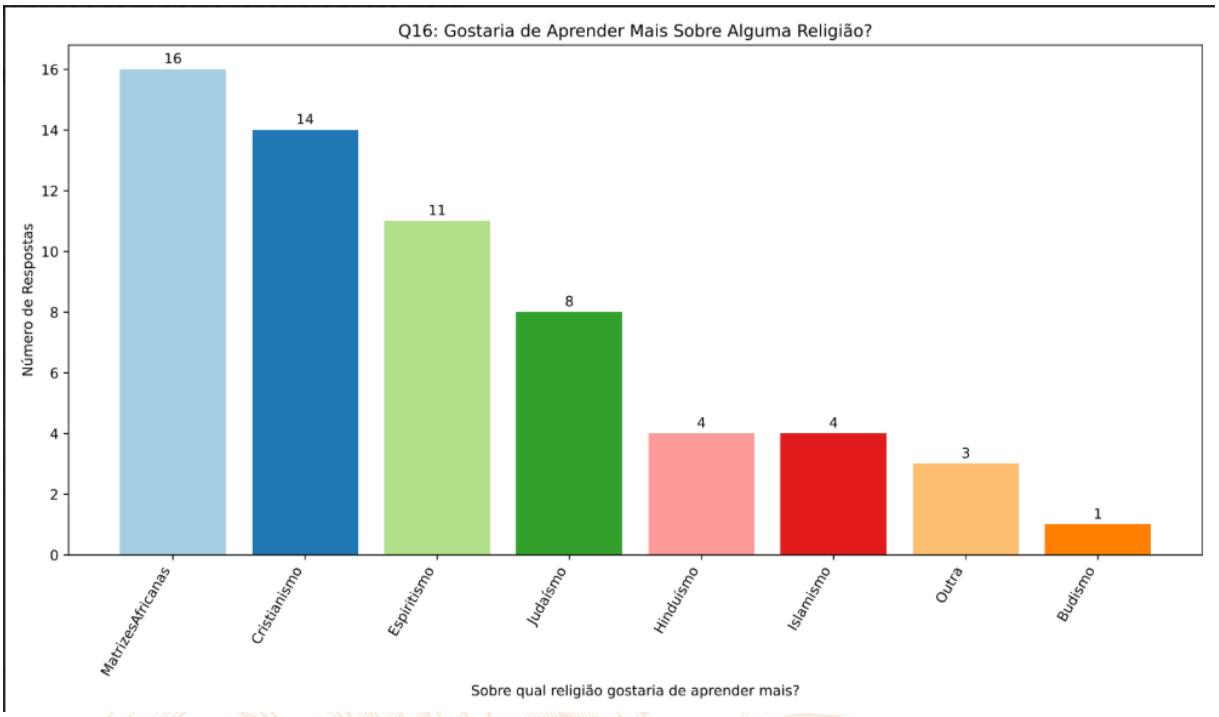
O "Cristianismo" foi reconhecido por todos os 27 participantes, o que é esperado dada a sua predominância cultural em muitas regiões. O "Judaísmo" e as religiões de "Matrizes Africanas" (Umbanda, Candomblé etc.) também demonstram um conhecimento muito elevado, com 25 e 23 respostas, respectivamente. O "Espiritismo" e o "Islamismo" seguem com 21 e 18 respostas, respectivamente, indicando uma familiaridade considerável com essas crenças. O "Budismo" é conhecido por 16 participantes, enquanto o "Hinduísmo" apresenta um conhecimento significativamente menor, com apenas 3 respostas. Essa disparidade pode refletir uma menor exposição ou representatividade dessas tradições no contexto social dos participantes.

O fato de os alunos conhecerem uma ampla gama de religiões (e puderem marcar múltiplas opções) valida a relevância de um Ensino Religioso que aborde a diversidade de crenças. O alto reconhecimento de religiões de Matrizes Africanas, por exemplo, é um ponto positivo para o diálogo intercultural e a desconstrução de preconceitos, especialmente considerando a histórica marginalização dessas fés.

Posteriormente, os alunos foram questionados sobre qual religião gostariam de saber mais.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Figura 11 –



A análise dos dados revela um interesse significativo dos alunos em aprofundar conhecimentos sobre religiões que, historicamente, podem ter sido menos abordadas ou mais sujeitas a preconceitos.

A categoria "Matrizes Africanas" obteve o maior número de menções, com 16 respostas. Este resultado é particularmente relevante. Considerando que, na Figura 10 ("Quais religiões você conhece?"), as Matrizes Africanas já possuíam um alto nível de reconhecimento (23 respostas de 27 participantes), o fato de ainda serem a opção mais desejada para aprofundamento sugere um genuíno interesse em ir além do conhecimento superficial. Isso pode ser motivado por curiosidade cultural, desejo de desmistificação, reconhecimento da relevância histórica e social dessas religiões no Brasil, ou uma percepção de que a abordagem atual sobre elas é insuficiente.

O "Cristianismo" aparece em segundo lugar, com 14 respostas. Embora seja a religião mais conhecida por todos os participantes (27 em 27 na Figura 10), a persistência de um alto interesse em aprender mais sobre ela indica que, mesmo com a familiaridade, há um desejo de aprofundar nuances, história ou diferentes vertentes da fé cristã. Isso pode refletir a busca por autoconhecimento religioso ou o reconhecimento de que, apesar da convivência, há ainda muito a ser explorado.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciências das Religiões

Ainda, o “Espiritismo” (11 respostas) e “Judaísmo” (8 respostas) também demonstram um interesse considerável para aprofundamento. Essas religiões, que possuem bases sólidas e comunidades ativas no Brasil, podem suscitar curiosidade pela sua complexidade doutrinária, rituais ou por sua representatividade cultural e histórica. O “Hinduísmo” e o “Islamismo” obtiveram 4 respostas cada, enquanto o “Budismo” registrou apenas 1 resposta. Comparando com o gráfico da Figura 10, em que o Budismo já tinha menor reconhecimento (16 respostas) e o Hinduísmo muito pouco (3 respostas), esses dados sugerem que, para a amostra, o interesse em aprofundar nesses temas é relativamente menor em comparação com as outras religiões listadas. Isso pode ser devido à menor presença dessas comunidades ou à percepção de maior distância cultural.

Os alunos foram questionados se o Ensino Religioso deveria ser obrigatório ou opcional, sendo que 24 participantes afirmaram que deveria ser opcional, e apenas 03 (três) afirmaram que achavam que deveria ser obrigatório. Este resultado indica uma forte inclinação dos alunos para que a participação nas aulas de Ensino Religioso seja uma escolha individual, e não uma imposição curricular. Essa preferência pela opcionalidade pode ser multifacetada. Pode refletir o desejo de autonomia dos alunos em relação à sua formação religiosa ou a ausência de crença, a percepção de que a religião é um assunto de foro íntimo, ou uma preocupação com a possível natureza confessional que uma aula obrigatória poderia assumir.

A preferência majoritária pela opcionalidade do Ensino Religioso pode ser compreendida à luz da teoria da *Estética da recepção*, sobretudo na noção de horizontes de expectativa. Cada estudante chega às aulas carregando experiências pessoais, familiares e comunitárias que moldam sua compreensão sobre o lugar da religião na escola. Nesse sentido, o desejo de que a disciplina seja opcional pode refletir tanto uma preocupação em preservar a autonomia individual diante de conteúdos considerados sensíveis quanto uma resposta às tensões sociais que permeiam o debate sobre laicidade e pluralismo religioso no Brasil.

Os dados também revelam que os estudantes não apenas recebem passivamente as orientações sobre o Ensino Religioso, mas produzem sentidos próprios a partir de suas vivências. A opção pela não obrigatoriedade, manifestada por 24 alunos, pode ser interpretada como uma reconfiguração da disciplina no campo da recepção: em vez de enxergá-la como imposição curricular, os discentes expressam a expectativa de um espaço que dialogue com suas realidades e respeite suas escolhas pessoais. Essa postura evidencia um movimento de resistência e, ao mesmo tempo, de ressignificação, no qual o Ensino Religioso é legitimado apenas quando é percebido como aprendizado plural e não como doutrinação.

Essa análise aponta para implicações importantes no campo pedagógico. Se os

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

estudantes demandam opcionalidade, não significa rejeição absoluta ao Ensino Religioso, mas sim a exigência de que ele se mantenha coerente com princípios democráticos, laicos e inclusivos. Para o professor, isso significa assumir uma postura mediadora, aberta ao diálogo, que acolha as diferentes formas de recepção e evite práticas impositivas. Assim, a disciplina pode se consolidar como espaço de formação crítica e cidadã, respeitando a diversidade de recepções e favorecendo a construção de sentidos compartilhados a partir da pluralidade religiosa.

3.3 Diálogos entre a teoria e a prática: a laicidade e o Ensino Religioso na percepção dos estudantes de Marataízes

Após explorar os conceitos de laicidade e secularização no Capítulo 1, e aprofundar as diretrizes e desafios do Ensino Religioso na escola pública brasileira no Capítulo 2, este segmento do trabalho se dedica a estabelecer um diálogo crítico entre essas bases teóricas e legais e a realidade empírica vivenciada pelos estudantes da EEEFM 'Domingos José Martins', em Marataízes-ES. A análise das narrativas e percepções dos alunos, conforme coletadas na pesquisa apresentada neste Capítulo 3, oferece um bom panorama sobre como os princípios da laicidade e os objetivos do ER são compreendidos e aplicados no cotidiano escolar.

O primeiro capítulo deste trabalho apresenta o conceito de laicidade do Estado, enfatizando sua característica essencial de neutralidade frente às diversas crenças religiosas, bem como a não-confessionalidade do Ensino Religioso nas escolas públicas. A laicidadepressupõe que o Estado não promova nem favoreça qualquer religião, garantindo o respeito à diversidade e a liberdade de crença. Nesse sentido, o Ensino Religioso deve configurar-se como uma disciplina de caráter educacional, voltada para o estudo do fenômeno religioso em suas múltiplas manifestações, e não como espaço para a doutrinação ou proselitismo.

O segundo capítulo reforça essa concepção, argumentando que o Ensino Religioso, em conformidade com os princípios do Estado laico, deve funcionar como um espaço de reflexão crítica e compreensão das religiões, evitando o viés confessional. Referências teóricas de autores como Baubérot e Milot, assim como Passos, evidenciam os riscos da confusão entre ensino e catequese, que pode ferir os direitos fundamentais e a pluralidade cultural e religiosa da sociedade.

Nesse sentido, Passos destaca que o Ensino Religioso nas escolas públicas enfrenta o desafio de evitar que se transforme em uma “catequese”, em que os docentes possam

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

privilegiar a religião predominante em sua vida pessoal. Para prevenir essa situação, o autor defende que o professor de Ensino Religioso deve possuir, além da formação religiosa, uma sólida formação humanística. Isso porque o ensino não pode se restringir ao estudo de uma única divindade, já que tal abordagem excluiria automaticamente religiões que não compartilham esse conceito, como as religiões afro-brasileiras, as tradições dos povos originários, o budismo, o hinduísmo, entre outras[135].

Os dados empíricos obtidos por meio da pesquisa, especificamente na questão 9 (Q9), corroboram essa perspectiva. A maioria dos estudantes (23 participantes) classificou o Ensino Religioso como "Aprendizado", evidenciando uma percepção alinhada com o ideal do Estado laico e de um Ensino Religioso não-confessional. Essa predominância sugere que, na prática da escola analisada, a disciplina tem conseguido afastar-se da concepção de catequização, que foi mencionada por um número significativamente inferior de alunos. Tal resultado indica que o Ensino Religioso ofertado está promovendo o conhecimento e a compreensão do fenômeno religioso sem a imposição de crenças, afastando-se do que é tradicionalmente temido nos debates acadêmicos e sociais sobre a disciplina.

Assim, a percepção majoritária dos estudantes confirma que o Ensino Religioso pode ser concebido e implementado dentro dos parâmetros da laicidade, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e respeitosos diante da diversidade religiosa, em consonância com os preceitos estabelecidos na Constituição Federal e nas diretrizes pedagógicas nacionais.

Ainda, a preferência expressa pela maioria dos estudantes em relação à opcionalidade do Ensino Religioso, evidenciada por 24 participantes na questão 17 (Q17), revela uma internalização significativa do princípio constitucional da liberdade de consciência e crença, garantido pela Constituição Federal de 1988, conforme abordado no Capítulo 1 deste trabalho. Tal princípio assegura que nenhum indivíduo deve ser obrigado a participar de atividades que conflitem com suas convicções pessoais, especialmente no âmbito educacional. Além disso, a LDB, em seu artigo 33, reforça essa garantia ao estabelecer o caráter facultativo do ER nas escolas públicas, conforme discutido no Capítulo 2.

Essa concordância dos estudantes com a opcionalidade do ER demonstra uma compreensão e respeito pelo direito à escolha, que deve prevalecer em um ambiente educativo pautado pela laicidade do Estado. No entanto, ao analisar o conteúdo do segundo capítulo, fica claro que o ER, conforme conceituado, não possui caráter confessional, mas se configura como um estudo acadêmico do fenômeno religioso, visando à transformação social por meio

[135] PASSOS, João Décio. *Ensino religioso*: construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 112.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

do conhecimento e da reflexão crítica.

Portanto, a permanência da opcionalidade no campo legislativo revela uma tensão entre a concepção moderna do ER como disciplina não confessional e as normativas vigentes, que ainda o percebem, em muitos aspectos, como uma instrução religiosa. Essa incongruência legislativa implica desafios para a efetiva implementação de um ER que seja, de fato, laico, plural e formador do pensamento crítico, afastando-se da doutrinação e respeitando a diversidade religiosa da sociedade brasileira.

Ademais, os capítulos iniciais deste trabalho destacam a relevância do Ensino Religioso como instrumento fundamental para fomentar o respeito, a tolerância e a convivência pacífica em uma sociedade marcada pela pluralidade cultural e religiosa. Em particular, o Capítulo 1 enfatiza a função do Ensino Religioso na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres em um Estado laico, enquanto o Capítulo 2 reforça a importância de promover o diálogo inter-religioso e a ética da alteridade, conforme preconizado pela BNCC.

Os dados apresentados no Capítulo 3 oferecem evidências que corroboram essas concepções. Observa-se que 41% dos alunos relataram presenciar casos de desrespeito no ambiente escolar em geral (Q5), enquanto a incidência de desrespeito especificamente durante as aulas de Ensino Religioso é significativamente menor, atingindo 14,8% (Q6). Essa discrepância, embora indique que episódios de intolerância ainda ocorrem, sugere que as aulas de ER na escola estudada funcionam como um espaço relativamente mais seguro e mediado para o diálogo sobre a diversidade.

Ademais, a resposta mais frequente à questão sobre os aprendizados do ER utilizados no cotidiano foi “Respeito à Diversidade”, mencionada por 17 alunos (Q11), seguida por “Empatia” e “Tolerância Religiosa”. Esses resultados validam empiricamente a argumentação teórica dos Capítulos 1 e 2, confirmando que o Ensino Religioso contribui efetivamente para a formação de valores essenciais à cidadania plural e democrática. Nesse sentido, a “regra de ouro”, abordada no Capítulo 2, pode ser compreendida como um fundamento ético universal que sustenta tais valores, incentivando o tratamento do outro com respeito e dignidade.

Importa destacar que o desrespeito é percebido pelos estudantes com maior frequência fora do ambiente escolar e, em sua maioria, por desconhecidos (Q7 e Q8). Esse fato reforça a necessidade de a escola, e o Ensino Religioso em particular, permanecerem como espaços privilegiados para a construção e o fortalecimento da tolerância, preparando os alunos para atuarem como agentes promotores de convivência pacífica em uma sociedade diversa.

Portanto, os dados indicam que o Ensino Religioso, quando orientado segundo os

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

princípios do Estado laico e os objetivos da BNCC, pode desempenhar papel significativo na promoção do respeito à diversidade e no combate à intolerância, contribuindo para a formação de uma cultura de paz e cidadania.

Além disso, o Capítulo 2 aborda os desafios enfrentados na formação dos professores de Ensino Religioso, a adequação dos materiais didáticos e a importância de uma metodologia dinâmica para a efetiva aprendizagem. O Capítulo 3, por sua vez, apresenta as percepções, críticas e sugestões dos alunos, oferecendo um panorama direto das experiências em sala de aula.

A resposta "Às vezes", registrada por 16 alunos na questão 12 (Q12), em relação à permissão para que expressem suas opiniões durante as aulas, revela uma lacuna significativa entre o ideal de protagonismo estudantil e a mediação docente, conforme discutido por Fuhr, Alves e Garcia no Capítulo 2. Essa resposta indica que, apesar dos esforços teóricos para estabelecer um ambiente dialógico e participativo, a prática cotidiana ainda não consolidou plenamente essa dinâmica. Tal constatação aponta para a necessidade de repensar as estratégias pedagógicas que garantam a efetiva participação e voz dos alunos no processo educativo.

Quanto às sugestões dos estudantes para aprimoramento do ER (Q14), destacam-se as indicações relacionadas aos "Conteúdos" (12 respostas) e ao "Professor" (10 respostas). A demanda por mudanças nos conteúdos pode ser compreendida à luz da predominância de materiais didáticos com enfoque cristão, apontada por Diniz, Lionço e Carrião no Capítulo 2, que limita a pluralidade e a contextualização necessárias para abarcar a diversidade religiosa presente na sociedade brasileira. Essa crítica corrobora as diretrizes da Base Nacional Comum

Curricular (BNCC), que orientam a inclusão de múltiplas tradições religiosas e culturais no currículo, promovendo um ensino mais inclusivo e representativo. A menção frequente ao "Professor" como ponto de melhoria reforça a discussão sobre a importância da formação continuada e da qualificação específica para docentes de ER, destacada por Junqueira, FONAPER, Caetano e Pereira no Capítulo 2. Muitos professores ainda se sentem despreparados para lidar com a complexidade e diversidade do campo religioso, o que compromete a qualidade do ensino e o engajamento dos alunos.

Além disso, a existência de um número expressivo de estudantes que afirmam não desejar continuar tendo aulas de ER (16 em Q13), contrastando com um grupo menor que manifesta interesse pela continuidade (9 alunos), e a menção de "Nada" como aprendizado significativo (8 em Q11), indicam reflexos da qualidade da metodologia empregada e do nível de envolvimento promovido nas aulas. Esses dados ressaltam a urgência de aprimorar as

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

práticas pedagógicas, buscando maior conexão com a realidade dos alunos e favorecendo um ambiente motivador e inclusivo, conforme proposto no Capítulo 2.

Diante disso, a percepção estudantil aponta para desafios estruturais e pedagógicos que precisam ser enfrentados para que o Ensino Religioso alcance seus objetivos formativos e atue efetivamente na promoção do respeito à diversidade e da cidadania crítica.

Também, o Capítulo 1 apresenta um panorama da diversidade religiosa tanto no contexto brasileiro quanto no estado do Espírito Santo, ressaltando a riqueza e pluralidade das tradições religiosas presentes. Complementarmente, o Capítulo 2 enfatiza a importância de que o Ensino Religioso (ER) contemple essa diversidade, promovendo um estudo amplo e inclusivo das diferentes crenças. O Capítulo 3, por sua vez, oferece dados empíricos que quantificam o conhecimento e o interesse dos alunos acerca dessas múltiplas tradições religiosas.

Conforme ilustrado na Figura 10, observa-se que os estudantes possuem um amplo reconhecimento de diversas religiões, destacando-se o Cristianismo, o Judaísmo, as Religiões de Matrizes Africanas, o Espiritismo e o Islamismo. Tal amplitude de conhecimento reforça a necessidade de um currículo que contemple essa pluralidade, evitando a hegemonia de perspectivas únicas e contribuindo para a formação de uma visão crítica e respeitosa frente ao fenômeno religioso.

A Figura 11 revela o interesse manifestado pelos alunos em aprofundar seus conhecimentos, especialmente em relação às Religiões de Matrizes Africanas e ao Cristianismo. Este dado indica que, mesmo diante de um conhecimento prévio significativo, há um desejo genuíno de ampliar o entendimento sobre essas tradições. Essa disposição representa uma oportunidade pedagógica para que o ER promova a desmistificação de preconceitos e amplie a compreensão cultural, alinhando-se à concepção defendida por Martins e Martins no Capítulo 1, que vê o Ensino Religioso como um esforço civilizatório, capaz de contribuir para o respeito à diversidade e a convivência harmoniosa.

Para apoiar a superação das dificuldades identificadas ao longo da pesquisa, apresenta-se no Apêndice A uma proposta de sequência didática, elaborada com o intuito de contribuir para a mitigação dos desafios enfrentados na abordagem da diversidade religiosa no contexto escolar.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciências das Religiões

CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida teve como objetivo compreender as percepções dos estudantes do Ensino Fundamental II sobre as aulas de Ensino Religioso em uma escola pública do município de Marataízes, no Espírito Santo. Através da escuta ativa dos discentes e da análise de suas falas, foi possível identificar aspectos relevantes que envolvem tanto os conteúdos abordados quanto as metodologias aplicadas, bem como os sentidos atribuídos por eles a essa disciplina no contexto escolar.

Os dados coletados revelaram que os estudantes, em sua maioria, reconhecem a importância do Ensino Religioso como espaço de diálogo e aprendizado sobre valores, culturas e crenças distintas. Muitos apontam que a disciplina contribui para a construção do respeito mútuo, da empatia e da valorização da diversidade religiosa e filosófica, elementos fundamentais para uma convivência ética e cidadã.

Entretanto, também foram observadas críticas e desafios que ainda precisam ser enfrentados. Alguns estudantes relatam percepções de superficialidade nas abordagens ou a predominância de conteúdos voltados a tradições religiosas específicas, o que pode comprometer o caráter plural e não confessional defendido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Outros destacam o desinteresse gerado por metodologias pouco dinâmicas ou pela ausência de conexão entre os temas discutidos em sala e suas realidades cotidianas.

Essas observações indicam a necessidade de formação continuada para os docentes que atuam com o Ensino Religioso, a fim de que possam aprofundar seu conhecimento sobre a abordagem laica, plural e crítica da disciplina, conforme orientam os marcos legais. Além disso, é essencial que os professores desenvolvam estratégias pedagógicas mais significativas e contextualizadas, que estimulem a participação ativa dos estudantes.

O Ensino Religioso, quando bem conduzido, pode ser um potente instrumento para a promoção da cultura de paz e dos direitos humanos. Ele oferece a oportunidade de os estudantes refletirem sobre si mesmos, sobre o outro e sobre o mundo, compreendendo as diferentes formas pelas quais os povos expressam seus sentidos de existência, transcendência e espiritualidade. Esse potencial precisa ser explorado com responsabilidade, ética e sensibilidade intercultural.

A partir das falas dos estudantes de Marataízes, observa-se também uma valorização do espaço da escola como lugar de diálogo e escuta. A presença de uma disciplina que reconhece e acolhe diferentes visões de mundo é percebida por muitos como algo positivo, especialmente em uma sociedade marcada por conflitos de natureza religiosa. Isso reforça a importância de se

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PPGPCR Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciências da Religião

garantir um Ensino Religioso comprometido com os princípios da laicidade do Estado e com a dignidade da pessoa humana.

Dessa forma, conclui-se que o olhar dos estudantes sobre o Ensino Religioso reflete tanto conquistas quanto lacunas ainda existentes na prática pedagógica cotidiana. Há um reconhecimento de seu valor formativo, mas também o apelo por uma abordagem mais crítica, dialógica e conectada às realidades vividas pelos adolescentes. Ouvir os estudantes e considerar suas impressões é, portanto, fundamental para o fortalecimento dessa área de conhecimento no currículo escolar. Por fim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para ampliar as reflexões sobre a prática docente em Ensino Religioso e para fomentar o debate sobre sua importância na formação integral dos sujeitos.

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda. *Diversidade religiosa e o currículo escolar*. Curitiba: Acadêmica, 2020.

ALMEIDA, R., Religião em transição. In: L. F. D. Duarte (coord.). *Horizontes das Ciências Sociais*: Antropologia. Caxambu: Anpocs, 2010.

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. *A construção do conhecimento e o currículo dos cursos de formação na vivência de um processo*. São Paulo: Cortez, 2001.

ALVES, Rubem. *O que é religião*? 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

ANDRADE, M. A religião entra na escola. Porquê? Como? Ocupando qual lugar? 4 Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação. *Revista Pro-proposições*. Porto, 2014.

ARAUJO, Victor. Surgimento, trajetória e expansão das igrejas evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019). *Políticas Públicas, Cidades e Desigualdades*. Centro de Estudos Metrópole - CEM. Disponível: https://centrodametropole.fflch.usp.br /sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/cem_na_midia_anexos/NT20.pdf. Acesso em: nov. 2023.

BAUBÉROT, J.; MILOT, M. *Laicidade sem fronteiras*. Paris: Seuil, 2011.

BECKER, Michael. *Ensino religioso entre catequese e ciências da religião*. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. 2010. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3645. Acesso em: 22 jul. 2024. BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. *Revista Religião & Sociedade*, vol. 21, nº 1: Rio de Janeiro, 2001, p. 9-24.

BERGER, Peter L. *Rumor de Anjos*: a sociedade moderna e a descoberta do sobrenatural. Petrópolis: Vozes, 2018.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado*: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 2003.

BIRMAN, Patrícia. Conexões políticas e bricolagens religiosas: questões sobre o pentecostalismo a partir de alguns contrapontos. In: SANCHIS, P. (org.) *Fiéis e cidadãos: percursos de sincretismo no Brasil*, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

BLANCARTE, R. Laicidad y laicismo en América Latina. *Estudios Sociológicos*, 26 (76), 139-164. Jan e Abr. 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacionalcomum-curricular-bncc. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Constituicao/ Constituiçao.htm. Acesso em: 15 jan. 2024.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. 7. ed. Atualizada até agosto de 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/ bdsf/bitstream/ handle/id/ 642419/LDB_7ed.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

CAETANO, Maria Cristina. *O ensino religioso e a formação de seus professores*: dificuldades e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifica Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

DINIZ, Débora, LIONÇO, Tatiana, CARRIÃO, Vanessa. *Estudo sobre o Ensino Religioso no Brasil:* Relatório Final. Brasília: UNESCO. 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* 23 reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Eliane M. L. Milhomem de. Bem-me-quer, malmequer: um estudo sobre a presença do ensino religioso na Base Nacional Comum Curricular - *Revista Pistis e Praxis Teologia e Pastoral*. Curitiba, v. 13, n. 1, jan./abr. 2021, p. 459-476. Disponível em: https://periodicos. pucpr.br/pistispraxis/article/view/27893. Acesso em: 17 jan. 2024.

FREITAS, Eliane M. L. Milhomem de. Diversidades e violência no meio escolar: experiências docentes – *Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões – UNITAS*. Vitória, v. 6, n. 1. 2018, p. 171 -189.

FUHR, Regina C.. *Educação 4.0 e seus impactos no século XXI*. V CONEDU – Congresso Nacional de Educação. 2018. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais /conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA19_ID5295_31082018230201.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

FURTADO, Ana Maria Ribeiro. *O ensino religioso como parte integrante da formação do pedagogo a serviço da formação do cidadão brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2014.

GADOTTI, M. *Educação e poder*: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 2002.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba S. de Sá. *Professores do Brasil*: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

HOLMES, Maria José Torres. *Ensino religioso*: problemas e desafios. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, 2010.

JUNQUEIRA, Sergio R. Formação de professores para o ensino religioso: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 50, p. 181-197.

KNAPP, Markus. Fé e saber em Jürgen Habermas – a religião numa sociedade "pós-secular". *Interações: Cultura e Comunidade*, Belo Horizonte, v. 6, n. 10, p. 179-192, 2011.

LOPES, Leandro; HACKMANN, Geraldo Borges, Orientador. *A teologia do laicato na constituição dogmática lumen gentium e nas conferências gerais do Episcopado da América Latina.* 2012. Dissertação (Mestrado em Teologia Sistemática) – Pontifícia Universidade

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5856/1/438775.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

LUI, Janayna de Alencar. *Educação, laicidade, religião*: controvérsias sobre a implementação do ensino religioso em escolas públicas. (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

MACHADO, Deusdete. *A reforma protestante e seu legado de desenvolvimento social.* Trabalho de Conclusão de Curso (Teologia) - Faculdade UNINA, Igarapava, 2021.

MARTINS, Gustavo Claudiano. A Presença da Ausência: Contribuições de Rubem Alves para uma Ciência da Religião. Juiz de Fora: UFJF, 2023.

MARTINS, Luís. Ensino religioso como ferramenta de combate a intolerância religiosa no espaço escolar. *Revista Unitas*, v. 10, n. 2, 2023.

MARTINS, Nathália F. de Sousa. *Por um ensino religioso empático*: proposta de aplicação da compreensão empática da experiência religiosa de Joachim Wach para o ensino religioso. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2022.

MARTINS, Nathalia F. de Sousa; MARTINS, Gustavo C. O Ensino Religioso como Esforço Civilizatório: Uma Análise Teórico-Documental da Base Nacional Comum Curricular a Partir da Noção de Laicidade em Paul Ricouer. *Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião*, Goiânia, v. 18, n. 5, p. 117–131, 2021. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7997. Acesso em: 18 fev. 2025.

MARTINS, Nathália Ferreira de Sousa. O Ensino Religioso do Estado do Espírito Santo: da legislação à sala de aula em escolas estaduais da região metropolitana da Grande Vitória. Dissertação (mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

MARTINS, Nathália Ferreira de Sousa; RODRIGUES, Elisa. Aspectos teóricos e didáticos da formação do professor de ensino religioso: perspectivas à luz da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões) e da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Caminhando*, São Paulo, v. 23, n. 2, 2018. p. 137-150.

MARX, Karl. *O capital:* crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a re-invenção do pluralismo religioso no Brasil. *Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia - Etnográfica*, vol. 13, n. 01, p. 1-16, 2009.

OLIVEIRA, Ariadne B. Moreira de. *Religiões afro-brasileiras e o racismo*: contribuição para a categorização do racismo religioso. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2017. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/31472/1/2017_AriadneMoreiraBas%c3%adliodeOliveira.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente: algumas considerações. v. 11, n. 2, p. 221-237. In: *Civitas*. Porto Alegre: maio 2011.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PALMA, Daniel de Oliveira. *Laicidade no Brasil e os símbolos religiosos na esfera pública*. 2015. Monografia (Graduação em Direito). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Três Rios. Disponível em: https://itr.ufrrj.br/portal/wpcontent/uploads/ 2017/10/t165.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

PANASIEWICZ, R**.** Secularização: o fim da religião? In: BINGEMER, M. C.; ANDRADE, P. F. C. *Secularização*: novos desafios. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.

PASSOS, João Décio. *Ensino religioso*: construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.

PAULY, Evaldo L. O dilema epistemológico do ensino religioso. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 27, p. 172-212, 2004.

PEREIRA, Lázaro Amílcar Sosa. *Mediação da disciplina de ensino religioso nas escolas públicas e seus desafios.* TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – Licenciatura em Ciências da Religião, Universidade Federal de Santa Maria. Quaraí, 2020.

PRANDI, Reginaldo. *Religião, religiosidade e secularização no Brasil*. Tempo Social, v. 20, n. 2, p. 105-127, 2008.

REI, Pedro Silva. Católicos de esquerda e de direita, ou nem à esquerda nem à direita? O catolicismo contemporâneo entre a dualidade política e o conflito triangular. *Revista Catolicismo Poder e Sociedade - Faces de Clio*. 2019. Vol. 5, n. 10. 87-105. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/ facesdeclio/article/view/28715/19637. Acesso em: 20 dez. 2024.

Resolução n. 5, de 28 de novembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2019-pdf/105531-rcp005-18/file. Acesso em: 28 ago. 2025.

RIBEIRO, Nédson Coelho. *Ensino religioso e seu significado para adolescentes do ensino fundamental em uma escola pública municipal em Mirinzal/MA*. Tese de (Mestrado em Teologia) – Escola Superior em Teologia. São Leopoldo: EST/PPG, 2012.

RISKE-KOCH, Simone; OLIVEIRA, Lilian Blanck de; POZZER, Adecir. *Formação inicial em ensino religioso*: experiências em cursos de ciência(s) da(s) religião(ões) no Brasil. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2017.

RODRIGUES, Elisa. A formação do Estado secular brasileiro: notas sobre a relação entre religião, laicidade e esfera pública*. HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 11, n. 29, p. 149-174, 2013.

RODRIGUES, Elisa. *Ensino religioso*: uma proposta reflexiva. Belo Horizonte: Senso, 2021.

ROSA, Lilian R. de Oliveira. *A igreja católica apostólica romana e o Estado brasileiro estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista – "Júlio de Mesquita Filho". Franca, 2011.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

SILVA, Cristiano Santos. *O papel da escola na defesa da tolerância religiosa na sociedade*: o componente curricular de ensino religioso como promotora do respeito. Dissertação (Mestrado Ciências das Religiões) – Faculdade Unida de Vitória, 2022.

SILVA, Jéssica Emanuelly Santos Barboza da. *Ensino religioso na educação brasileira*: breve análise histórica. TCC (Graduação em Ciências Das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba Centro de Educação. João Pessoa, 2023.

SILVA, João. *A valorização profissional e o ensino religioso.* São Paulo: Educação e Sociedade, 2021.

SILVA. Diogo Bacha e. Laicidade e Estado democrático de direito: sobre a relação entre direito, religião e o agir prático. *RFD- Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, v. 0, n. 31, 2017. Disponível em: https://www.epublicacoes.uerj.br/rfduerj/article/view/16725. Acesso em: 10 fev. 2025.

SOARES, Afonso Maria Ligório. Concepções do ensino religioso no Brasil. (In.) JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo (org.). *Ensino religioso no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2015.

SOUSA, Francisca Roseane Franco Ribeiro de. *Formação continuada de professores de ensino religioso: concepção do professor.* 2013. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SOUZA, Denis A. A teologia na busca de legitimidade científica: um olhar sobre o cenário atual. *Revista Caminhando*, v. 22, n. 1, p. 67-82. jan./jun. São Bernardo do Campo, 2017.

TANAKA, Marcela. Secularização, laicidade e espaço público: como pensar a política contemporânea brasileira à luz da religião? *Religião & Sociedade*, v. 40, n. 3, p. 169–188, 2020.

TAYLOR, Charles. *Uma era secular*. Tradução Nélio Schneider e Luzia Araújo. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

ULRICH, Claudete Beise; GONÇALVES, José Mário. O estranho caso do ensino religioso: contradições legais e questões epistemológicas. *Revista Estudos Teológicos* – Programa de Pós Graduação em Teologia. v. 58, n. 1. São Leopoldo, 2018.

UNESCO. Conferência Geral. *Declaração de princípios sobre tolerância*. Paris: UNESCO. 1995.

VALENTE, Gabriela Abuhab. Laicidade, ensino religioso e religiosidade na escola pública brasileira: questionamentos e reflexões. *Pro-Posições,* Campinas, v. 29, n. 1, p. 107–127, 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8652057. Acesso em: 11 fev. 2025.

WEISS, Raquel. Durkheim e as formas elementares da vida religiosa. *Debates do NER*, v. 2, n. 22, p. 95–119, 2012.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

ANEXO I – FORMULÁRIO DE PERGUNTAS DE PESQUISA QUE SERÁ REALIZADA POR ESTUDANTES DO 9° ANO DE ENSINO FUNDAMENTAL, NA ESCOLA EEMF "DOMINGOS JOSÉ MARTINS", MARATAÍZES – ES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS RESPONSÁVEIS

O/a menor de idade pelo qual o(a) senhor(a) é responsável está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "O OLHAR DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II SOBRE AS AULAS DE ENSINO RELIGIOSO, NA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MARATAÍZES-ESPÍRITO SANTO".

O objetivo deste estudo consiste em problematizar as narrativas de estudantes acerca da religião, buscando refletir a respeito de alternativas teórico-metodológicas que favoreçam o trabalho com o tema no Ensino Religioso. Caso você autorize, ele/ela participará de uma pesquisa cientifica. A participação dele(a) não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir. O(A) senhor(a) e o menor de idade pelo qual é responsável não receberão remuneração pela participação. A participação dele(a) poderá contribuir para abrir um campo de estudo, que contribuirá para a melhoria na prática educativa do ambiente escolar. As respostas não serão divulgadas de forma a possibilitar a identificação. Além disso, o(a) senhor(a) está recebendo uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador principal, podendo tirar dúvidas agora ou a qualquer momento.

A pesquisa foi aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória que funciona na Rua Eng. Fábio Ruschi, 161, Bento Ferreira, Vitória-ES, telefone (27) 3325-2071, e-mail contato@fuv.edu.br. Se necessário, pode-se entrar em contato com a instituição.

Pesquisador: Cleber Junior Pereira Bento
E-mail: professorcleber4000@gmail.com
Telefone: 28 99916-5840
Orientador: Gustavo Claudiano Martins
E-mail: gustavo@fuv.edu.br

CONSENTIMENTO

Eu,_____(colocar o nome legível do pai/mãe/responsável/cuidador) declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação do/a menor de idade pelo qual sou responsável, _____ (colocar o nome do menor), sendo que:

( ) aceito que ele(a) participe ( ) não aceito que ele(a) participe.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Marataízes-ES, ... de .....de 2025.

_____

Assinatura

PESQUISA

1 - Qual seu sexo:
( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Intersexo ( ) Prefiro não dizer

2 - Você se considera de qual raça/cor?
( ) Amarela ( ) Branco ( ) Indígena ( ) Parda ( ) Preta

3 – Qual é a sua religião?
( ) Agnóstico ( ) Ateu ( ) Budismo ( ) Cristianismo/católico
( ) Cristianismo/evangélico ( ) Espírita ( ) Islamismo
( ) Judaísmo ( ) Matrizes Africanas - umbanda ou candomblé
( ) Outra, qual?_____

4 – Você já sofreu algum tipo de preconceito por causa da sua religião?
( ) Sim ( ) Não

5 – Você já presenciou algum estudante desrespeitando a religião de outro colega na escola?
( ) Sim ( ) Não

6– Você já presenciou algum estudante desrespeitando a religião de outro colega na escola, durante a aula de Ensino Religioso?
( ) Sim ( ) Não

7 – Você já presenciou alguém desrespeitando a religião de outra pessoa fora da escola?
( ) Sim ( ) Não

8 – Se você já presenciou alguém desrespeitando a religião de outra pessoa, que foi?
( ) Um amigo ( ) Um colega da escola ( ) Um desconhecido
( ) Um familiar ( ) Um líder religioso ( ) Um professor
( ) outro, quem?_____

9 - O que o Ensino Religioso representa para você?
( ) Aprendizado ( ) Catequização ( ) Outra, qual?_____

10 - Você acredita que o Ensino Religioso é um componente curricular importante?
( ) Sim, por quê?_____
( ) Não, por quê?_____

11 - O que você aprendeu nas aulas de Ensino Religioso que usa no seu dia a dia? (marque duas opções)

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

PPGPCR
Programa de Pós-Graduação
Profissional em Ciências das Religiões

( ) Tolerância religiosa
( ) Empatia
( ) Respeito a diversidade
( ) Solidariedade
( ) Nada
( ) Outra, qual? _____

12 - O professor permite que os alunos expressem suas opiniões livremente sobre os temas religiosos debatidos em aula?
( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

13 – Você acredita que deveria existir mais aulas de Ensino Religioso na escola?
( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes.

14 - Se pudesse mudar algo no Ensino Religioso da sua escola, o que mudaria?
( ) Conteúdos ( ) Metodologia de ensinar ( ) Professor
( ) Outra, qual?_____

15 - Cite quais religiões você conhece.
( ) Budismo ( ) Cristianismo ( ) Espiritismo ( ) Hinduísmo
( ) Islamismo ( ) Judaísmo ( )Matrizes Africanas
( ) Outra, qual? _____

16- Há alguma religião que você gostaria de aprender mais?
( ) Budismo ( ) Cristianismo ( ) Espiritismo ( ) Hinduísmo
( ) Islamismo ( ) Judaísmo ( ) Matrizes Africanas
( ) Outra, qual?_____

17 - Você acredita que o Ensino Religioso deve ser obrigatório ou opcional?
( ) Obrigatório ( ) Opcional

Justifique sua resposta:
_____
_____

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

ANEXO II – FOTO DO AUTOR



Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Profissional em Ciências das Religiões

FORMULÁRIO DE PERGUNTAS DE PESQUISA QUE SERÁ REALIZADA POR ESTUDANTES DO 9° ANO DE ENSINO FUNDAMENTAL, NA ESCOLA EEMF "DOMINGOS JOSÉ MARTINS", MARATAÍZES – ES.

1 - Qual seu sexo:
( ) Masculino (X) Feminino ( ) Intersexo ( ) Prefiro não dizer

2 - Você se considera de qual raça/cor?
( ) Amarela ( ) Branco ( ) Indígena (X) Parda ( ) Preta

3 – Qual é a sua religião?
( ) Agnóstico ( ) Ateu ( ) Budismo ( ) Cristianismo/católico
(X) Cristianismo/evangélico ( ) Espírita ( ) Islamismo
( ) Judaísmo ( ) Matrizes Africanas - umbanda ou candomblé
( ) Outra, qual?_____

4 – Você já sofreu algum tipo de preconceito por causa da sua religião?
( ) Sim (X) Não

5 – Você já presenciou algum estudante desrespeitando a religião de outro colega na escola?
( ) Sim (X) Não

6– Você já presenciou algum estudante desrespeitando a religião de outro colega na escola, durante a aula de Ensino Religioso?
( ) Sim (X) Não

7 – Você já presenciou alguém desrespeitando a religião de outra pessoa fora da escola?
(X) Sim ( ) Não

8 – Se você já presenciou alguém desrespeitando a religião de outra pessoa, que foi?
( ) Um amigo ( ) Um colega da escola (X) Um desconhecido
( ) Um familiar ( ) Um líder religioso ( ) Um professor
( ) outro, quem?_____

9 - O que o Ensino Religioso representa para você?
(X) Aprendizado ( ) Catequização ( ) Outra, qual?_____

10 - Você acredita que o Ensino Religioso é um componente curricular importante?
(X) Sim, por quê? Dessa forma podemos aprender mais.
( ) Não, por quê?_____

11 - O que você aprendeu nas aulas de Ensino Religioso que usa no seu dia a dia? (marque duas opções)
( ) Tolerância religiosa
(X) Empatia
(X) Respeito a diversidade
( ) Solidariedade
( ) Nada
( ) Outra, qual? _____

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

12 - O professor permite que os alunos expressem suas opiniões livremente sobre os temas religiosos debatidos em aula?
( ) Sim (X) Não ( ) Às vezes

13 – Você acredita que deveria existir mais aulas de Ensino Religioso na escola?
( ) Sim ( ) Não (X) Às vezes.

14 - Se pudesse mudar algo no Ensino Religioso da sua escola, o que mudaria?
( ) Conteúdos ( ) Metodologia de ensinar (X) Professor
( ) Outra, qual?_____

15 - Cite quais religiões você conhece.
(X) Budismo (X) Cristianismo (X) Espiritismo ( ) Hinduísmo
(X) Islamismo (X) Judaísmo (X) Matrizes Africanas
( ) Outra, qual? _____

16- Há alguma religião que você gostaria de aprender mais?
( ) Budismo (X) Cristianismo ( ) Espiritismo ( ) Hinduísmo
( ) Islamismo ( ) Judaísmo ( ) Matrizes Africanas
( ) Outra, qual?_____

17 - Você acredita que o Ensino Religioso deve ser obrigatório ou opcional?
( ) Obrigatório (X) Opcional

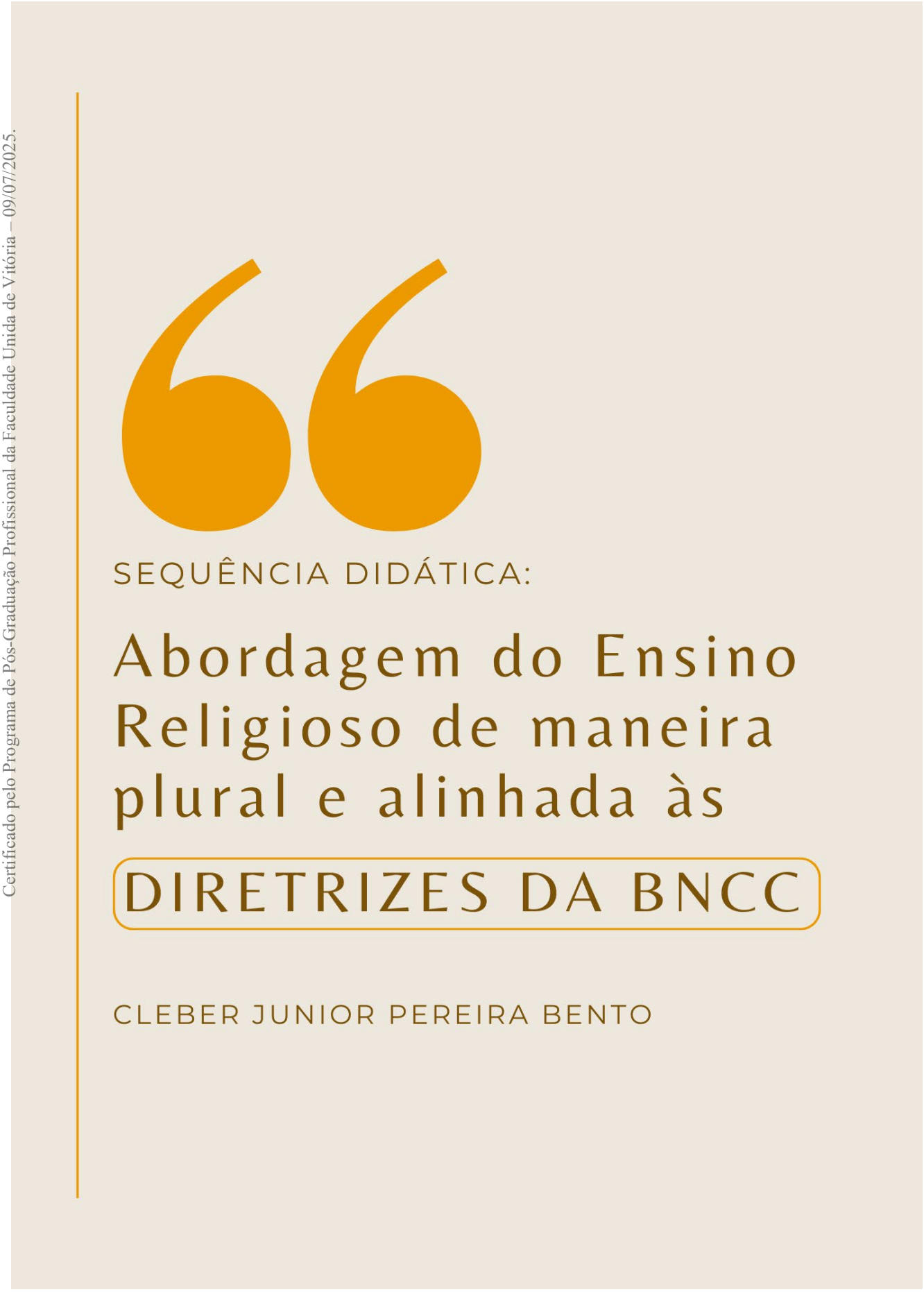
Justifique sua resposta:

Muitas vezes, a aula de Ensino Religioso vira outro tipo de aula, não com o objetivo de nos ensinar o que deve ser ensinado.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

APÊNDICE – SEQUÊNCIA DIDÁTICA: ABORDAGEM DO ENSINO RELIGIOSO DE MANEIRA PLURAL E ALINHADA ÀS DIRETRIZES DA BNCC

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.



APRESENTAÇÃO

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

A presente sequência didática foi concebida com base nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define o Ensino Religioso como um componente curricular comprometido com a promoção da diversidade cultural e religiosa, a formação ética e a construção da cultura de paz. Atendendo aos princípios legais estabelecidos no artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), esta proposta adota uma abordagem plural, laica e não confessional, assegurando o direito à liberdade de crença e o respeito à laicidade do Estado.

Partindo do reconhecimento da rica diversidade de manifestações religiosas e filosóficas que compõem o tecido cultural brasileiro, a proposta visa transformar o espaço escolar em um ambiente de convivência democrática, diálogo e valorização das diferenças. Ao explorar temas como símbolos, ritos, espaços sagrados, princípios éticos e experiências de fé, a sequência busca ampliar o repertório cultural dos estudantes e incentivá-los ao exercício do pensamento crítico, da empatia e do respeito mútuo.

Além de promover a aprendizagem dos conteúdos próprios do componente, a sequência didática está alinhada com os princípios da Educação em Direitos Humanos e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 16, que propõe a promoção de sociedades mais justas, pacíficas e inclusivas.

Ao tratar a religião como um fenômeno simbólico, cultural e ético, a proposta contribui para a formação de cidadãos conscientes, capazes de compreender o papel da liberdade religiosa na construção de uma sociedade democrática.

Ao longo das quatro aulas previstas, os alunos serão convidados a participar de atividades interativas, leituras, debates e produções criativas que possibilitem a análise crítica das diferentes tradições religiosas e filosóficas. A proposta contempla a construção de saberes sobre temas como pluralismo religioso, enfrentamento da intolerância, valores éticos universais e a contribuição das religiões para a promoção da paz. Nesse percurso, os estudantes serão incentivados a se reconhecer como sujeitos de direitos e corresponsáveis pela convivência respeitosa no ambiente escolar e na sociedade.

Esta sequência didática não apenas propõe uma abordagem crítica e contextualizada do Ensino Religioso, mas também visa promover a construção de atitudes e valores que contribuam para uma cultura de paz, para o combate ao preconceito e para o fortalecimento da cidadania ativa. Ao compreender a religião como parte da experiência humana e reconhecer a pluralidade como uma riqueza, os alunos serão capacitados a atuar de forma ética, dialogal e respeitosa em uma sociedade cada vez mais diversa e interconectada.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

AULA 1

O QUE É ENSINO RELIGIOSO PLURAL?

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

A aula inaugural da sequência didática tem como objetivo apresentar aos alunos o conceito de pluralismo religioso, promovendo a distinção entre Ensino Religioso confessional e não confessional, conforme estabelece o artigo 33 da LDB e as diretrizes da BNCC. O foco é construir um espaço seguro e acolhedor, em que os estudantes possam compartilhar suas experiências e percepções iniciais sobre religião, espiritualidade e valores de convivência. Para isso, o professor deve assumir uma postura de mediação dialógica, sem juízo de valor ou imposição de crenças.

A atividade se inicia com uma roda de conversa, organizada de forma circular, para facilitar a escuta e a troca entre os alunos. O docente pode utilizar uma bola de tecido ou outro objeto simbólico para marcar a vez da fala. As perguntas norteadoras são: “O que você entende por religião?”, “Você conhece mais de uma religião?”, “Todas as religiões devem ser respeitadas da mesma forma?”, “Você já presenciou alguma situação de desrespeito religioso?”.

É importante que o professor incentive a escuta ativa e o respeito às falas, lembrando que não há respostas certas ou erradas nesse momento, mas sim diferentes vivências e compreensões. Após a roda de conversa, realiza-se a leitura coletiva de um trecho da BNCC. O professor deve selecionar previamente os trechos referentes ao Ensino Religioso, especialmente os que destacam o caráter laico, não confessional e formativo da disciplina.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Sugere-se utilizar as competências específicas da área e os quatro objetivos do componente, conforme descritos na BNCC (Resolução CNE/CP nº 2/2017). O professor pode projetar o texto em um data show, entregar cópias impressas ou escrever os principais trechos no quadro, fazendo pausas para discutir expressões como "fenômeno religioso", "diversidade cultural", "respeito mútuo" e "ética cidadã".

Em seguida, propõe-se a construção de um mapa conceitual coletivo na lousa. O professor escreve no centro do quadro os termos "Religião", "Crença", "Espiritualidade" e "Filosofia de Vida" e convida os alunos a ajudarem na definição de cada conceito. Essa atividade favorece a diferenciação entre dimensões pessoais, coletivas e filosóficas da religiosidade. Para embasar essa construção, o professor pode introduzir ideias de Rubem Alves (2006), especialmente sobre a espiritualidade como experiência subjetiva e o papel simbólico da religião, bem como Peter Berger (1997), que trata do pluralismo religioso moderno e da religiosidade como construção cultural.

A próxima etapa consiste em uma atividade escrita individual, intitulada: “Minhas ideias sobre o respeito às diferentes religiões”. Os alunos deverão produzir um pequeno texto (mínimo de 10 linhas) refletindo sobre a importância da convivência com diferentes crenças e formas de viver a espiritualidade. Para isso, o professor pode propor novamente perguntas disparadoras, como: “Você acha que todas as religiões ensinam algo bom?”, “Como a escola pode ajudar a promover o respeito entre religiões?”, “Como você se sentiria se sua crença fosse desrespeitada?”.

O professor deve garantir que os alunos tenham tempo suficiente para organizar suas ideias e, caso necessário, pode realizar uma escrita coletiva orientada com os estudantes que apresentarem maior dificuldade.

Durante toda a aula, é fundamental a utilização de materiais de apoio acessíveis e adequados à faixa etária dos alunos (9° ano). Sugere-se o uso de trechos da BNCC (Ensino Religioso – Anos Finais), imagens impressas ou projetadas de diferentes manifestações religiosas (igrejas, terreiros, mesquitas, sinagogas, templos budistas, etc.), cartolinas e pincéis caso o mapa conceitual também seja replicado em cartaz. O professor pode utilizar obras como “O que é religião?” de Rubem Alves (2006) e “O dossel sagrado” de Peter Berger (1997), selecionando fragmentos que exemplifiquem como a religião é um fenômeno cultural e plural.

A aula pode ser encerrada com um breve momento de partilha voluntária, no qual alguns alunos leiam seus textos. O professor deve valorizar cada contribuição e reforçar que o Ensino Religioso escolar não tem como objetivo convencer ou converter, mas sim ensinar a conviver com a diversidade de crenças e filosofias de vida. Essa primeira aula estabelece as bases conceituais e afetivas para o desenvolvimento das aulas seguintes, promovendo a escuta, o respeito e a construção coletiva do conhecimento.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

AULA 2

CONHECENDO DIFERENTES TRADIÇÕES RELIGIOSAS

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

A segunda aula tem como objetivo ampliar o repertório dos estudantes sobre a diversidade de tradições religiosas existentes no Brasil e no mundo, destacando elementos centrais de sistemas como o cristianismo, o islamismo, o judaísmo, as religiões afro-brasileiras, povos originários, o budismo, entre outras.

A intenção é apresentar essas tradições de forma equilibrada e respeitosa, valorizando seus símbolos, práticas, datas comemorativas, lugares sagrados e princípios éticos, de modo a favorecer a compreensão da pluralidade religiosa como parte fundamental da formação cidadã e cultural dos estudantes.

A aula inicia com a apresentação de vídeos curtos, com duração de 3 a 5 minutos cada, abordando as principais características das religiões mencionadas. O professor pode utilizar fontes confiáveis como o Canal Futura, YouTube Edu, UNESCO Brasil, ou trechos selecionados de documentários educativos.

Sugere-se, por exemplo, o vídeo “O que é o Candomblé?” (TV Cultura), “Islamismo e o Ramadã explicado” (BBC Brasil), e “Rituais de povos originários: a importância da ancestralidade” (ISA - Instituto Socioambiental). Durante a exibição, os alunos podem anotar curiosidades ou pontos que lhes chamaram a atenção. O professor deve pausar entre os vídeos para estimular comentários espontâneos.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Após os vídeos, os estudantes serão organizados em grupos colaborativos para a montagem de um painel temático. Cada grupo ficará responsável por representar visualmente uma ou duas tradições religiosas com imagens, palavras-chave e elementos simbólicos (ex: a estrela de Davi para o judaísmo, o incensário para o budismo, o atabaque para o Candomblé, o crucifixo para o cristianismo). O painel pode ser montado com papel kraft afixado na parede ou cartolina, utilizando colagens, desenhos, anotações com canetões coloridos e recortes previamente separados pelo professor. O painel deverá conter: nome da religião, símbolos, principais datas comemorativas, lugares sagrados, práticas rituais e valores éticos.

Durante essa construção, o professor atua como orientador, circulando entre os grupos e fazendo perguntas que estimulem a reflexão, como: “Que elementos dessa religião te chamaram mais atenção?”, “Qual a mensagem de paz ou valor ético que essa religião transmite?”, “Você já conhecia essa prática religiosa? Onde?” e “Você consegue identificar algo semelhante com a sua experiência ou com outra tradição estudada?”. Esse momento promove o diálogo entre as diferenças e favorece o reconhecimento de semelhanças entre os sistemas religiosos.

Concluída a atividade do painel, inicia-se uma discussão orientada em sala, guiada pela pergunta central: “O que todas essas religiões têm em comum?”. Para isso, o professor pode anotar no quadro algumas ideias geradas pelos grupos, como “solidariedade”, “amor ao próximo”, “valores familiares”, “respeito à vida” ou “busca de sentido”.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

O objetivo é estimular os alunos a perceberem que, embora distintas em símbolos e práticas, as religiões compartilham princípios éticos universais. O professor pode mencionar a “Regra de Ouro” presente em diversas tradições, destacando autores como Leonardo Boff (2007), que discute ética planetária e espiritualidade, ou Paul Knitter, conhecido pelo conceito de diálogo inter-religioso.

Para embasamento conceitual e aprofundamento do professor, recomenda-se a leitura de "O que é religião?" de Rubem Alves (2006), que trata da dimensão simbólica da religião como expressão de sentido e emoção; e também de "As religiões que o mundo esqueceu" de Reginaldo Prandi (2001), que fornece um panorama acessível sobre as religiões afro-brasileiras e povos originários, muitas vezes marginalizadas no ensino. Esses textos podem ser utilizados pelo docente para fundamentar explicações e mediar discussões com mais profundidade.

O professor deve retomar os conceitos trabalhados nas aulas anteriores e reforçar o propósito do Ensino Religioso não confessional, que é conhecer, respeitar e valorizar a diversidade, e não professar ou hierarquizar religiões. A aula pode ser encerrada com a proposta de que os alunos levem perguntas para casa, como: “Qual religião é mais presente na minha família? E no meu bairro?”, “Como posso contribuir para o respeito às religiões em minha escola?”. Essas reflexões ajudarão a preparar o terreno para a próxima aula, que abordará o tema da intolerância religiosa e os direitos humanos.

AULA 3

RELIGIÃO, PRECONCEITO E DIREITOS HUMANOS

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

A terceira aula da sequência didática tem como foco principal sensibilizar os alunos para a relação entre intolerância religiosa e os direitos humanos, destacando como o preconceito religioso compromete a convivência democrática e fere princípios fundamentais de liberdade, dignidade e igualdade. Esta abordagem está em conformidade com a BNCC, que propõe o respeito às diferenças como um eixo central para o Ensino Religioso.

O objetivo é proporcionar um ambiente de reflexão crítica e empática, no qual os alunos reconheçam situações de discriminação e desenvolvam estratégias coletivas de enfrentamento à intolerância religiosa. A aula inicia com a leitura de um caso real de intolerância religiosa, previamente selecionado pelo professor, preferencialmente de fontes confiáveis como Agência Brasil, G1, UOL Educação ou Revista Fórum.

Um exemplo pertinente seria a reportagem sobre o ataque a um terreiro de Candomblé no Rio de Janeiro, ou sobre o impedimento de um aluno muçulmano de usar trajes religiosos em ambiente escolar. O professor pode imprimir a notícia ou projetá-la em slides. O docente deve fazer perguntas como: “Quem foi afetado nesse caso?”, “Quais direitos humanos foram desrespeitados?”, “Qual seria uma resposta ética diante dessa situação?”.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

O professor pode distribuir cartelas com questões auxiliares, como: “Você já presenciou alguma atitude de intolerância religiosa?”, “Qual o papel da escola na promoção da convivência inter-religiosa?”, “Como podemos proteger o direito à liberdade religiosa sem ofender o outro?”. Essa dinâmica busca provocar uma escuta ativa, valorizando as experiências e opiniões de todos os participantes. Durante o debate, o professor deve circular entre os grupos, auxiliando na mediação e estimulando que falas preconceituosas sejam desconstruídas com base em argumentos respeitosos e informados.

Após o debate, propõe-se uma atividade criativa: a criação de slogans de combate à intolerância religiosa. Cada grupo deve elaborar uma frase de impacto que possa ser utilizada em campanhas educativas, murais escolares ou redes sociais da escola. Exemplos inspiradores podem ser: “Fé não se impõe, se respeita!”, “Todas as crenças têm lugar no mundo!” ou “Diversidade religiosa é um direito, não uma ameaça”. Para a produção, os grupos utilizarão cartolina, marcadores, canetas coloridas e recortes de revistas ou jornais. A atividade estimula a expressão criativa e o engajamento com o tema por meio da linguagem visual e verbal.

Para embasamento teórico do professor e possível uso de fragmentos em sala, recomenda-se a leitura de Júnia Sales e Edlaine Oliveira (2022), que abordam o impacto da intolerância religiosa no ambiente escolar e sugerem estratégias pedagógicas baseadas nos direitos humanos. Também é relevante a obra de Paulo Freire (1996), especialmente em Pedagogia da Autonomia, na qual defende a educação como um ato político voltado à formação ética e à construção da cidadania.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e o artigo 5º da Constituição Federal do Brasil também devem ser apresentados como documentos que garantem a liberdade religiosa.

Durante a socialização final, os grupos apresentarão seus slogans e explicarão brevemente a mensagem e o objetivo por trás da criação. O professor pode fazer perguntas como: “Como esse slogan pode impactar outras pessoas?”, “Se essa frase estivesse em um cartaz na entrada da escola, o que você gostaria que ela provocasse nos colegas?”. Essa etapa reforça o protagonismo juvenil e estimula a empatia, pois os alunos passam a visualizar seu papel como agentes transformadores no combate ao preconceito.

Para concluir a aula, o professor pode sugerir que os slogans sejam fixados em um mural coletivo sob o título: “Liberdade religiosa é um direito de todos”, reforçando o compromisso da escola com os valores democráticos e a diversidade. Esse mural pode permanecer como material expositivo nas semanas seguintes. Como tarefa opcional, os alunos podem entrevistar membros de suas comunidades sobre suas crenças e relatar se já passaram por situações de intolerância. Assim, a aula não apenas promove a reflexão, mas também inicia uma mobilização prática em defesa dos direitos humanos e do respeito à diversidade religiosa.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

AULA 4 A RELIGIÃO COMO PROMOTORA DA PAZ

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

A quarta e última aula da sequência didática tem como objetivo levar os alunos a refletirem sobre o papel das religiões como promotoras da paz, da solidariedade e do amor ao próximo. Diferentemente da visão distorcida que associa religiões a conflitos, essa aula busca destacar os valores éticos e humanitários compartilhados por diferentes tradições religiosas.

A ideia central é que a fé, quando vivida de forma consciente e respeitosa, contribui para a construção de uma sociedade mais justa, empática e pacífica, em conformidade com o que preconiza a BNCC e os princípios da Educação em Direitos Humanos. A aula inicia com a leitura e análise de trechos selecionados de textos sagrados ou filosóficos. Sugere-se que o professor apresente um pequeno excerto de diferentes tradições religiosas que falem sobre paz e solidariedade.

Exemplos: o “Sermão da Montanha” (cristianismo), o “Salmo 133” (judaísmo), o “Alcorão 49:13” (islamismo), um trecho do “Dhammapada” (budismo), uma fala de Gandhi (hinduísmo) sobre não violência, e um provérbio de matriz africana como “aquele que traz a paz é mais forte que aquele que traz a guerra”. Esses textos devem ser impressos ou projetados e lidos coletivamente. Durante a leitura, o professor pode fazer perguntas como: “Qual é a mensagem principal deste texto?”, “Como esse ensinamento pode ser aplicado na nossa convivência diária?”, “Você já viu atitudes semelhantes em sua comunidade?”.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Após a leitura, será realizada uma breve discussão em sala, estimulando os alunos a compararem os diferentes textos e identificarem valores comuns. O professor pode escrever no quadro palavras-chave ditas pelos estudantes, como respeito, amor, compreensão, escuta, tolerância e solidariedade.

O objetivo é mostrar que, apesar das diferenças culturais e religiosas, existe uma convergência em torno da valorização da paz e do bem comum. Autores como Leonardo Boff (2007), em Espiritualidade: um caminho de transformação, e Hans Küng, com sua proposta de uma Ética Mundial, podem ser usados para embasar a mediação docente.

Na sequência, os alunos serão convidados a realizar a produção de cartas ou mensagens com o tema: “Como posso promover a paz no meu cotidiano?”. A proposta é que cada aluno escreva uma mensagem curta, em forma de carta, bilhete ou manifesto, endereçada à escola, à sociedade ou a um grupo específico (como “aos colegas de outras religiões” ou “à minha comunidade”). O professor pode estimular com perguntas: “Quais atitudes você pode adotar para promover a paz?”, “Que palavras você usaria para convencer alguém a respeitar uma religião diferente da sua?”, “Se você pudesse enviar uma carta para o mundo inteiro, o que escreveria sobre convivência pacífica?”.

Os materiais necessários são folhas A4, lápis, canetas coloridas e, se possível, papel reciclado para reforçar o compromisso ético com o planeta. Finalizada a produção escrita, os alunos partirão para a produção de cartazes coletivos contendo trechos selecionados das mensagens, frases inspiradoras ou citações dos textos lidos.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Os grupos podem criar murais temáticos como: “Palavras que constroem a paz”, “Cartas que acolhem” ou “Caminhos de respeito entre religiões”. Os materiais utilizados serão cartolina, papel kraft, pincéis, canetões e cola. O professor deve orientar a organização do material, distribuição de funções dentro dos grupos e o cuidado estético da produção.

A aula será concluída com a exposição final das produções, que poderá ser feita na própria sala de aula, em um corredor da escola ou em local de maior circulação. O professor pode organizar um momento em que alguns alunos leiam trechos das mensagens escritas, criando um ambiente de partilha e escuta sensível. Sugere-se convidar outros professores ou membros da equipe pedagógica para prestigiar esse momento, valorizando a produção dos alunos e reforçando a mensagem de que a paz se constrói com ações concretas no cotidiano escolar e comunitário.

Como referência complementar para o professor, recomenda-se a leitura de “Pedagogia da esperança” de Paulo Freire, que reafirma a educação como prática da liberdade e transformação social, e o livro “Religião para ateus” de Alain de Botton, que mostra como valores espirituais e religiosos podem ser incorporados por qualquer cidadão na construção de uma ética da convivência. A aula encerra a sequência didática propondo que os estudantes levem consigo não apenas o conhecimento sobre as religiões, mas um compromisso ético com o respeito, a paz e a diversidade, elementos fundamentais para o exercício da cidadania.

AVALIAÇÃO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

A avaliação da sequência didática “Ensino Religioso plural e a valorização da diversidade” será de caráter formativo, qualitativo e contínuo, pautada na observação ativa do professor ao longo das aulas e na análise das produções dos alunos.

O foco não recai sobre a memorização de conteúdos, mas sim sobre o desenvolvimento de competências éticas, socioemocionais e comunicacionais, tais como o respeito ao outro, a capacidade de escuta, a argumentação crítica e a expressão criativa.

A avaliação busca reconhecer os avanços individuais e coletivos, promovendo um ambiente de valorização das múltiplas formas de participação e expressão.

Por meio desta avaliação, pretende-se promover o crescimento integral dos estudantes, considerando não apenas aspectos cognitivos, mas também valores humanos essenciais à vida em sociedade, como o respeito, a empatia e a convivência democrática.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

Checklist de Avaliação – Ensino Religioso e Diversidade Religiosa

Critério Avaliado	Sim (✓)	Parcialmente (⚠)	Não (✗)	Observações
Participou das rodas de conversa com respeito e atenção				
Demonstrou escuta ativa e respeito às opiniões diversas				
Expressou-se com clareza nas produções escritas				
Contribuiu para o debate com argumentos respeitosos				
Engajou-se nas atividades em grupo				
Compreendeu e representou diferentes tradições religiosas				
Produziu slogan ou mensagem com clareza e coerência				
Apresentou atitudes favoráveis à convivência pacífica				

Os resultados observados ao longo da sequência didática servirão não como instrumento de exclusão ou ranqueamento, mas como subsídio para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, o fortalecimento do diálogo inter-religioso e o incentivo à construção de uma cultura de paz no ambiente escolar.

CONCLUSÃO

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

A sequência didática apresentada demonstra a importância de um Ensino Religioso alinhado à laicidade do Estado, comprometido com os princípios da BNCC e fundamentado em uma abordagem plural e não confessional.

Ao longo das quatro aulas, os estudantes foram convidados a refletir sobre a diversidade religiosa como um valor constitutivo da sociedade brasileira, reconhecendo símbolos, ritos, tradições e valores éticos presentes nas mais diversas manifestações de fé. Por meio de atividades interativas, rodas de conversa, leituras e produções textuais, buscou-se despertar nos alunos a consciência crítica, a empatia e a escuta respeitosa.

A proposta valorizou a vivência democrática no espaço escolar, promovendo o diálogo entre crenças e filosofias de vida distintas, e, ao mesmo tempo, enfrentando preconceitos e estereótipos que ainda persistem na sociedade. Ao trabalhar com temas como intolerância religiosa, liberdade de crença e direitos humanos, a sequência fortaleceu o papel da escola como espaço de formação para a cidadania ativa.

A pluralidade religiosa foi apresentada não como uma ameaça, mas como um elemento enriquecedor da convivência social, capaz de fomentar o respeito mútuo e a construção coletiva de uma cultura de paz.

A atividade final, com a produção de mensagens e cartazes sobre valores como amor, solidariedade e tolerância, permitiu aos alunos expressarem de forma criativa seu entendimento sobre o papel das religiões na promoção da harmonia social. Esse tipo de abordagem fortalece as dimensões socioemocionais do processo educativo, articulando conhecimento, atitude e prática cidadã.

Outro aspecto relevante desta proposta foi o compromisso com a valorização das vozes dos estudantes, respeitando suas experiências, crenças e histórias pessoais. A escuta atenta e a participação ativa foram pilares fundamentais para o sucesso da sequência, que se propôs a formar sujeitos mais conscientes e abertos à diversidade. Dessa forma, reforça-se a ideia de que o Ensino Religioso não deve ser um espaço de imposição dogmática, mas sim de construção coletiva e ética do saber.

Conclui-se, portanto, que sequências didáticas como esta podem e devem ser replicadas e adaptadas em outros contextos educacionais, contribuindo significativamente para a formação integral dos alunos e para a consolidação de uma educação inclusiva, democrática e voltada para o bem comum. Ao reconhecer a religião como fenômeno cultural, simbólico e histórico, e ao defender a laicidade como um valor civilizatório, o Ensino Religioso se torna, de fato, uma ferramenta pedagógica essencial para a convivência pacífica e o respeito às diferenças, na sociedade contemporânea.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória — 09/07/2025.

REFERÊNCIAS

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 09/07/2025.

ALVES, Rubem. O que é religião? 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BERGER, Peter L. A dessecularização do mundo: uma visão global. Religião & Sociedade, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9-24, 2001.

BERGER, Peter L. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 2003.

BOFF, Leonardo. Espiritualidade: um caminho de transformação. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacionalcomum-curricular-bncc. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 7. ed. Atualizada até agosto de 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 23. reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JUNQUEIRA, Sergio Rogério Azevedo. Formação de professores para o ensino religioso: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 50, p. 181-197, 2012.

MARTINS, Nathalia F. de Sousa. Por um ensino religioso empático: proposta de aplicação da compreensão empática da experiência religiosa de Joachim Wach para o ensino religioso. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

UNESCO. Declaração de princípios sobre tolerância. Paris: Conferência Geral da UNESCO, 1995.